Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 6

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022 10

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 11

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 12

Demonstração de Valor Adicionado 13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 15

Balanço Patrimonial Passivo 17

Demonstração do Resultado 20

Demonstração do Resultado Abrangente 22

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 23

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022 25

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 26

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 27

Demonstração de Valor Adicionado 28

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho 30

Notas Explicativas 46

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 129

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 133

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 134

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 135

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	596.955.970
Preferenciais	282.155.299
Total	879.111.269
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
	#Error
	#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	8.085.651	7.622.100	6.852.803
1.01	Ativo Circulante	1.256.601	912.364	1.221.435
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	343.170	65.529	189.784
1.01.02	Aplicações Financeiras	633.531	455.336	555.099
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	633.531	455.336	555.099
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	633.531	455.336	555.099
1.01.03	Contas a Receber	231.460	356.094	435.561
1.01.03.01	Clientes	12.788	10.452	32.179
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	12.788	10.452	32.179
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	218.672	345.642	403.382
1.01.03.02.02	Partes Relacionadas	218.672	345.642	403.382
1.01.06	Tributos a Recuperar	47.377	29.477	31.223
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	47.377	29.477	31.223
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensaveis	46.980	28.706	26.032
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensaveis	397	771	5.191
1.01.07	Despesas Antecipadas	11	30	63
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.052	5.898	9.705
1.01.08.03	Outros	1.052	5.898	9.705
1.01.08.03.03	Outros Ativos	1.052	5.898	9.705
1.02	Ativo Não Circulante	6.829.050	6.709.736	5.631.368
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	39.289	216.329	104.459
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	30.324	215.433	103.600
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	30.324	215.433	103.600
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	8.965	896	859
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	914	815	778
1.02.01.10.07	Outros Ativos	8.051	81	81
1.02.02	Investimentos	6.743.661	6.442.244	5.470.426
1.02.02.01	Participações Societárias	6.736.645	6.434.513	5.462.695

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	6.567.599	6.291.324	5.334.961
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	169.046	143.189	127.734
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	7.016	7.731	7.731
1.02.03	Imobilizado	1.807	1.850	2.189
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.807	1.850	2.189
1.02.04	Intangível	44.293	49.313	54.294
1.02.04.01	Intangíveis	44.293	49.313	54.294
1.02.04.01.02	Projetos em Desenvolvimento	43.891	44.375	48.983
1.02.04.01.03	Agio na Aquisição de Ações	0	4.692	5.052
1.02.04.01.04	Outros Intangíveis	402	246	259

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	8.085.651	7.622.100	6.852.803
2.01	Passivo Circulante	476.977	420.577	449.186
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.238	6.421	6.007
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.238	6.421	6.007
2.01.01.02.01	Salarios, Férias e Encargos Sociais	6.238	6.421	6.007
2.01.02	Fornecedores	9.625	41.452	26.742
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.625	41.452	26.742
2.01.03	Obrigações Fiscais	20.093	101	156
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	20.093	84	133
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.516	0	0
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	12.577	84	133
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	17	23
2.01.03.03.01	Imposto sobre Serviços - ISS	0	17	23
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	19.043	12.140	170.102
2.01.04.02	Debêntures	18.898	11.945	169.588
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	145	195	514
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil	145	195	514
2.01.05	Outras Obrigações	421.978	360.463	246.179
2.01.05.02	Outros	421.978	360.463	246.179
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	421.978	360.439	246.153
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	0	24	26
2.02	Passivo Não Circulante	650.611	650.286	653.499
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	648.534	648.635	648.385
2.02.01.02	Debêntures	647.928	647.591	647.253
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	606	1.044	1.132
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil	606	1.044	1.132
2.02.02	Outras Obrigações	200	0	0
2.02.02.02	Outros	200	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.02.02.03	Outras Obrigações	200	0	0
2.02.04	Provisões	1.877	1.651	5.114
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.877	1.651	5.114
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.877	1.645	5.108
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	6	6
2.03	Patrimônio Líquido	6.958.063	6.551.237	5.750.118
2.03.01	Capital Social Realizado	2.916.771	2.916.771	2.916.771
2.03.01.01	Capital Social Subscrito e Integralizado	2.981.996	2.981.996	2.981.996
2.03.01.02	(-) Gastos com Emissão de Ações	-65.225	-65.225	-65.225
2.03.02	Reservas de Capital	16.966	81.259	20.515
2.03.02.07	Outras Reservas de Capital	16.966	81.259	20.515
2.03.04	Reservas de Lucros	3.978.834	3.482.342	2.727.379
2.03.04.01	Reserva Legal	331.483	285.560	229.790
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	387.571	591.409	422.029
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	3.259.780	2.605.373	2.075.560
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	45.492	70.865	85.453

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	169.893	124.265	109.042
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-88.530	-133.644	-154.419
3.02.01	Energia Comprada para Revenda	-87.633	-132.404	-153.154
3.02.05	Custo dos Serviços Prestados	-897	-1.240	-1.265
3.03	Resultado Bruto	81.363	-9.379	-45.377
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	853.877	1.094.802	1.017.764
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-41.750	-35.246	-38.272
3.04.02.01	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-41.750	-35.246	-38.272
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-576	1.987	119
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	896.203	1.128.061	1.055.917
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	935.240	1.085.423	972.387
3.06	Resultado Financeiro	-9.258	29.978	-30.299
3.06.01	Receitas Financeiras	84.373	78.128	23.918
3.06.02	Despesas Financeiras	-93.631	-48.150	-54.217
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	925.982	1.115.401	942.088
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.516	0	0
3.08.01	Corrente	-7.516	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	918.466	1.115.401	942.088
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	918.466	1.115.401	942.088
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,04477	1,26878	1,07164
3.99.01.02	PN	1,04477	1,26878	1,07164
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,04477	1,26878	1,07164
3.99.02.02	PN	1,04477	1,26878	1,07164

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	918.466	1.115.401	942.088
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-25.373	-14.588	46.927
4.02.01	Ajustes Acumulados de Conversão	-23.781	0	0
4.02.04	Resultado de equivalência patrimônial	-1.592	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	893.093	1.100.813	1.162.328

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	30.740	59.805	-75.031
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	60.127	7.995	-72.784
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos sobre o lucro	925.982	1.115.401	942.088
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	3.693	1.076	2.948
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	-896.203	-1.128.061	-1.055.917
6.01.01.04	Encargos de Dívidas (Inclui Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas)	87.695	46.499	52.831
6.01.01.05	Outras Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	-2.637	1.135	-828
6.01.01.06	Receitas Financeiras	-64.840	-24.113	-19.880
6.01.01.07	Baixas do Ativo Imobilizado e Intangível	5.635	2.656	5.981
6.01.01.09	Outas (Receitas) Despesas Operacionais	802	-6.598	-7
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-28.717	51.810	-2.247
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	5.124	21.727	8.738
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-17.900	1.746	7.829
6.01.02.07	Outros Ativos	-4.099	13.178	8.528
6.01.02.08	Fornecedores	-31.827	14.710	-28.395
6.01.02.10	Salários, Férias e Encargos Sociais	-183	414	1.078
6.01.02.11	Contribuições e Impostos a Recolher	19.992	-55	45
6.01.02.14	Outros Passivos	176	90	-70
6.01.03	Outros	-670	0	0
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-670	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	688.098	266.226	628.510
6.02.01	Aporte de Capital em Controladas	-24.022	-265.528	-111.904
6.02.02	Aquisição de Investimentos em Participação Societaria	-288.807	-108.356	-16.186
6.02.03	Adiantamento para futuro aumento de capital	-39.302	-212.852	-162.293
6.02.04	Resgate de Aplicações Financeiras	346.323	469.990	480.165
6.02.05	Investimentos em Aplicações Financeiras	-459.678	-346.114	-32.281
6.02.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	935.067	692.041	449.805
6.02.08	Aquisições de Imobilizado	-688	-215	-341

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.02.09	Aquisições de Intangível	-5.369	-2.504	-1.299
6.02.10	Alienação de Investimentos em Participação Societaria	186.495	0	0
6.02.11	Empréstimos com Partes Relacionadas	-7.838	0	22.844
6.02.12	Redução de capital em investimentos	45.917	39.764	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-441.197	-450.286	-403.169
6.03.04	Pagamento de Arrendamento	-488	-407	-602
6.03.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-360.435	-246.149	-202.195
6.03.08	Juros Pagos (Encargos de Dívidas)	-80.274	-35.452	-41.767
6.03.09	Pagamento de Eempréstimos, Financiamentos , Debêntures e Arrendamento Mercantil	0	-168.278	-158.605
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	277.641	-124.255	150.310
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	65.529	189.784	39.474
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	343.170	65.529	189.784

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.916.771	81.259	3.482.342	0	70.865	6.551.237
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.916.771	81.259	3.482.342	0	70.865	6.551.237
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-64.293	-413.183	-8.791	0	-486.267
5.04.06	Dividendos	0	0	-413.183	-8.791	0	-421.974
5.04.08	Venda (compra) da participação dos acionistas não controladores	0	-64.293	0	0	0	-64.293
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	918.466	-25.373	893.093
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	918.466	0	918.466
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-25.373	-25.373
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-25.373	-25.373
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	909.675	-909.675	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	45.923	-45.923	0	0
5.06.05	Lucro Remanescente a Disposição da Assembléia	0	0	654.407	-654.407	0	0
5.06.06	Reserva Especial de Lucros a Realizar	0	0	209.345	-209.345	0	0
5.07	Saldos Finais	2.916.771	16.966	3.978.834	0	45.492	6.958.063

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.916.771	20.515	2.727.379	0	85.453	5.750.118
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.916.771	20.515	2.727.379	0	85.453	5.750.118
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	60.744	-360.438	0	0	-299.694
5.04.06	Dividendos	0	0	-360.436	0	0	-360.436
5.04.08	Venda (compra) da participação dos acionistas não controladores	0	60.744	-2	0	0	60.742
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.115.401	-14.588	1.100.813
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.115.401	0	1.115.401
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-14.588	-14.588
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-14.588	-14.588
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.115.401	-1.115.401	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	55.770	-55.770	0	0
5.06.05	Lucro Remanescente a Disposição da Assembléia	0	0	529.815	-529.815	0	0
5.06.06	Reserva Especial de Lucros a Realizar	0	0	529.816	-529.816	0	0
5.07	Saldos Finais	2.916.771	81.259	3.482.342	0	70.865	6.551.237

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.916.771	15.450	2.031.442	0	38.526	5.002.189
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.916.771	15.450	2.031.442	0	38.526	5.002.189
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	5.065	-220.689	-25.462	0	-241.086
5.04.06	Dividendos	0	0	-220.689	-25.462	0	-246.151
5.04.09	Variação na Participação de Acionistas não Controladores	0	5.065	0	0	0	5.065
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	942.088	46.927	989.015
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	942.088	0	942.088
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	46.927	46.927
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	46.927	46.927
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	916.626	-916.626	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	47.104	-47.104	0	0
5.06.05	Lucro Remanescente a Disposição da Assembléia	0	0	447.493	-447.493	0	0
5.06.06	Reserva Especial de Lucros a Realizar	0	0	422.029	-422.029	0	0
5.07	Saldos Finais	2.916.771	20.515	2.727.379	0	85.453	5.750.118

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	188.260	138.916	119.972
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	188.836	136.929	119.853
7.01.02	Outras Receitas	-576	1.987	119
7.01.02.03	Outras Receitas	-576	1.987	119
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-98.025	-139.448	-166.330
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-87.633	-132.404	-153.154
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.148	-9.612	-12.756
7.02.04	Outros	-1.244	2.568	-420
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-1.244	2.568	-420
7.03	Valor Adicionado Bruto	90.235	-532	-46.358
7.04	Retenções	-3.693	-1.076	-2.948
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.693	-1.076	-2.948
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	86.542	-1.608	-49.306
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	987.044	1.209.999	1.081.001
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	896.203	1.128.061	1.055.917
7.06.02	Receitas Financeiras	90.841	81.938	25.084
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.073.586	1.208.391	1.031.695
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.073.586	1.208.391	1.031.695
7.08.01	Pessoal	23.554	23.052	19.736
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.107	19.825	16.537
7.08.01.02	Benefícios	2.875	1.744	2.136
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.572	1.483	1.063
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	37.748	21.541	15.366
7.08.02.01	Federais	31.469	21.482	15.254
7.08.02.03	Municipais	6.279	59	112
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	93.818	48.397	54.505
7.08.03.01	Juros	92.165	46.487	52.789
7.08.03.02	Aluguéis	187	247	287

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.03.03	Outras	1.466	1.663	1.429
7.08.03.03.01	Outras Despesas Financeiras	1.466	1.663	1.429
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	918.466	1.115.401	942.088
7.08.04.02	Dividendos	421.974	0	25.462
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	496.492	1.115.401	916.626

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	27.933.759	25.719.932	22.576.510
1.01	Ativo Circulante	5.373.445	4.400.677	4.084.394
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	850.481	377.119	674.609
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.837.911	1.554.474	1.406.273
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.837.911	1.554.474	1.406.273
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	1.837.911	1.554.474	1.406.273
1.01.03	Contas a Receber	2.357.718	2.092.912	1.705.790
1.01.03.01	Clientes	2.357.643	2.092.837	1.705.715
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	448.279	391.698	415.353
1.01.03.01.03	Ativo Contratual da Concessão	1.909.364	1.701.139	1.290.362
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	75	75	75
1.01.03.02.02	Partes Relacionadas	75	75	75
1.01.04	Estoques	9.201	8.245	7.856
1.01.06	Tributos a Recuperar	173.299	98.802	141.160
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	173.299	98.802	141.160
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	115.655	65.067	81.684
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	57.644	33.735	59.476
1.01.07	Despesas Antecipadas	13.602	8.251	5.828
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	131.233	260.874	142.878
1.01.08.03	Outros	131.233	260.874	142.878
1.01.08.03.02	Cauções e Depositos Judiciais	384	384	384
1.01.08.03.03	Outros Ativos	130.849	260.490	142.494
1.02	Ativo Não Circulante	22.560.314	21.319.255	18.492.116
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	16.790.143	16.176.533	13.486.495
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	136.790	120.695	102.852
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	136.790	120.695	102.852
1.02.01.04	Contas a Receber	52.922	24.533	20.903
1.02.01.04.01	Clientes	52.922	24.533	20.903

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.01.07	Tributos Diferidos	53.272	20.207	6.688
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	53.272	20.207	6.688
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	6.723	11.303	9.203
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	16.540.436	15.999.795	13.346.849
1.02.01.10.03	Ativo Financeiro da Concessão	16.448.446	15.902.984	13.310.348
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	15.854	15.478	15.333
1.02.01.10.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensaveis	3.187	3.489	3.187
1.02.01.10.06	Outros Tributos Compensaveis	18.422	24.867	3.640
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	7.088	0	0
1.02.01.10.08	Outros Ativos	47.439	52.977	14.341
1.02.02	Investimentos	176.062	150.920	135.465
1.02.02.01	Participações Societárias	169.046	143.189	127.734
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	169.046	143.189	127.734
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	7.016	7.731	7.731
1.02.03	Imobilizado	5.324.416	4.710.238	4.672.156
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.101.155	4.256.118	3.431.635
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	37.279	39.212	29.457
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.185.982	414.908	1.211.064
1.02.04	Intangível	269.693	281.564	198.000
1.02.04.01	Intangíveis	269.693	281.564	198.000
1.02.04.01.02	Desenvolvimento de Projetos	44.976	45.302	49.681
1.02.04.01.03	Agio na Aquisição de Ações	61.189	66.124	68.223
1.02.04.01.04	Outros Intangíveis	163.528	170.138	80.096

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	27.933.759	25.719.932	22.576.510
2.01	Passivo Circulante	2.558.195	2.447.555	2.290.153
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	45.325	44.866	57.783
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	45.325	44.866	57.783
2.01.01.02.01	Salário, Férias e Encargos Sociais	45.325	44.866	57.783
2.01.02	Fornecedores	239.119	198.387	385.127
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	239.119	198.387	385.127
2.01.03	Obrigações Fiscais	197.448	115.952	112.916
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	174.757	110.022	101.160
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	100.195	65.553	63.642
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	74.562	44.469	37.518
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	15.943	3.534	6.270
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	4.549	3.534	6.270
2.01.03.02.02	Outras Obrigações Fiscais Estaduais	11.394	0	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	6.748	2.396	5.486
2.01.03.03.01	Imposto sobre Serviços - ISS	6.748	2.396	5.486
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.159.560	960.899	831.011
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	653.418	634.414	363.798
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	199.137	335.661	147.320
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	454.281	298.753	216.478
2.01.04.02	Debêntures	497.611	316.779	459.821
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	8.531	9.706	7.392
2.01.04.03.01	Arrendamento Merncatil	8.531	9.706	7.392
2.01.05	Outras Obrigações	824.876	795.474	705.926
2.01.05.02	Outros	824.876	795.474	705.926
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	552.380	568.412	509.475
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares e Setoriais	53.767	54.596	58.781
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	6.779	2.444	1.456

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	41.603	31.483	36.202
2.01.05.02.07	Contribuições Sociais e Encargos Regulatorios Diferidos	170.347	138.539	100.012
2.01.06	Provisões	91.867	331.977	197.390
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	0	2.712
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	0	2.712
2.01.06.02	Outras Provisões	91.867	331.977	194.678
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	8.697	7.475	13.720
2.01.06.02.04	Provisões para Constituição de Ativos	83.170	324.502	180.958
2.02	Passivo Não Circulante	15.003.945	13.270.654	11.341.675
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	10.521.340	9.135.270	8.180.137
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.866.200	1.753.179	2.155.652
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	806.763	874.085	1.321.487
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.059.437	879.094	834.165
2.02.01.02	Debêntures	8.618.877	7.343.384	5.996.185
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	36.263	38.707	28.300
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil	36.263	38.707	28.300
2.02.02	Outras Obrigações	187.638	90.962	35.694
2.02.02.02	Outros	187.638	90.962	35.694
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	293	36.941	292
2.02.02.02.06	Passivo contratual com clientes	116.330	0	0
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	62.155	54.021	35.402
2.02.02.02.09	Instrumentos financeiros derivativos	8.860	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	4.174.514	3.998.060	3.081.654
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.174.514	3.998.060	3.081.654
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.700.528	2.571.980	1.925.824
2.02.03.01.02	Contribuições Sociais e Encargos Regulatorios diferidos	1.473.986	1.426.080	1.155.830
2.02.04	Provisões	120.453	46.362	44.190
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.432	6.152	15.750

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.790	1.706	1.477
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.534	3.266	5.736
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	5.108	1.180	8.537
2.02.04.02	Outras Provisões	110.021	40.210	28.440
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	17.302	23.116	19.213
2.02.04.02.04	Provisões para Constituição de Ativos	92.719	17.094	9.227
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	10.371.619	10.001.723	8.944.682
2.03.01	Capital Social Realizado	2.916.771	2.916.771	2.916.771
2.03.01.01	Capital Social Subscrito e Integralizado	2.981.996	2.981.996	2.981.996
2.03.01.02	(-) Gastos com Emissão de Ações	-65.225	-65.225	-65.225
2.03.02	Reservas de Capital	16.966	81.259	20.515
2.03.02.07	Outras Reservas de Capital	16.966	81.259	20.515
2.03.04	Reservas de Lucros	3.978.834	3.482.342	2.727.379
2.03.04.01	Reserva Legal	331.483	285.560	229.790
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	387.571	591.409	422.029
2.03.04.10	Reserva de Lucros	3.259.780	2.605.373	2.075.560
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	45.492	70.865	85.453
2.03.08.01	Outros Resultados Abrangentes	45.492	70.865	85.453
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.413.556	3.450.486	3.194.564

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.833.708	5.234.208	6.140.745
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-692.653	-1.399.626	-2.699.555
3.02.01	Energia Comprada para Revenda	-42.481	-146.165	-141.772
3.02.02	Encargos do Uso da Rede Elétrica - CUST	-40.543	-34.599	-32.795
3.02.03	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-9.577	-9.139	-8.441
3.02.05	Custo dos Serviços Prestados	-298.842	-141.887	-184.446
3.02.06	Custo de Infraestrutura	-203.142	-933.340	-2.204.273
3.02.07	Depreciação e Amortização	-98.068	-134.496	-127.828
3.03	Resultado Bruto	3.141.055	3.834.582	3.441.190
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-275.100	-54.570	-122.636
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-153.962	-133.894	-120.894
3.04.02.01	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-153.962	-133.894	-120.894
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	75.458	85.904	7.817
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-202.562	-11.835	-335
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.966	5.255	-9.224
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.865.955	3.780.012	3.318.554
3.06	Resultado Financeiro	-966.126	-915.545	-461.739
3.06.01	Receitas Financeiras	253.900	107.823	51.314
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.220.026	-1.023.368	-513.053
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.899.829	2.864.467	2.856.815
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-235.956	-741.651	-801.310
3.08.01	Corrente	-140.504	-110.751	-104.121
3.08.02	Diferido	-95.452	-630.900	-697.189
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.663.873	2.122.816	2.055.505
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.663.873	2.122.816	2.055.505
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	918.466	1.115.401	942.088
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	745.407	1.007.415	1.113.417
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,04477	1,26878	1,07164
3.99.01.02	PN	1,04477	1,26878	1,07164
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,04477	1,26878	1,07164
3.99.02.02	PN	1,04477	1,26878	1,07164

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.663.873	2.122.816	2.055.505
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-31.678	-17.420	46.629
4.02.01	Ajustes Acumulados de Conversão	-29.396	-17.420	46.629
4.02.02	Hedge de fluxo de caixa	-2.972	0	0
4.02.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	690	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.632.195	2.105.396	2.102.134
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	893.093	1.100.813	989.015
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	739.102	1.004.583	1.113.119

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.313.705	1.055.179	-604.806
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.132.805	4.317.673	4.195.801
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de Renda, Contribuição Social e Acionistas não Controladores	1.899.829	2.864.467	2.856.815
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	149.582	139.563	135.185
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	-5.966	-5.255	9.224
6.01.01.04	Encargos de Dívidas (Inclui Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas)	1.199.367	1.068.567	692.096
6.01.01.05	Outras Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	4.407	97.084	120.080
6.01.01.06	Receitas Financeiras	-219.512	-67.606	-50.950
6.01.01.07	Baixas do Ativo Imobilizado e Intangível	7.771	3.081	9.322
6.01.01.09	Outas (Receitas) Despesas Operacionais	1.736	-1.487	1.394
6.01.01.10	Recuperação de custo - GSF	0	-83.544	0
6.01.01.11	PIS, COFINS e Encargos regulatorios diferidos	95.591	302.803	422.635
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-705.053	-3.170.600	-4.713.707
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-84.970	20.025	-77.470
6.01.02.02	Ativo Financeiro da Concessão	-753.687	-3.003.413	-4.641.556
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-68.052	21.131	-7.063
6.01.02.06	Estoques	-956	-389	2.589
6.01.02.07	Outros Ativos	105.263	-161.300	-43.731
6.01.02.08	Fornecedores	40.732	-196.542	-59.543
6.01.02.09	Taxas Regulamentares e Setoriais	-829	-4.185	-1.292
6.01.02.10	Salários, Férias e Encargos Sociais	459	-12.917	17.805
6.01.02.11	Contribuições e Impostos a Recolher	81.496	3.036	5.245
6.01.02.12	Provisões de Constituição dos Ativos e Compensações ambientais	-163.429	149.069	122.175
6.01.02.13	Adiantamentos de Clientes	4.335	988	-4.338
6.01.02.14	Outros Passivos	18.255	13.897	-26.528
6.01.02.15	Passivo contratual com clientes	116.330	0	0
6.01.03	Outros	-114.047	-91.894	-86.900
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social recolhidos	-114.047	-91.894	-86.900

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.244.566	-448.880	1.290.336
6.02.01	Aporte de capital nas investidas	-19.890	-10.200	0
6.02.02	Aquisição de Investimentos em Participação Societaria	-288.807	-108.356	-30.640
6.02.04	Resgate de Aplicações Financeiras	3.755.321	2.665.418	4.001.451
6.02.05	Investimentos em Aplicações Financeiras	-3.835.341	-2.763.864	-2.493.071
6.02.08	Aquisições de Imobilizado	-838.589	-214.779	-156.766
6.02.09	Aquisições de Intangível	-17.260	-17.099	-30.638
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-587.073	-901.331	-1.049.108
6.03.01	Aumento de Capital	26.641	72.177	100.781
6.03.03	Redução de Capital	0	-71.150	-450
6.03.05	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	36.529	0
6.03.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-1.063.689	-879.174	-655.655
6.03.07	Empréstimos Tomados e Arrendamento Mercantil	2.627.182	1.471.894	773.803
6.03.08	Juros Pagos (Encargos de Dívidas)	-815.105	-624.565	-419.222
6.03.09	Pagamento de Empréstimos, Financiamentos , Debêntures e Arrendamento Mercantil	-1.351.223	-895.254	-841.431
6.03.11	Pagamento de Arrendamento	-10.879	-11.788	-6.934
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-8.704	-2.458	12.983
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	473.362	-297.490	-350.595
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	377.119	674.609	1.025.204
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	850.481	377.119	674.609

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.916.771	81.259	3.482.342	0	70.865	6.551.237	3.450.486	10.001.723
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.916.771	81.259	3.482.342	0	70.865	6.551.237	3.450.486	10.001.723
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-64.293	-413.183	-8.791	0	-486.267	-776.722	-1.262.989
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	63.288	63.288
5.04.06	Dividendos	0	0	-413.183	-8.791	0	-421.974	-625.682	-1.047.656
5.04.09	Venda (compra) da participação dos acionistas não controladores	0	-64.293	0	0	0	-64.293	-214.328	-278.621
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	918.466	-25.373	893.093	739.792	1.632.885
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	918.466	0	918.466	745.407	1.663.873
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-25.373	-25.373	-5.615	-30.988
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-25.373	-25.373	0	-25.373
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	909.675	-909.675	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	45.923	-45.923	0	0	0	0
5.06.05	Lucro Remanescente a Disposição da Assembléia	0	0	654.407	-654.407	0	0	0	0
5.06.06	Reserva Especial de Lucros a Realizar	0	0	209.345	-209.345	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.916.771	16.966	3.978.834	0	45.492	6.958.063	3.413.556	10.371.619

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.916.771	20.515	2.727.379	0	85.453	5.750.118	3.194.564	8.944.682
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.916.771	20.515	2.727.379	0	85.453	5.750.118	3.194.564	8.944.682
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	60.744	-360.438	0	0	-299.694	-748.661	-1.048.355
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	72.177	72.177
5.04.06	Dividendos	0	0	-360.436	0	0	-360.436	-565.633	-926.069
5.04.08	Redução de capital	0	0	0	0	0	0	-71.150	-71.150
5.04.09	Venda (compra) da participação dos acionistas não controladores	0	60.744	-2	0	0	60.742	-184.055	-123.313
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.115.401	-14.588	1.100.813	1.004.583	2.105.396
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.115.401	0	1.115.401	1.007.415	2.122.816
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-14.588	-14.588	-2.832	-17.420
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-14.588	-14.588	0	-14.588
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.115.401	-1.115.401	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	55.770	-55.770	0	0	0	0
5.06.05	Lucro Remanescente a Disposição da Assembléia	0	0	529.815	-529.815	0	0	0	0
5.06.06	Reserva Especial de Lucros a Realizar	0	0	529.816	-529.816	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.916.771	81.259	3.482.342	0	70.865	6.551.237	3.450.486	10.001.723

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.916.771	15.450	2.031.442	0	38.526	5.002.189	2.537.876	7.540.065
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.916.771	15.450	2.031.442	0	38.526	5.002.189	2.537.876	7.540.065
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	5.065	-220.689	-25.462	0	-241.086	-456.431	-697.517
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	101.381	101.381
5.04.06	Dividendos	0	0	-220.689	-25.462	0	-246.151	-534.380	-780.531
5.04.09	Variação na Participação de Acionistas não Controladores	0	5.065	0	0	0	5.065	-20.217	-15.152
5.04.12	Redução de Capital	0	0	0	0	0	0	-450	-450
5.04.13	Outras Movimentações Acionistas não Controladores	0	0	0	0	0	0	-2.765	-2.765
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	942.088	46.927	989.015	1.113.119	2.102.134
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	942.088	0	942.088	1.113.417	2.055.505
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	46.927	46.927	-298	46.629
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	46.927	46.927	-298	46.629
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	916.626	-916.626	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	47.104	-47.104	0	0	0	0
5.06.05	Lucro Remanescente a Disposição da Assembléia	0	0	447.493	-447.493	0	0	0	0
5.06.06	Reserva Especial de Lucros a Realizar	0	0	422.029	-422.029	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.916.771	20.515	2.727.379	0	85.453	5.750.118	3.194.564	8.944.682

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	5.194.469	6.138.327	6.851.546
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.250.005	5.803.199	6.745.065
7.01.02	Outras Receitas	75.458	85.904	7.917
7.01.02.01	Outras Receitas	75.458	85.904	7.917
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	869.006	249.224	98.564
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.483.693	-1.256.676	-2.247.976
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-446.879	-920.681	-2.023.286
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-154.290	-140.489	-136.859
7.02.04	Outros	-882.524	-195.506	-87.831
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-242.108	26.052	-27.258
7.02.04.02	Custo de Ativos Próprios	-640.416	-221.558	-60.573
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.710.776	4.881.651	4.603.570
7.04	Retenções	-150.438	-140.517	-135.872
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-150.438	-140.517	-135.872
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.560.338	4.741.134	4.467.698
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	305.641	126.879	78.117
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.966	5.255	-9.224
7.06.02	Receitas Financeiras	299.675	121.624	87.341
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.865.979	4.868.013	4.545.815
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.865.979	4.868.013	4.545.815
7.08.01	Pessoal	179.189	161.305	171.154
7.08.01.01	Remuneração Direta	132.309	120.754	137.979
7.08.01.02	Benefícios	36.826	31.902	25.435
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.054	8.649	7.740
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	720.792	1.350.389	1.476.126
7.08.02.01	Federais	699.457	1.344.924	1.431.338
7.08.02.02	Estaduais	14.094	4.509	43.843
7.08.02.03	Municipais	7.241	956	945

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.302.125	1.233.503	843.030
7.08.03.01	Juros	1.231.330	1.112.967	772.599
7.08.03.02	Aluguéis	12.942	10.797	6.163
7.08.03.03	Outras	57.853	109.739	64.268
7.08.03.03.01	Outras Despesas Financeiras	57.853	109.739	64.268
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.663.873	2.122.816	2.055.505
7.08.04.02	Dividendos	421.974	0	25.462
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	496.492	1.115.401	916.626
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	745.407	1.007.415	1.113.417

Relatório da Administração

Aos Acionistas
A Administração da Alupar Investimento S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhada do relatório dos auditores independentes. Todas as documentações relativas às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

1. Sobre a Alupar

A Alupar Investimento S.A. é uma holding com atuação preponderante nos segmentos de transmissão e geração de energia elétrica, tendo como objetivo desenvolver e investir em projetos de infraestrutura relacionados ao setor de energia no Brasil e em países da América Latina. Adicionalmente, no segmento de transmissão de energia elétrica no Brasil, a Alupar é uma das maiores Companhias em termos de Receita Anual Permitida (RAP), sendo a maior de controle Nacional Privado. A expansão da Companhia é calcada em uma grande competência técnica, uma forte disciplina financeira, tanto do ponto de vista de qualidade de crédito da Companhia (rating AAA (bra) na escala nacional e rating BB na escala internacional, pela Fitch Ratings), bem como em uma profunda filosofia de geração de valor para o acionista. E, seguindo com esses mesmos pilares, para continuar com o seu crescimento sustentável, a Alupar conta hoje com quatro vetores:

• Participação em leilões para os ativos de transmissão;
• Desenvolvimento de projetos próprios de geração de energia, como PCHs, parques eólicos e centrais fotovoltaicas;
• Desenvolvimento de projetos de geração e participação de licitações de transmissão em países selecionados da América Latina;
• Análise de projetos *brownfield* – M&A.

Transmissão

A Alupar possui participação em concessões de 30 sistemas de transmissão de energia elétrica, totalizando 7.964 km de linhas de transmissão, por meio de concessões com prazo de 30 anos localizadas no Brasil e um perpétuo localizado na Colômbia, sendo 27 operacionais e 3 em fase de implantação.

Geração

A Alupar também atua na geração de energia renovável por meio de UHEs, PCHs, parques eólicos e usina fotovoltaica no Brasil, na Colômbia e no Peru. O portfólio de ativos totaliza uma capacidade instalada de 673,8 MW em operação. Atualmente, temos 23,0 MW de geração hidráulica em fase de licenciamento ambiental, 63,0 MW de energia eólica e 61,7 MWp de energia solar, em implantação.

2. Governança Corporativa

A Alupar pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa, seguindo todas as práticas utilizadas pelas companhias listadas no segmento de governança Nível 2 da B3.

• Contratação de auditores independentes para análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo contratados somente para este fim;
• Tag along de 100% para detentores de ações ON e PN;
• Conselho de Administração contendo Conselheiros Independentes;
• Conselho Fiscal;
• Existência de Comitê de Governança, Sucessão; Comitê de Finanças, e Contratação de Partes Relacionadas; Comitê de Auditoria e; Comitê de Sustentabilidade.
• Inexistência no Estatuto Social de mecanismos de proteção à tomada de controle (poison pills);
• MSCI ESG Ratings – Classificação A
• Resolução de conflitos que possam surgir entre a Companhia, seus acionistas, seus administradores e membros do Conselho Fiscal por meio de arbitragem.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
Relatório da Administração

3. Composição Acionária
O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 2.981.995.690,0 e dividido em ações ordinárias e preferenciais conforme quadro abaixo. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Acionista	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total	%
Controlador	456.905.633	76,54%	1.676.184	0,59%	458.581.817	52,16%
Outros*	140.050.335	23,46%	280.479.102	99,41%	420.529.437	47,84%
Tesouraria	2	0,00%	13	0,00%	15	0,00%
Total	**596.955.970**	**100,00%**	**282.155.299**	**100,00%**	**879.111.269**	**100,00%**

*free float

4. Desempenho Econômico Financeiro
Em 12 de julho de 2022, foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.067, que estabeleceu as novas RAPs das controladas e coligadas da Alupar, para o ciclo de 12 meses, a partir de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, estabelecendo reajuste de 11,73% para contratos indexados pelo IPCA e 10,72% para contratos indexados pelo IGP-M.

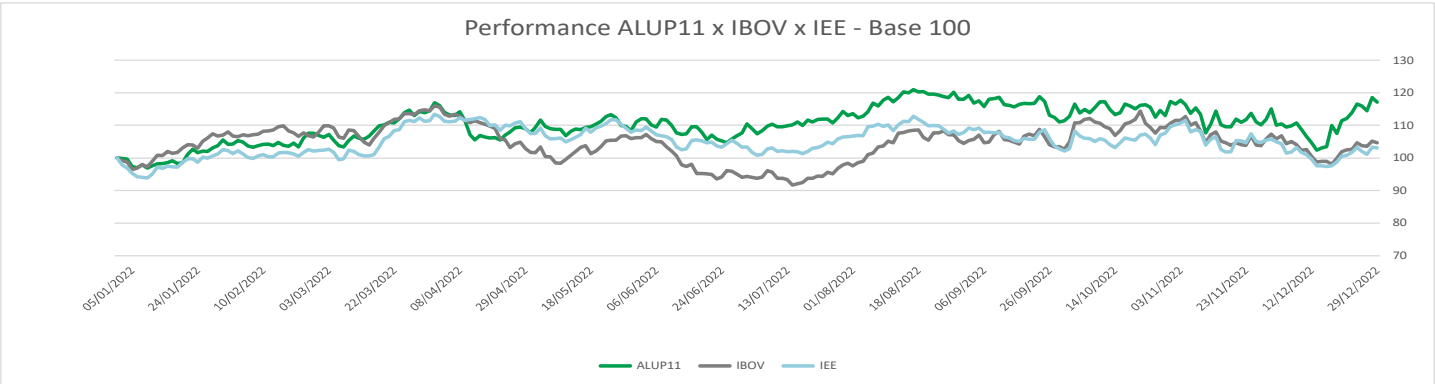
Em 2022, a Receita Líquida atingiu R$ 3.833,7 milhões, ante os R$ 5.234,2 milhões registrados em 2021. O EBITDA atingiu R$ 3.015,5 milhões, ante os R$ 3.919,6 milhões apurados em 2021 e o Lucro Líquido totalizou R$ 918,5 milhões, ante os R$ 1.115,4 milhões registrados em 2021.

5. Investimentos
Em 2022 foram realizados investimentos totais da ordem de R$ 1.116,1 milhões em nossas empresas, sendo R$ 543,3 milhões investidos no segmento de transmissão, R$ 566,7 milhões no segmento de geração, e R$ 6,1 milhões no desenvolvimento de novos negócios, ante os R$ 1.165,2 milhões registrados em 2021, quando R$ 1.024,1 milhões foram investidos no segmento de transmissão, R$ 138,4 milhões foram investidos no segmento de geração e R$ 2,7 milhões no desenvolvimento de novos negócios.

6. Mercado de Capitais
A Alupar foi registrada na Bolsa de Valores de São Paulo – B3 no dia 23 de Abril de 2013. Suas UNITS são negociadas sob o código ALUP11 e são compostas por 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais (1 UNIT = 1 ON + 2 PN).

As units da Alupar (B3: ALUP11) encerraram 2022 cotadas a R$ 28,24, uma valorização de 17,2%, em relação ao fechamento de 2021. No mesmo período, o Índice de Energia Elétrica (IEE) apresentou uma valorização de 3,1% e o índice Ibovespa uma valorização de 4,7%. O valor de mercado da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, era de R$ 8,3 bilhões.

Gráfico de Desempenho das Units da Alupar (ALUP11) comparado com o Ibovespa (IBOV) e Índice de empresas de Energia Elétrica (IEE):



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
Relatório da Administração

Ao longo de 2022, as Units da Alupar apresentaram volume médio diário de negociação na B3 de R$ 25,6 milhões, frente ao volume médio diário de R$ 22,2 milhões, em comparação a 2021.

7. Gestão de Pessoas

Nossos colaboradores são considerados parceiros estratégicos na superação das metas definidas pela Alupar, e nosso principal desafio é a manutenção deste importante capital - o ser humano. A Alupar é uma empresa que está permanentemente preocupada com o bem-estar de seus colaboradores e por este motivo desenvolveu uma Política de Benefícios que se insere na Gestão Integrada de Recursos Humanos, tendo uma abordagem que agregue valor ao negócio da Companhia. Esta Política visa promover o reconhecimento e integração entre os colaboradores, objetivando o crescimento e a valorização do capital humano da Companhia. Para cumprir seus objetivos a área de RH dirige seus esforços:

• No desenvolvimento e retenção de pessoas chave;
• Na preparação dos Gestores para a Gestão de pessoas;
• Na Gestão do Clima e estabelecimento de planos de monitoramento de projetos de melhoria do clima.

8. Responsabilidade socioambiental

Reforçando nosso compromisso com a sustentabilidade, desde 2021, a Alupar é signatária do Pacto Global, da ONU. Como signatária, tem o compromisso de seguir os dez princípios universais e contribuir com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Visando potencializar nosso impacto, constituímos em 2022 o Comitê de Sustentabilidade e realizamos a priorização dos ODS para a empresa (ODS 4, ODS 7, ODS 8, ODS 12, ODS 15), que farão parte da nossa estratégia de sustentabilidade.

No pilar social, a Alupar acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais que levam melhorias significativas às vidas dos membros das comunidades onde atua: tais como centros voltados à criação artística, incentivo cultural e desenvolvimento social. Nesse sentido, visando minimizar e acompanhar as interferências que seus empreendimentos podem gerar na vida dos membros das comunidades onde está inserida, a Companhia desenvolve ações educativas e informativas, abrangendo tanto questões de saúde pública quanto questões ambientais.

9. Cenário Macroeconômico

O ritmo de crescimento acelerado observado no primeiro semestre de 2022, resultante, principalmente, do maior dinamismo no mercado de trabalho decorrente do arrefecimento da pandemia de Covid-19, foi interrompido ao longo do segundo semestre do ano pelo aumento das incertezas dos agentes econômicos frente aos desafios internacionais (pressões inflacionárias globais ligadas às cadeias de suprimentos, assim como os impactos do conflito entre Rússia e Ucrânia sobre os preços internacionais do petróleo, com influência sobre principais componentes da inflação) e domésticos (ano eleitoral e incertezas relativas a trajetória fiscal, com maior pressão por gastos e estímulos sobre a demanda). O cenário de deterioração dos indicadores de confiança culminou, entre outros fatores, no aumento de 4,50 p.p. na taxa Selic, que por sua vez encerrou o ano em 13,75% a.a..

A desaceleração econômica, com o arrefecimento nos indicadores de produção industrial, de comércio e de serviços levou, por sua vez, à acomodação dos índices inflacionários locais com redução de 4,27 p.p. no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) que encerrou 2022 em 5,79% ante os 10,06% registrados em 2021 e do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM) registrou 5,45% em 2021, contra 17,79% no ano passado. Mesmo assim, os indicadores se mantiveram acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação, impedindo o início do ciclo de redução da taxa de juros. Por fim, apesar dos desafios atuais, as estimativas do mercado apontam para um PIB positivo em 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
Relatório da Administração

10. Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que contratamos a Ernst & Young Global Limited ("EY") para prestação dos serviços de auditoria das nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como de revisões das informações trimestrais ("ITR"), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). Adotamos o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, sendo os serviços prestados pela Ernst & Young Global Limited ("EY") foram contratados para o período de 2019 – 2023. A remuneração dos auditores independentes relativa ao exercício social encerrado 31 de dezembro de 2022 corresponde ao montante de R$2.004.933,31referente ao serviço relacionado à auditoria independente das demonstrações financeiras do exercício de 2022 e das Informações Trimestrais ("ITR") da Alupar Investimento S.A..

11. Balanço Social

	Consolidado							
	31/12/2022				31/12/2021			
Base de cálculo								
Receita líquida (RL)	3.833.708				5.234.208			
Lucro operacional (LO)	2.865.955				3.780.012			
Folha de pagamento bruta (FPB)	207.053				189.120			
Valor adicionado total (VAT)	3.865.979				4.868.013			
		% sobre				% sobre		
Indicadores sociais internos		FPB	RL	VAT		FPB	RL	VAT
Encargos sociais compulsórios	37.918	18,31%	0,99%	0,98%	36.464	19,28%	0,70%	0,75%
Assistência Médica e Vale Transporte	14.469	6,99%	0,38%	0,37%	12.584	6,65%	0,24%	0,26%
Previdência Privada	3.020	1,46%	0,08%	0,08%	2.077	1,10%	0,04%	0,04%
Educação	555	0,27%	0,01%	0,01%	864	0,46%	0,02%	0,02%
Auxilio alimentação	10.133	4,89%	0,26%	0,26%	8.577	4,54%	0,16%	0,18%
Outros	8.649	4,18%	0,23%	0,22%	7.800	4,12%	0,15%	0,16%
	74.744	36,10%	1,95%	1,93%	68.366	36,15%	1,31%	1,40%
		% sobre				% sobre		
Indicadores sociais externos		LO	RL	VAT		LO	RL	VAT
Doações e contribuições	3.350	0,12%	0,09%	0,09%	2.605	0,07%	0,05%	0,05%
Projetos de incentivo à cultura	2.521	0,09%	0,07%	0,07%	2.924	0,08%	0,06%	0,06%
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	26.412	0,92%	0,69%	0,68%	21.868	0,58%	0,42%	0,45%
Tributos excluídos encargos sociais	692.928	24,18%	18,07%	17,92%	1.322.574	34,99%	25,27%	27,17%
	725.211	25,30%	18,92%	18,76%	1.349.971	35,71%	25,79%	27,73%
Indicadores ambientais		% sobre				% sobre		
Investimentos relacionados à atividade da empresa		LO	RL	VAT		LO	RL	VAT
Projetos de preservação ambiental	6.645	0,23%	0,17%	0,17%	5.499	0,15%	0,11%	0,11%
Projetos de educação ambiental em comunidades	725	0,03%	0,02%	0,02%	660	0,02%	0,01%	0,01%
Licenças ambientais	301	0,01%	0,01%	0,01%	915	0,02%	0,02%	0,02%
Desapropriações de terras	1.135	0,04%	0,03%	0,03%	9.601	0,25%	0,18%	0,20%
Manejo de vegetação	1.971	0,07%	0,05%	0,05%	9.065	0,24%	0,17%	0,19%
	10.777	0,38%	0,28%	0,28%	25.741	0,68%	0,49%	0,53%
Indicadores do corpo funcional								
Empregados no final do período	851				781			
Escolaridade dos empregados								
Superior e extensão universitária	443				382			
Ensino médio	408				399			
Faixa etária dos empregados								
Abaixo de 30 anos	102				111			
De 30 até 45 anos	554				484			
Acima de 45 anos	195				186			
Admissões durante o ano	219				131			
Mulheres que trabalham na empresa	226				167			
Negros que trabalham na empresa	188				149			
Portadores de deficiências físicas	4				11			
Estagiários	3				1			
Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial								
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	**24,4**				**29,1**			
Acidentes de trabalho	1,0				-			

Análise do Resultado Consolidado

Receita Operacional Líquida - IFRS

A Alupar e suas subsidiárias registraram Receita Líquida de **R$ 732,3 mm** no 4T22, ante os **R$ 1.127,9 mm** registrados no mesmo período do ano passado.

Receita Líquida (R$ MM)							
	3T22	4T22	4T21	Var.%	2022	2021	Var.%
Receita de Operação e Manutenção	151,2	150,3	113,6	32,3%	566,6	431,6	31,3%
Receita de Infraestrutura	28,4	64,5	90,9	(29,1%)	250,5	1.032,9	(75,8%)
Receita de Remuneração do Ativo de Concessão	376,4	430,0	881,6	(51,2%)	2.737,5	3.541,0	(22,7%)
Receita de Suprimento de Energia	167,2	182,5	207,0	(11,8%)	695,4	797,6	(12,8%)
Receita Bruta – IFRS	**723,1**	**827,4**	**1.293,1**	**(36,0%)**	**4.250,0**	**5.803,2**	**(26,8%)**
Deduções	70,5	95,1	165,2	(42,4%)	416,3	569,0	(26,8%)
Receita Líquida IFRS	**652,7**	**732,3**	**1.127,9**	**(35,1%)**	**3.833,7**	**5.234,2**	**(26,8%)**

(a) redução de **R$ 441,3 mm** no faturamento das transmissoras, principalmente pela:

(i) redução de **R$ 26,4 mm** na **Receita de Infraestrutura,** conforme abaixo:

Transmissoras					
Receita de Infraestrutura	ESTE	TSM	ELTE	Demais Transmissoras	Total
4T22	-	-	56,2	8,3	64,5
4T21	2,0	83,8	5,2	(0,1)	90,9
Variações	(2,0)	(83,8)	51,0	8,4	(26,4)

(ii) redução de **R$ 451,6 mm** na **Receita de Remuneração do Ativo de Concessão,** que totalizou **R$ 430,0 mm** no 4T22, ante os **R$ 881,6 mm** registrados no 4T21.

Esta variação decorre principalmente da queda na correção monetária dos ativos contratuais, em razão das variações dos índices de inflação, conforme abaixo:

- Índice Geral de Preços - Mercado ("IGP-M"): 4T22: -1,09% (4T21: 1,54%)
- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"): 4T22: 1,63% (4T21: 2,96%)

(b) redução de **R$ 24,5 mm** na **Receita de Suprimento de Energia**, conforme tabela abaixo:

Faturamento	Geração Combinado			Alupar Comercializadora			Eliminações			Geração Consolidado		
4T22	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor
Contrato Bilateral ACR	395.750	240,88	95.330	44.805	210,00	9.409				440.555	237,74	104.739
Contrato Bilateral ACL	218.802	340,63	74.531				(88.099)	242,44	(21.359)	130.703	406,82	53.172
Comercialização	145.608	138,44	20.157	21.679	153,11	3.319				167.287	140,34	23.477
Partes Relacionadas	223	78,92	18	24.171	55,69	1.346	(24.394)	55,90	(1.364)	-		-
CCEE/Ajustes			1.076			85						1.161
Total			**191.111**			**14.159**			**(22.722)**			**182.548**

Faturamento	Geração Combinado			Alupar Comercializadora			Eliminações			Geração Consolidado		
4T21	MWh	Preço	Valor	MWh		Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor
Contrato Bilateral ACR	482.907	177,87	85.895							482.907	177,87	85.895
Contrato Bilateral ACL	255.655	246,41	62.995				(88.099)	220,27	(19.405)	167.556	260,15	43.590
Comercialização	195.298	208,39	40.698	200.225	123,39	24.706				395.523	165,36	65.404
Partes Relacionadas	80.496	410,38	33.034	9.413	149,05	1.403	(89.909)	383,02	(34.437)	-	-	0
CCEE/Ajustes			11.890			242						12.132
Total			**234.512**			**26.351**			**(53.843)**			**207.020**
Variações			**(43.401)**			**(12.192)**			**31.120**			**(24.472)**

Custos dos Serviços - IFRS

No 4T22, os Custos dos Serviços totalizaram **R$ 197,5 mm**, 42,0% inferior aos **R$ 340,6 mm** apurados no 4T21. Segue abaixo as principais variações nesse grupo de contas:

(a) redução de **R$ 204,4 mm** nos **Custos de Infraestrutura**. Abaixo as principais variações:

Transmissoras						
Custo de Infraestrutura	TCC	TSM	ESTE	ELTE	Demais Transmissoras	Total
4T22	-	-	(0,0)	58,1	3,0	61,2
4T21	1,9	195,5	61,1	6,6	0,4	265,5
Variações	(1,9)	(195,5)	(61,1)	51,5	2,7	(204,4)

(b) redução de **R$ 25,9 mm** na **Energia Comprada para Revenda**, conforme tabela abaixo:

Compra de Energia	Geração Combinado			Alupar Comercializadora			Eliminações			Geração Consolidado		
4T22	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor
Comercialização	(114.816)	79,54	(9.132)	(2.976)	55,78	(166)				(117.792)	78,94	(9.298)
CCEE/Ajustes			(2.747)			(21)						(2.768)
Partes Relacionadas	(24.172)	55,70	(1.346)	(88.322)	242,03	(21.377)	112.493	202,00	22.723			
Impostos			965			2.272						3.237
Total			**(12.261)**			**(19.292)**			**22.723**			**(8.829)**

Compra de Energia	Geração Combinado			Alupar Comercializadora			Eliminações			Geração Consolidado		
4T21	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor
Comercialização	(136.373)	193,48	(26.386)	(44.160)	207,00	(9.141)				(180.533)	196,79	(35.527)
CCEE/Ajustes			(2.008)									(2.008)
Partes Relacionadas	(9.413)	149,11	(1.404)	(168.595)	311,03	(52.438)	(178.008)	(302,48)	53.843	(356.016)		2
Reclassificação												-
Impostos			(333)			3.136						2.803
Total			**(30.130)**			**(58.443)**			**53.843**			**(34.730)**
Variações			17.870			39.151			(31.120)			25.901

(c) aumento de **R$ 83,6 mm** nos **Custos dos Serviços Prestados,** principalmente pelo:

(+) **R$ 71,3 mm** no segmento de geração, que registrou uma despesa de **R$ 30,2 mm** neste trimestre frente a um saldo positivo de **R$ 41,1 mm** registrado no 4T21. Este saldo positivo, não recorrente, registrado no 4T21 é resultante do reconhecimento dos direitos de extensão das Outorgas, em razão da assinatura dos Termos de Aceitação, conforme as Resoluções Homologatórias nº 2.919 e nº 2.932 que homologaram os prazo de extensão das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. Segue abaixo a abertura do reconhecimento financeiro por usina:

EXTENSÃO OUTORGAS					
Ativo	Assinatura Contrato / Autorização	Resolução Homologatória	Extensão (nº dias)	Final Concessão	Impacto Financeiro Direito de Extensão
Queluz	07/04/2004	nº 2.919	1.467	13/04/2038	R$ 5,6 mm
Lavrinhas	07/04/2004	nº 2.919	1.468	14/04/2038	R$ 7,0 mm
Verde 08	24/10/2012	nº 2.919	161	23/11/2044	R$ 0,7 mm
Foz do Rio Claro	15/08/2006	nº 2.932	1.953	20/12/2046	R$ 18,9 mm
Ijuí	15/08/2006	nº 2.932	1.648	18/02/2046	R$ 13,1 mm
Ferreira Gomes	09/11/2010	nº 2.932	584	16/06/2047	R$ 17,4 mm
Total					**R$ 62,8 mm**

(+) **R$ 10,9 mm** no segmento de transmissão, sendo:

(+) R$ 2,5 mm em razão das entradas em operação comercial das transmissoras TSM e ESTE;

(+) R$ 5,8 mm nas transmissoras ETSE, EATE, ETEP, EBTE, STC e ERTE decorrente principalmente do dissídio coletivo de 10,07% registrado no 3T22.

Segue abaixo a abertura dos Custos:

Custo dos Serviços R$ (MM)							
Custo dos Serviços	**3T22**	**4T22**	**4T21**	**Var.%**	**2022**	**2021**	**Var.%**
Custo dos Serviços Prestados	66,5	78,3	(5,3)	-	255,2	141,9	79,8%
Energia Comprada para Revenda	14,2	8,8	34,7	(74,6%)	42,5	146,2	(70,9%)
Encargos da Rede Elétrica - CUST	10,7	11,4	9,2	23,7%	40,5	34,6	17,2%
Recursos Hídricos - CFURH	2,3	1,4	1,6	(14,7%)	9,6	9,1	4,8%
Custo de Infraestrutura	37,7	61,2	265,5	(77,0%)	203,1	933,3	(78,2%)
Depreciação / Amortização	35,3	36,4	34,8	4,7%	141,7	134,5	5,4%
Total	**166,7**	**197,5**	**340,6**	**(42,0%)**	**692,7**	**1.399,6**	**(50,5%)**

Despesas Operacionais - IFRS

No 4T22, as Despesas Operacionais totalizaram **R$ 49,0 mm**, ante os **R$ 44,5 mm** apurados no 4T21.

Esta variação de **R$ 4,4 mm** neste grupo de contas deve-se à:

(a) redução de **R$ 6,2 mm** na conta **Administrativas e Gerais,** sendo os principais impactos:

(-) R$ 2,5 mm na Alupar - Holding, dado que no 4T21 ocorreu a baixa contábil de projetos de geração que foram descontinuados;

(-) R$ 3,4 mm nas transmissoras EBTE, Transleste, Transudeste e Transirapé dado que no 4T21 houveram despesas não recorrentes com provisões de honorários advocatícios.

(b) aumento de **R$ 4,6 mm** na conta **Pessoal e Administradores,** sendo:

(+) R$ 0,9 mm na Alupar – Holding resultante de aumento de quadro e constituição do Conselho Fiscal;

(+) R$ 0,9 mm na PCH Verde 08 resultante de aumento de quadro;

(+) R$ 1,5 mm em razão das entradas em operação comercial das transmissoras TSM e ESTE;

(+) R$ 0,7 mm na UHE La Virgen dado que as despesas com pessoal até 2T22 eram contabilizadas agrupadas na conta Administrativas e Gerais, ou seja, essa conta não apresentou saldo no 4T21 apresentando saldo no 4T22.

(c) aumento de **R$ 6,8 mm** na conta **Outros,** principalmente em razão do crescimento de R$ 7,4 mm na transmissora EBTE, decorrente de provisões com indenização fundiária.

Segue abaixo a abertura das Despesas:

Despesas Operacionais R$ (MM)							
Despesas Operacionais	**3T22**	**4T22**	**4T21**	**Var.%**	**2022**	**2021**	**Var.%**
Administrativas e Gerais	19,6	17,4	23,6	(26,3%)	59,1	57,3	3,0%
Pessoal e Administradores	20,0	26,1	21,5	21,2%	87,1	71,5	21,8%
Equivalência Patrimonial	(1,9)	(1,6)	(0,5)	-	(6,0)	(5,3)	13,5%
Outros	(3,6)	5,7	(1,1)	-	127,1	(74,1)	-
Depreciação / Amortização	1,5	1,5	1,1	35,2%	7,8	5,1	54,8%
Total	**35,6**	**49,0**	**44,5**	**10,0%**	**275,1**	**54,6**	**-**

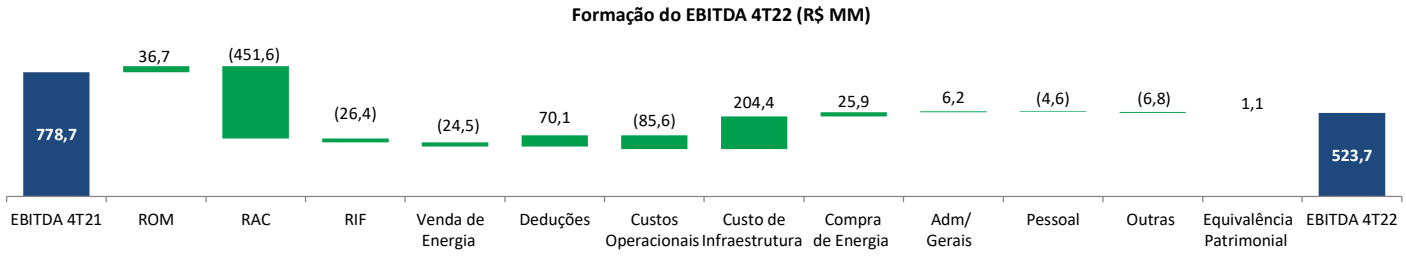
EBITDA - IFRS

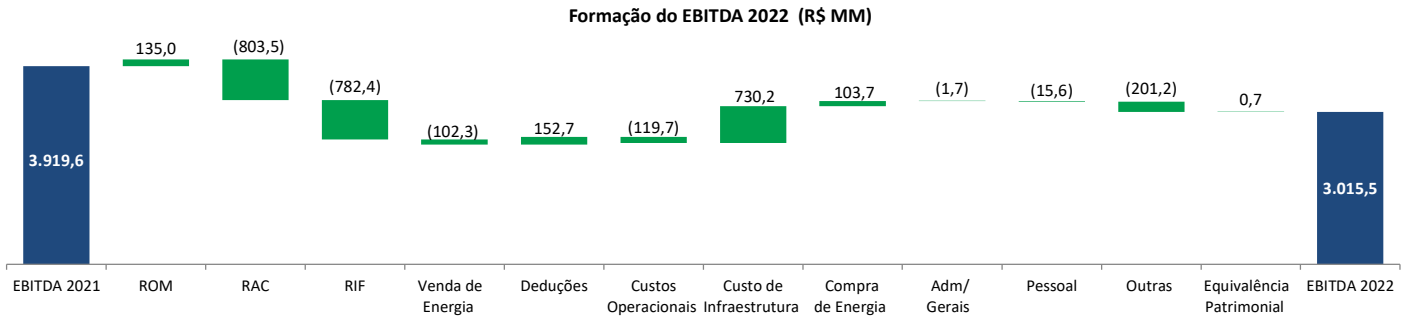
No 4T22 o EBITDA totalizou **R$ 523,7 mm**, ante os **R$ 778,7 mm** registrados no 4T21.

Segue abaixo a formação do EBITDA:

EBITDA - IFRS (R$ MM)							
	3T22	**4T22**	**4T21**	**Var.%**	**2022**	**2021**	**Var.%**
Receita Líquida - IFRS	652,7	732,3	1.127,9	(35,1%)	3.833,7	5.234,2	(26,8%)
Custos Operacionais	(79,6)	(91,1)	(5,5)	-	(305,3)	(185,6)	64,5%
Custo de Infraestrutura	(37,7)	(61,2)	(265,5)	(77,0%)	(203,1)	(933,3)	(78,2%)
Compra de Energia	(14,2)	(8,8)	(34,7)	(74,6%)	(42,5)	(146,2)	(70,9%)
Despesas Operacionais	(36,0)	(49,1)	(44,0)	11,6%	(273,2)	(54,8)	-
Equivalência Patrimonial	1,9	1,6	0,5	-	6,0	5,3	13,5%
EBITDA	**487,2**	**523,7**	**778,7**	**(32,7%)**	**3.015,5**	**3.919,6**	**(23,1%)**
Margem EBITDA	**74,6%**	**71,5%**	**69,0%**	**2,5 p.p**	**78,7%**	**74,9%**	**3,8 p.p**
Margem EBITDA Ajustada*	**79,2%**	**78,0%**	**90,3%**	**(12,3 p.p)**	**83,1%**	**91,1%**	**(8,0 p.p)**

*Subtraído da receita líquida o capex realizado (custo de infraestrura)





Notas: ROM – Receita de Operação e Manutenção / RAC – Receita de Remuneração do Ativo da Concessão / RIF – Receita de Infraestrutura

Resultado Financeiro

Totalizou **R$ (217,1) mm** no 4T22, ante os **R$ (216,6) mm** registrados no mesmo período do ano anterior.

Esta variação no resultado financeiro é explicada principalmente pela:

(a) aumento de **R$ 8,9 mm** nas Receitas Financeiras, sendo:

(-) **R$ 17,9 mm** nas PCHs Queluz e Lavrinhas, dado que no 4T21 foi contabilizada uma receita não recorrente de **R$ 18,3 mm** referente a juros / atualização monetária sobre as contas a receber de clientes, relativos ao saldo de faturas em aberto.

(+) **R$ 26,8** mm nas demais empresas, basicamente pelo aumento da taxa média dos depósitos interfinanceiros ("CDI"), que registrou 3,20% no acumulado do 4T22, ante o 1,82% no acumulado do 4T21.

(b) aumento de **R$ 9,5 mm** nas Despesas Financeiras, sendo os principais impactos:

(+) **R$ 26,8 mm** em razão das entradas em operação comercial das transmissoras TSM e ESTE;

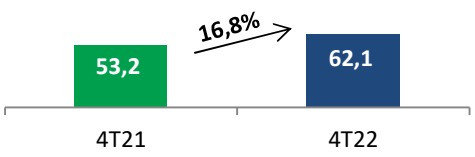
(+) **R$ 7,9 mm** na UHE Foz do Rio Claro, em razão da 1ª emissão de debêntures, em outubro/21, no montante de R$ 600,0 mm, ao custo de CDI +1,70%;

(-) **R$ 25,1 mm** basicamente pela variação dos índices, conforme abaixo:

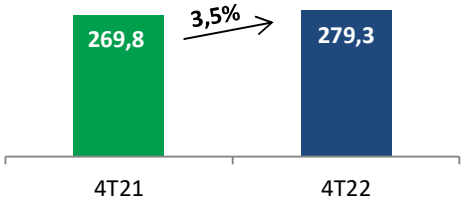
(i) redução do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), que apresentou inflação de 1,63% no acumulado do 4T22, ante os 2,96% registrados no acumulado do 4T21 e;

(ii) aumento da taxa média dos depósitos interfinanceiros ("CDI"), que registrou 3,20% no acumulado do 4T22, ante o 1,82% no acumulado do 4T21.

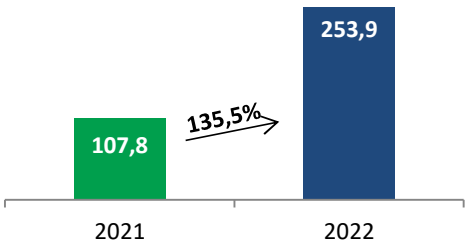
Receita Financeira (R$ MM)



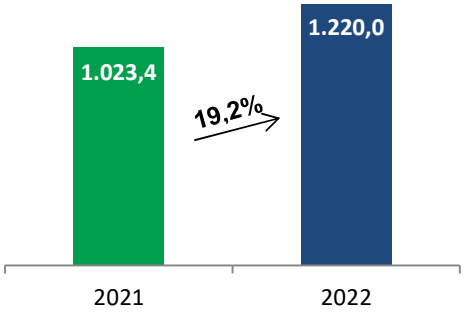
Despesa Financeira (R$ MM)



Receita Financeira (R$ MM)



Despesa Financeira (R$ MM)



Lucro Líquido – IFRS

No 4T22, o lucro líquido totalizou **R$ 191,8 mm**, ante aos **R$ 219,3 mm** registrados no 4T21.

Essa variação é resultado:

(a) redução de **R$ 255,0 mm** no **EBTIDA**, conforme detalhado anteriormente na seção "EBITDA – IFRS";

(b) redução de **R$ 208,0 mm** no **IR/CSLL**, conforme detalhado abaixo:

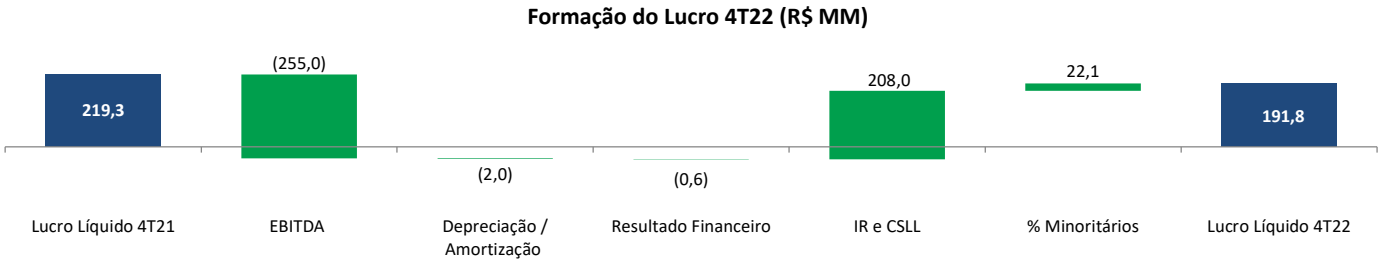
- **Transmissão:**

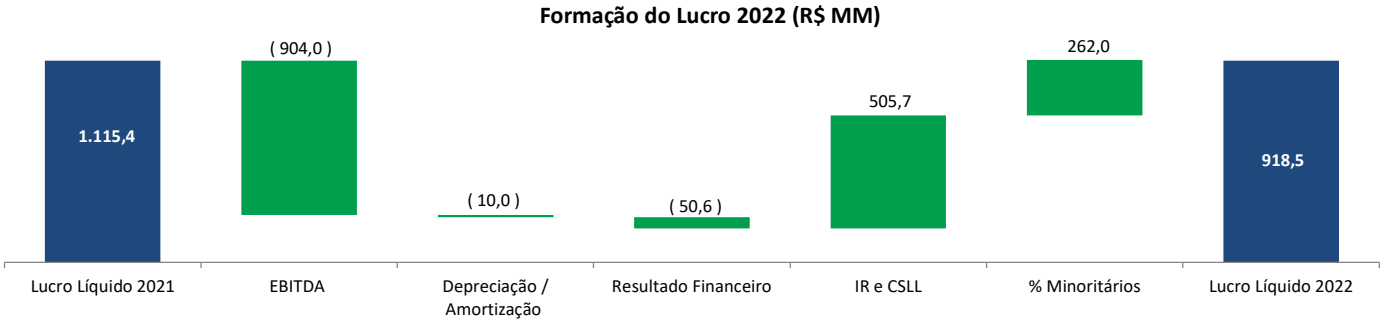
	Transmissoras									
IR / CSLL	TCC	TPE	EBTE	TSM	ETB	EATE	STN	ESTE	Demais Transmissoras	Total
4T22	(41,0)	(10,6)	(16,2)	6,7	(5,3)	7,2	7,8	3,4	17,5	(30,4)
4T21	16,8	26,9	4,1	26,5	11,7	22,9	(8,3)	(13,6)	43,6	130,7
Variações	(57,8)	(37,5)	(20,3)	(19,8)	(17,0)	(15,7)	16,1	17,0	(26,1)	(161,1)

- **Geração e Outros:**

	Geradoras								
IR / CSLL	FRC	FGE	Queluz	Lavrinhas	Demais Geradoras	Holdings	Serviço	Eliminações	Total
4T22	(2,7)	1,6	2,7	2,5	2,9	5,9	(0,9)	(19,8)	(7,8)
4T21	10,2	11,6	9,6	9,6	4,4	(6,7)	0,4	-	39,1
Variações	(12,9)	(10,1)	(6,8)	(7,2)	(1,5)	12,6	(1,3)	(19,8)	(46,9)

Segue abaixo a formação do Lucro Líquido:





Destinação de Resultados

- **Dividendos:**

Em 2 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia recomendou a distribuição de dividendos no montante de **R$ 421.973.401,92**, correspondente a **R$ 0,48** por ação ordinária e preferencial de emissão da Companhia, equivalente a **R$ 1,44** por Unit.

Atendendo à nova Política de Dividendos aprovada em dezembro de 2022, os dividendos serão pagos em parcela única, em até 60 dias da deliberação na próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 17 de abril de 2023.

Segue abaixo a abertura da destição dos resultados:

31/12/2022	R$ MM
Lucro líquido do exercício	**918,5**
(-) Reserva legal (5%)	(45,9)
Saldo disponível para destinação	**872,5**
Destinação para Reserva de Lucros a Realizar	(209,3)
Dividendos obrigatórios	**(8,8)**
Lucro remanescente a disposição da Assembléia	654,4
Dividendos declarados da reserva de lucros a realizar	413,2
Dividendos Totais	422,0

Durante o exercício de 2022, a Companhia realizou parte dos dividendos obrigatórios destinados anteriormente a conta de Reserva de Lucros a Realizar, a realização foi mediante o recebimento de dividendos de suas controladas, nos montantes de R$ 413.182 mil e reclassificou para a rubrica de “Dividendos a Pagar”, conforme determina o artigo 202 item III da Lei nº 6.404/76.

De acordo com o artigo 202, inciso II, da Lei nº 6.404/76, o valor do dividendo mínimo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar (art. 197 da mesma lei).

Para o exercício de 2022, a Administração da Companhia apurou que o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, é decorrente do resultado positivo de equivalência patrimonial (não realizado), desta forma, constituiu Reserva de Lucros a Realizar de 25% do lucro líquido do exercício, que correspondem ao dividendo mínimo obrigatório desse exercício, no montante de R$ 209.344 mil. O dividendo mínimo obrigatório de 25% da parcela realizada do lucro liquído de 31 de dezembro de 2022 corresponde ao montante de R$ 8.791 mil.

➢ Bonificação:

Em 2 de março de 2023, o Conselho de Administração recomendou, para aprovação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o aumento do Capital Social da Companhia, no valor de R$ 328.787.607,50 mediante a capitalização de parte do saldo contábil de Reserva de investimentos da Companhia, no referido valor, com a emissão de 35.164.450 novas ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, respeitada a proporção atual do capital social da Companhia entre as ações ordinárias e ações preferenciais, a serem bonificadas aos acionistas e detentores de Units na proporção de 4 novas ações para cada 100 ações existentes (razão de 4,0%), independente da sua espécie, nos termos do artigo 169 da Lei das Sociedades por Ações. O valor atribuído às ações bonificadas será de R$ 9,35 por ação, independentemente da espécie e equivalente a R$ 28,05 por Unit.

Segue abaixo a composição acionária atual e pós bonificação:

Cenário Atual[1]:

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL	%
Guarupart	445.995.367	74,71%	1.676.184	0,59%	**447.671.551**	50,92%
Cime	10.910.266	1,83%	-	-	**10.910.266**	1,24%
Free Float*	140.050.335	23,46%	280.479.102	99,41%	**420.529.437**	47,84%
Total	**596.955.968**		**282.155.286**		**879.111.254**	

[1]Considerando o cancelamento das ações em tesouraria

Cenário Pós Bonificação:

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL	%
Guarupart	463.835.182	74,71%	1.743.231	0,59%	**465.578.413**	50,92%
Cime	11.346.677	1,83%	-	-	**11.346.677**	1,24%
Free Float*	145.652.348	23,46%	291.698.266	99,41%	**437.350.614**	47,84%
Total	**620.834.207**		**293.441.497**		**914.275.704**	
Quantidade Total de Novas Ações	**23.878.239**		**11.286.211**		**35.164.450**	

Investimentos

No 4T22 foram realizados investimentos totais da ordem de **R$ 394,2 mm** em nossas empresas, sendo R$ 154,9 mm investidos no segmento de transmissão, R$ 237,5 mm no segmento de geração, e R$ 1,7 mm no desenvolvimento de novos negócios, ante os **R$ 342,0 mm** registrados no 4T21, quando R$ 260,2 mm foram investidos no segmento de transmissão, R$ 81,7 mm foram investidos no segmento de geração e R$ 0,2 mm no desenvolvimento de novos negócios.

O volume de investimentos realizados neste trimestre reflete, principalmente, a implantação dos ativos de transmissão ELTE e TCE que totalizaram **R$ 151,9 mm** e dos ativos de geração eólica Agreste Potiguar, UFV Pitombeira e La Virgen que totalizaram **R$ 233,4 mm.**

Investimentos (R$ MM)				
	4T22	**4T21**	**2022**	**2021**
Transmissão*	**154,9**	**260,2**	**543,3**	**1.024,1**
ELTE	58,1	6,6	143,6	10,4
TCC	-	1,9	-	149,8
TCE	93,7	(5,4)	340,1	90,8
ESTE	-	61,1	57,0	281,6
TSM	-	195,5	-	477,9
ETB	-	-		4,8
Outros	3,0	0,4	2,6	8,9
Geração	**237,5**	**81,7**	**566,7**	**138,4**
La Virgen	51,9	(0,3)	52,0	37,9
Eol. Agreste Potiguar	25,0	77,4	327,8	85,4
Pitombeira	156,5	-	174,9	-
Outros	4,2	4,5	12,0	15,1
Holding	**1,7**	**0,2**	**6,1**	**2,7**
Total	**394,2**	**342,0**	**1.116,1**	**1.165,2**

*Com exceção da TCE o valor do investimento das transmissoras é exatamente o valor contabilizado como custo de infraestrutura.

Endividamento

Alupar – Holding:

No 4T22, a dívida bruta da Alupar – Holding totalizou **R$ 666,8 mm**, ante os **R$ 659,5 mm** registrados em dez/21.

Esta variação é explicada pela:

(i) provisão de encargos, totalizando **R$ 26,2 mm**;

(ii) provisão de variação monetária, no montante de **R$ 61,4 mm**;

(iii) pagamentos dos encargos, no montante de **R$ 80,3 mm**.

As disponibilidades e investimentos de curto prazo da Alupar - Holding totalizaram **R$ 976,7 mm,** R$ 455,8 mm superior aos **R$ 520,9 mm** registrados em dez/21. Esta variação é explicada principalmente pelo:

(i) geração de caixa proveniente das Comissões sobre Aval **R$ 97,3 mm**;

(ii) recebimento de dividendos das subsidiárias no montante de **R$ 935,1 mm**;

(iii) pagamento de dividendos (1ª, 2ª e 3ª Tranches) no montante de **R$ 360,4 mm**;

(iv) aquisição de participação no montante de **R$ 288,8 mm** (TPE: R$ 26,4 mm) / (TSM: R$ 6,4 mm) / (IJUÍ: R$ 256,0 mm);

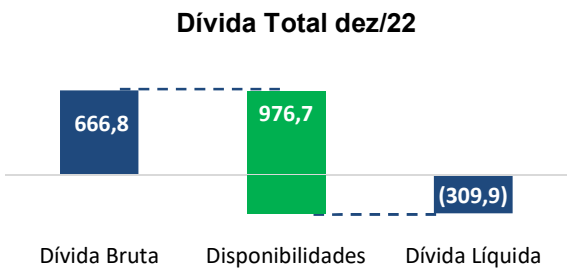
(v) venda de participação da controlada Ijuí Energia para Foz do Rio Claro Energia, no montante de **R$ 186,5 mm**;

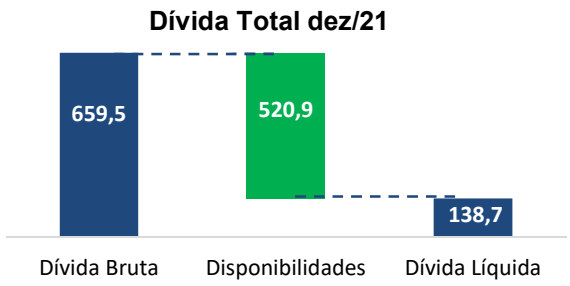
(vi) redução de capital em investidas, totalizando **R$ 45,9 mm**;

(vii) pagamento de juros da VII Emissão de debentures da Alupar – Holding, no montante de **R$ 80,3 mm** e;

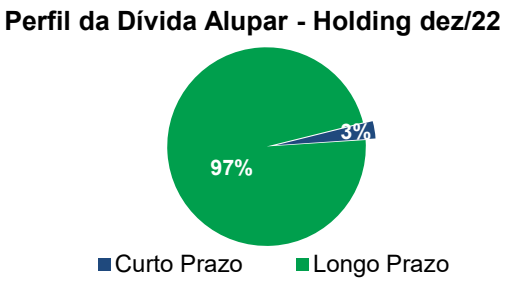
(viii) aportes de **R$ 63,3 mm** realizados nos projetos. Abaixo os principais:

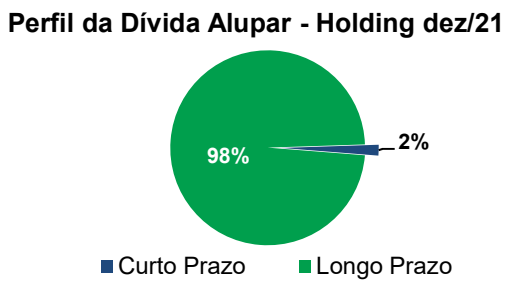
(viii.i) **R$ 14,7 mm** na transmissora TSM; (vii.ii) **R$ 19,9 mm** na transmissora TNE; (vii.iii) **R$ 4,1 mm** para Alupar Peru, responsável pela implantação da UHE La Virgen; (vii.iv) R**$ 23,0 mm** na UFV Pitombeira.





A dívida bruta da Alupar – Holding consiste na VII emissão de debêntures, indexada por CDI, com um perfil bem alongado, sendo seus vencimentos alocados entre 2024 e 2025. Abaixo o perfil da dívida da Alupar – Holding:





Para mais informações sobre o Endividamento da Alupar - Holding, favor verificar as Notas Explicativas 19 “Empréstimos e Financiamentos” e 20 “Debêntures” das demonstrações financeiras de 2022.

Consolidado:

A dívida bruta consolidada da Alupar e suas subsidiárias totalizou **R$ 11.636,1 mm** no 4T22, ante os **R$ 10.047,8 mm** apurados em dez/21. Esta variação é explicada principalmente pela:

(i) aumento de **R$ 7,3 mm** na Alupar - Holding, conforme explicado anteriormente;

(ii) novas captações, no montante de **R$ 2.627,2 mm**, sendo as principais nas empresas EATE (R$ 109,4 mm), ECTE (R$ 59,6 mm), ENTE (R$ 29,8 mm), ETEP (R$ 34,7 mm), EBTE (R$ 44,7 mm), TME (R$ 479,2 mm), ELTE (R$ 500,0 mm), Eólicas Agreste Potiguar (R$ 246,7 mm), UFV Pitombeira (R$ 199,5 mm), Alupar Colômbia / TCE (R$ 464,9 mm), La Virgen (R$ 458,6 mm);

(iii) provisões de encargos e variações monetárias das subsidiárias, totalizando **R$ 1.154,7 mm;**

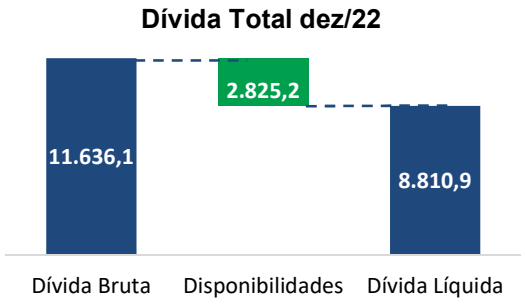
(iv) pagamentos dos encargos das dívidas das subsidiárias, no montante de **R$ 734,8 mm;**

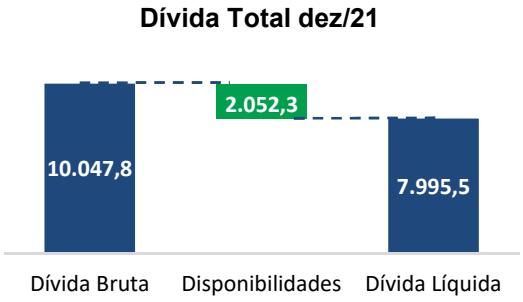
(v) amortização de principal das dívidas das subsidiárias, no montante de **R$ 1.351,2 mm**;

(vi) redução de **R$ 114,8 mm,** decorrente da variação cambial nas dívidas da UHE La Virgen e da PCH Morro Azul (Risaralda).

As disponibilidades (caixa equivalente de caixa / investimentos de curto prazo / títulos e valores mobiliários) totalizaram **R$ 2.825,2 mm** no 4T22, R$ 772,9 mm superior aos **R$ 2.052,3 mm** registrados em dez/21.

A dívida líquida registrada no 4T22 totalizou **R$ 8.810,9 mm**, ante os **R$ 7.995,5 mm** registrados em dez/21.





No 4T22 a dívida de curto prazo totalizou **R$ 1.151,0 mm** (9,9% da dívida total), ante os **R$ 951,2 mm** registrados em dez/21.

Dos 9,9% da dívida de curto prazo, 41,1% ou R$ 472,7 mm são referentes a empréstimos ponte.

Da dívida bruta consolidada: (i) **R$ 666,8 mm** referem-se à Alupar – Holding; (ii) **R$ 9.460,0 mm** estão alocados nas empresas operacionais, que possuem fluxo de pagamento compatível com as respectivas gerações de caixa e; (iii) **R$ 1.509,3 mm** referem-se aos projetos em implantação (TCE / Alupar Colômbia: R$ 541,6 mm / Eólicas Agreste Potiguar: R$ 247,7 mm / UFV Pitombeira: R$ 207,0 mm / ELTE: R$ 513,0 mm);

No 4T22, as emissões de debêntures corresponderam a **R$ 9.916,5 mm** ou 78,3% da dívida total, sendo:

(i) **R$ 666,8 mm na** Alupar - Holding;

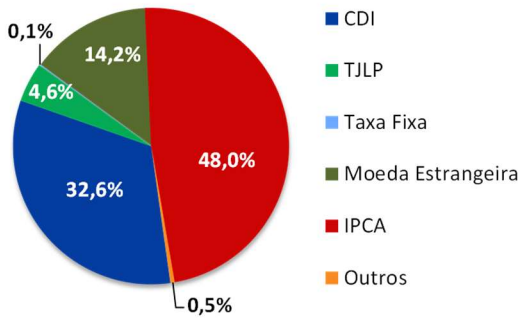
(ii) **R$ 7.729,7 mm** nas subsidiárias em operação e;

(iii) **R$ 720,0 mm** nas subsidiárias em implantantação (UFV Pitombeira / Transmissora ELTE).

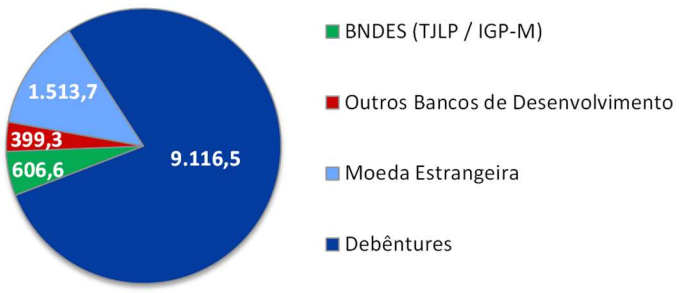
A dívida em moeda estrangeira totalizou **R$ 1.513,7 mm** ou 13,0% do total da dívida, sendo **R$ 1.266,0 mm** alocados nos projetos de geração e transmissão no Peru e na Colômbia.

Para mais informações sobre o Endividamento Consolidado, favor verificar as Notas Explicativas 19 “Empréstimos e Financiamentos” e 20 “Debêntures” das demonstrações financeiras de 2022.

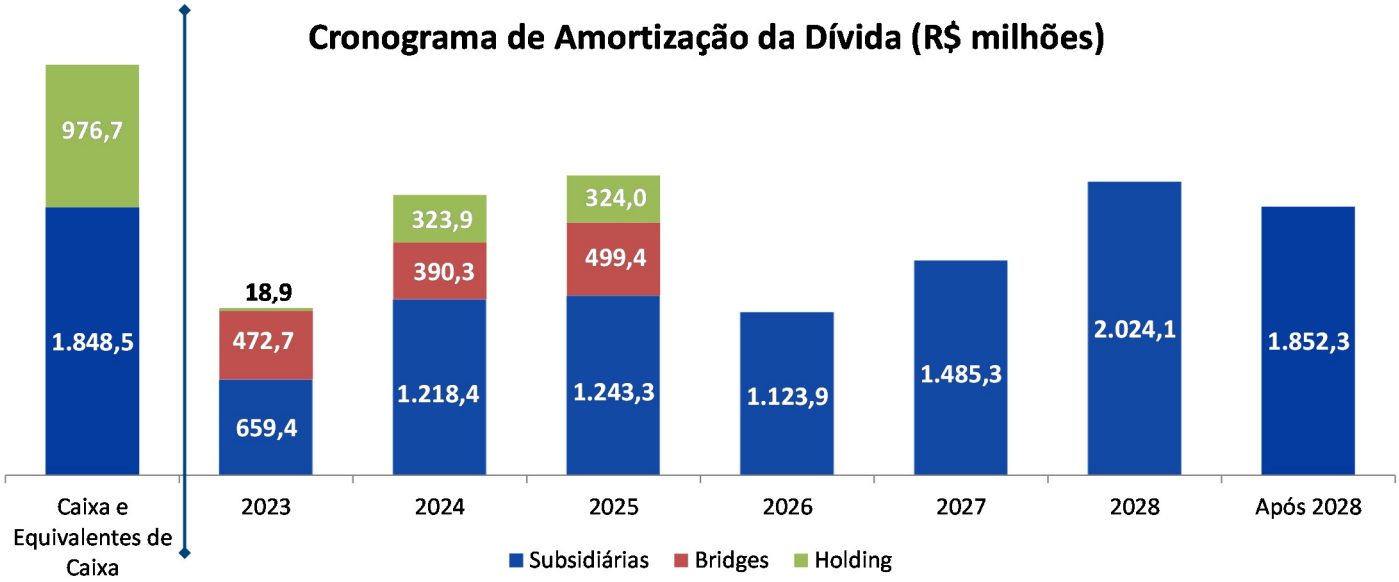
Composição Dívida Total por Indexador (%)



Composição da Divida Total (Em milhares de R$)



O perfil de dívida consolidada da Alupar é bastante alongado, compatível com a natureza de baixo risco de negócios da Companhia, alta previsibilidade de receitas e forte geração de caixa operacional dos segmentos de transmissão e geração de energia elétrica.



BRIDGES (*MM*)	2023	2024	2025
La Virgen / Alupar Inversiones	R$ 95,6	R$ 183,3	
Alupar Colômbia	R$ 115,5		
Eólicas Agreste Potiguar	R$ 247,7		
UFV Pitombeira		R$ 207,0	
ELTE	R$ 13,9		R$ 499,4
TOTAL	**R$ 472,7**	**R$ 390,3**	**R$ 499,4**

FitchRatings

- ✓ Corporativo (escala nacional) ***AAA***
- ✓ Escala Internacional ***BB***

Notas Explicativas

Alupar Investimento S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo					
Circulante		**1.256.601**	**912.364**	**5.373.445**	**4.400.677**
Caixa e equivalentes de caixa	**5**	343.170	65.529	850.481	377.119
Investimentos de curto prazo	**6**	633.531	455.336	1.836.607	1.553.503
Títulos e valores mobiliários	**7**	-	-	1.304	971
Contas a receber de clientes	**8**	12.788	10.452	448.279	391.698
Dividendos a receber	**30**	217.481	341.754	75	75
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	**29**	46.980	28.706	115.655	65.067
Outros tributos compensáveis		397	771	57.644	33.735
Estoques		-	-	9.201	8.245
Despesas pagas antecipadamente		11	30	13.602	8.251
Cauções e depósitos judiciais	**22**	-	-	384	384
Ativo contratual da concessão	**9**	-	-	1.909.364	1.701.139
Outros ativos		2.243	9.786	130.849	260.490
Não circulante		**6.829.050**	**6.709.736**	**22.560.314**	**21.319.255**
Realizável a longo prazo		39.289	216.329	16.790.143	16.176.533
Contas a receber de clientes	**8**	-	-	52.922	24.533
Títulos e valores mobiliários	**7**	-	-	136.790	120.695
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	**29**	-	-	3.187	3.489
Outros tributos compensáveis		-	-	18.422	24.867
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**29**	-	-	53.272	20.207
Instrumentos financeiros derivativos	**31**	-	-	7.088	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	6.723	11.303
Cauções e depósitos judiciais	**22**	914	815	15.854	15.478
Ativo contratual da concessão	**9**	-	-	16.448.446	15.902.984
Adiantamento para futuro aumento de capital	**30**	30.324	215.433	-	-
Outros ativos		8.051	81	47.439	52.977
Investimentos em controladas	**10**	6.567.599	6.291.324	-	-
Investimento em controlada em conjunto	**10**	169.046	143.189	169.046	143.189
Propriedades para investimento		7.016	7.731	7.016	7.731
Imobilizado	**12**	1.807	1.850	5.324.416	4.710.238
Intangível	**13**	44.293	49.313	269.693	281.564
Total do Ativo		**8.085.651**	**7.622.100**	**27.933.759**	**25.719.932**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Alupar Investimento S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo					
Circulante		**476.977**	**420.577**	**2.558.195**	**2.447.555**
Empréstimos e financiamentos	**19**	-	-	653.418	634.414
Debêntures	**20**	18.898	11.945	497.611	316.779
Fornecedores	**14**	9.625	41.452	239.119	198.387
Salários, férias e encargos sociais		6.238	6.421	45.325	44.866
Imposto de renda e contribuição social a pagar	**29**	7.516	-	100.195	65.553
Encargos regulatórios	**17**	-	-	53.767	54.596
Outros tributos a pagar		12.577	101	97.253	50.399
Passivo de arrendamento		145	195	8.531	9.706
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	**18**	-	-	170.347	138.539
Dividendos a pagar	**30**	421.978	360.439	552.380	568.412
Adiantamentos de clientes		-	-	6.779	2.444
Provisão para compensações ambientais	**15**	-	-	8.697	7.475
Provisões para constituição dos ativos	**16**	-	-	83.170	324.502
Outras obrigações		-	24	41.603	31.483
Não circulante		**650.611**	**650.286**	**15.003.945**	**13.270.654**
Empréstimos e financiamentos	**19**	-	-	1.866.200	1.753.179
Debêntures	**20**	647.928	647.591	8.618.877	7.343.384
Passivo de arrendamento		606	1.044	36.263	38.707
Instrumentos financeiros derivativos	**31**	-	-	8.860	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	293	36.941
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**29**	-	-	2.700.528	2.571.980
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	**18**	-	-	1.473.986	1.426.080
Passivo contratual com clientes	**21**	-	-	116.330	-
Provisão para compensações ambientais	**15**	-	-	17.302	23.116
Provisões para constituição dos ativos	**16**	-	-	92.719	17.094
Provisões para contingências	**22**	1.877	1.651	10.432	6.152
Outras obrigações		200	-	62.155	54.021
Total do Passivo		**1.127.588**	**1.070.863**	**17.562.140**	**15.718.209**
Patrimônio liquído	**23**	**6.958.063**	**6.551.237**	**10.371.619**	**10.001.723**
Capital social subscrito e integralizado		2.981.996	2.981.996	2.981.996	2.981.996
(-) Gastos com emissão de ações		(65.225)	(65.225)	(65.225)	(65.225)
Reserva de capital		16.966	81.259	16.966	81.259
Reservas de lucros		3.978.834	3.482.342	3.978.834	3.482.342
Outros resultados abrangentes		45.492	70.865	45.492	70.865
Participação dos acionistas não controladores	**11**	-	-	3.413.556	3.450.486
Total do Passivo e Patrimônio Liquído		**8.085.651**	**7.622.100**	**27.933.759**	**25.719.932**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Exercício findo em		Exercício findo em	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita de operação e manutenção, Infraestrutura, Suprimento de Energia e Prestação de serviços		169.893	124.265	1.360.089	2.049.039
Remuneração finaceira do ativo de concessão		-	-	2.473.619	3.185.169
Receita operacional líquida	**25**	**169.893**	**124.265**	**3.833.708**	**5.234.208**
Energia comprada para revenda	**26**	(87.633)	(132.404)	(42.481)	(146.165)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST		-	-	(40.543)	(34.599)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		-	-	(9.577)	(9.139)
Custo dos serviços prestados	**27**	(897)	(1.240)	(396.910)	(276.383)
Custo de infraestrutura	**27**	-	-	(203.142)	(933.340)
Custo do serviço		**(88.530)**	**(133.644)**	**(692.653)**	**(1.399.626)**
Lucro (prejuízo) bruto		**81.363**	**(9.379)**	**3.141.055**	**3.834.582**
Despesas e receitas operacionais					
Administrativas e gerais	**27**	(41.750)	(35.246)	(153.962)	(133.894)
Outras receitas	**25**	(576)	1.987	75.458	85.904
Outras despesas	**27**	-	-	(202.562)	(11.835)
Resultado de equivalência patrimonial	**10**	896.203	1.128.061	5.966	5.255
		853.877	**1.094.802**	**(275.100)**	**(54.570)**
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		**935.240**	**1.085.423**	**2.865.955**	**3.780.012**
Despesas financeiras		(93.631)	(48.150)	(1.220.026)	(1.023.368)
Receitas financeiras		84.373	78.128	253.900	107.823
Resultado financeiro	**28**	**(9.258)**	**29.978**	**(966.126)**	**(915.545)**
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		**925.982**	**1.115.401**	**1.899.829**	**2.864.467**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(7.516)	-	(140.504)	(110.751)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(95.452)	(630.900)
Tributos sobre o lucro	**29**	**(7.516)**	**-**	**(235.956)**	**(741.651)**
Lucro líquido do exercício		**918.466**	**1.115.401**	**1.663.873**	**2.122.816**
Atribuído aos acionistas controladores				918.466	1.115.401
Atribuído aos acionistas não controladores	**11**			745.407	1.007.415
Lucro básico e diluído por ação ON	**24**			1,04477	1,26878
Lucro básico e diluído por ação PN	**24**			1,04477	1,26878

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Exercício findo em		Exercício findo em	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício		**918.466**	**1.115.401**	**1.663.873**	**2.122.816**
Outros resultados abrangentes	**23**				
Itens que serão reclassificados para o resultado:					
Ajustes Acumulados de Conversão		(23.781)	(14.588)	(29.396)	(17.420)
Resultado de equivalência patrimônial		(1.592)	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa		-	-	(2.972)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	690	-
Resultado abrangente do exercício		**893.093**	**1.100.813**	**1.632.195**	**2.105.396**
Atribuído aos acionistas controladores				893.093	1.100.813
Atribuído aos acionistas não controladores				739.102	1.004.583

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas
Alupar Investimento S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022				Reservas de lucros							
Descrição	Capital social	(-) Gastos com emissão de ações	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de investimentos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação de acionistas não controladores	Total consolidado
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2022	2.981.996	(65.225)	81.259	285.560	591.409	2.605.373	-	70.865	6.551.237	3.450.486	10.001.723
Resultado abrangente											
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	918.466	-	918.466	745.407	1.663.873
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(25.373)	(25.373)	(5.615)	(30.988)
Transação de capital com os sócios											
Aumento de capital - acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	63.288	63.288
Perda em transação entre sócios	-	-	(64.293)	-	-	-	-	-	(64.293)	-	(64.293)
Dividendos declarados	-	-	-	-	(413.183)	-	(8.791)	-	(421.974)	(625.682)	(1.047.656)
Variação na participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(214.328)	(214.328)
Mutações internas do patrimônio líquido											
Destinação da Reserva legal (nota 23)	-	-	-	45.923	-	-	(45.923)	-	-	-	-
Destinação para Reserva de lucros a realizar (nota 23)	-	-	-	-	209.345	-	(209.345)	-	-	-	-
Lucro remanescente a disposição da Assembléia (nota 23)	-	-	-	-	-	654.407	(654.407)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**2.981.996**	**(65.225)**	**16.966**	**331.483**	**387.571**	**3.259.780**	**-**	**45.492**	**6.958.063**	**3.413.556**	**10.371.619**

Notas Explicativas
Alupar Investimento S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021				Reservas de lucros							
Descrição	Capital social	(-) Gastos com emissão de ações	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de investimentos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação de acionistas não controladores	Total consolidado
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021	2.981.996	(65.225)	20.515	229.790	422.029	2.075.560	-	85.453	5.750.118	3.194.564	8.944.682
Resultado abrangente											
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.115.401	-	1.115.401	1.007.415	2.122.816
Ajustes de conversão cumulativa do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(14.588)	(14.588)	(2.832)	(17.420)
Transação de capital com os sócios											
Aumento de capital - acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72.177	72.177
Ganho em transação entre sócios	-	-	60.744	-	-	-	-	-	60.744	-	60.744
Dividendos declarados	-	-	-	-	(360.436)	-	-	-	(360.436)	(565.605)	(926.041)
Redução de capital - acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(71.150)	(71.150)
Variação na participação dos acionistas não controladore	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(184.055)	(184.055)
Outras movimentações	-	-	-	-	-	(2)	-	-	(2)	(28)	(30)
Mutações internas do patrimônio líquido											
Destinação da Reserva legal (nota 23)	-	-	-	55.770	-	-	(55.770)	-	-	-	-
Destinação para Reserva de lucros a realizar (nota 23)	-	-	-	-	529.816	-	(529.816)	-	-	-	-
Lucro remanescente a disposição da Assembléia (nota 23)	-	-	-	-	-	529.815	(529.815)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**2.981.996**	**(65.225)**	**81.259**	**285.560**	**591.409**	**2.605.373**	**-**	**70.865**	**6.551.237**	**3.450.486**	**10.001.723**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas
Alupar Investimento S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	925.982	1.115.401	1.899.829	2.864.467
Ajustes no lucro para:				
Depreciação e amortização	3.693	1.076	149.582	139.563
Resultado de equivalência patrimonial	(896.203)	(1.128.061)	(5.966)	(5.255)
Encargos de dívidas e juros de arrendamento	87.695	46.499	1.199.367	1.068.567
PIS, COFINS e Encargos regulatorios diferidos	-	-	95.591	302.803
Variações monetárias e cambiais líquidas	(2.637)	1.135	4.407	97.084
Receitas financeiras	(64.840)	(24.113)	(219.512)	(67.606)
Baixas de ativos	5.635	2.656	7.771	3.081
Recuperação de custo - GSF	-	-	-	(83.544)
Outros	802	(6.598)	1.736	(1.487)
	60.127	7.995	3.132.805	4.317.673
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber de clientes	(2.336)	21.727	(84.970)	20.025
Ativo contratual da concessão	-	-	(753.687)	(3.003.413)
Tributos a compensar	(17.900)	1.746	(68.052)	21.131
Estoques	-	-	(956)	(389)
Outros ativos	3.361	13.178	105.263	(161.300)
	(16.875)	36.651	(802.402)	(3.123.946)
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	(31.827)	14.710	40.732	(196.542)
Taxas regulamentares e setoriais	-	-	(829)	(4.185)
Salários, férias e encargos sociais	(183)	414	459	(12.917)
Tributos a recolher	19.992	(55)	81.496	3.036
Passivo contratual com clientes	-	-	116.330	-
Provisões de constituição dos ativos e compensações ambientais	-	-	(163.429)	149.069
Adiantamentos de clientes	-	-	4.335	988
Outros passivos	176	90	18.255	13.897
	(11.842)	15.159	97.349	(46.654)
Caixa proveniente das atividades operacionais	31.410	59.805	2.427.752	1.147.073
Imposto de renda e contribuição social recolhidos	(670)	-	(114.047)	(91.894)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**30.740**	**59.805**	**2.313.705**	**1.055.179**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aporte de capital nas investidas	(24.022)	(265.528)	(19.890)	(10.200)
Pagamento pela aquisição de investimentos	(288.807)	(108.356)	(288.807)	(108.356)
Recebimento pela alienação de investimentos	186.495	-	-	-
Redução de capital em investimentos	45.917	39.764	-	-
Empréstimo com partes relacionadas	(7.838)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital pagos	(39.302)	(212.852)	-	-
Resgate de aplicações financeiras	346.323	469.990	3.755.321	2.665.418
Investimentos em aplicações financeiras	(459.678)	(346.114)	(3.835.341)	(2.763.864)
Dividendos recebidos	935.067	692.041	-	-
Aquisições de imobilizado	(688)	(215)	(838.589)	(214.779)
Aquisições de intangível	(5.369)	(2.504)	(17.260)	(17.099)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	**688.098**	**266.226**	**(1.244.566)**	**(448.880)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital de acionistas não controladores	-	-	26.641	72.177
Redução de capital de acionistas não controladores	-	-	-	(71.150)
Adiantamento para futuro aumento de capital recebidos	-	-	-	36.529
Dividendos pagos	(360.435)	(246.149)	(1.063.689)	(879.174)
Arrendamentos pagos	(488)	(407)	(10.879)	(11.788)
Ingresso de dívidas	-	-	2.627.182	1.471.894
Juros pagos de empréstimos e debêntures	(80.274)	(35.452)	(815.105)	(624.565)
Pagamento de principal de empréstimos e debêntures	-	(168.278)	(1.351.223)	(895.254)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(441.197)**	**(450.286)**	**(587.073)**	**(901.331)**
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	-	-	(8.704)	(2.458)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**277.641**	**(124.255)**	**473.362**	**(297.490)**
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa				
Saldo no início do exercício	65.529	189.784	377.119	674.609
Saldo no final do exercício	343.170	65.529	850.481	377.119
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**277.641**	**(124.255)**	**473.362**	**(297.490)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas
Alupar Investimento S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas				
Receita de operação e manutenção	-	-	566.620	431.639
Receita de infraestrutura	-	-	250.481	1.032.923
Remuneração do ativo financeiro da concessão	-	-	2.737.546	3.541.001
Suprimento de energia	74.460	136.929	695.358	797.636
Prestação de serviços	114.376	-	-	-
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	869.006	249.224
Outras receitas	(576)	1.987	75.458	85.904
	188.260	138.916	5.194.469	6.138.327
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	(87.633)	(132.404)	(42.481)	(146.165)
Encargos do uso da rede elétrica (CUST)	-	-	(40.543)	(34.599)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	(9.577)	(9.139)
Custo de infraestrutura	-	-	(994.694)	(952.336)
Serviços de terceiros	(9.487)	(9.465)	(134.379)	(118.489)
Materiais	339	(147)	(19.911)	(22.000)
Outros custos operacionais	(1.244)	2.568	(242.108)	26.052
	(98.025)	(139.448)	(1.483.693)	(1.256.676)
(-) Depreciação e amortização	(3.693)	(1.076)	(150.438)	(140.517)
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	896.203	1.128.061	5.966	5.255
Receitas financeiras	90.841	81.938	299.675	121.624
	987.044	1.209.999	305.641	126.879
Valor adicionado a distribuir	**1.073.586**	**1.208.391**	**3.865.979**	**4.868.013**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	19.107	19.825	132.309	120.754
Benefícios	2.875	1.744	36.826	31.902
F.G.T.S	1.572	1.483	10.054	8.649
	23.554	23.052	179.189	161.305
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	31.469	21.482	699.457	1.344.924
Estaduais	-	-	14.094	4.509
Municipais	6.279	59	7.241	956
	37.748	21.541	720.792	1.350.389
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variações cambiais	92.165	46.487	1.231.330	1.112.967
Aluguéis	187	247	12.942	10.797
Outras despesas financeiras	1.466	1.663	57.853	109.739
	93.818	48.397	1.302.125	1.233.503
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	421.974	-	421.974	-
Lucros retidos	496.492	1.115.401	496.492	1.115.401
Participação de acionistas não controladores	-	-	745.407	1.007.415
	918.466	1.115.401	1.663.873	2.122.816
	1.073.586	**1.208.391**	**3.865.979**	**4.868.013**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas
às demonstrações contábeis

Alupar

1. Informações gerais

A Alupar Investimento S.A. (“Companhia” ou “Alupar”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, CNPJ 08.364.948/0001-38, e tem suas ações negociadas na bolsa de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão) sob código de negociação ALUP 11. A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo – SP, na Rua Gomes de Carvalho nº 1.996, 16º andar, Conjunto 161, Sala A, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Companhia é diretamente controlada pela Guarupart Participações Ltda. (“Guarupart”), e participa em entidades que detém concessões e/ou autorizações de serviço de transmissão e geração de energia elétrica, além de entidades holdings e entidades que atuam em outras atividades, conforme detalhado a seguir:

- **Transmissão de energia elétrica:**

Empresas ('abreviação')	Localização / Conexão	Contrato de Concessão nº	Prazo da Concessão Inicio - Fim	Início da operação	Extensão da linha (km)	Tensão (Kv)	Índice de reajuste	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação	Revisão tarifária prevista
Controladas:									
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ('ETEP')	Tucuruí (PA) - Vila Conde (PA)	043/2001	12/06/01 12/06/31	25/08/02	323	500	IGP-M	Sim	Não
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ('ENTE')	Tucuruí (PA) - Açailândia (MA)	085/2002	11/12/02 11/12/32	12/02/05	464	500	IGP-M	Sim	Não
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ('ERTE')	Vila Conde (PA) - Santa Maria (PA)	083/2002	11/12/02 11/12/32	15/09/04	179	230	IGP-M	Sim	Não
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ('EATE')	Tucuruí (PA) - Presidente Dutra (PA)	042/2001	12/06/01 12/06/31	10/03/03	924	500	IGP-M	Sim	Não (*)
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ('ECTE')	Campos Novos (SC) - Blumenau (SC)	088/2000	01/11/00 01/11/30	26/03/02	253	525	IGP-M	Sim	Não
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. ('STN')	Teresina (PI) - Fortaleza (CE)	005/2004	18/02/04 18/02/34	01/01/06	541	500	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transleste de Transmissão ('Transleste')	Irapé (MG) - Montes Claros (MG)	009/2004	18/02/04 18/02/34	18/12/05	150	345	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transudeste de Transmissão ('Transudeste')	Itutinga (MG) - Juíz de Fora (MG)	005/2005	04/03/05 04/03/35	23/02/07	140	345	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transirapé de Transmissão ('Transirapé')	Irapé (MG) - Araçuí (MG)	012/2005	15/03/05 15/03/35	23/05/07	65	230	IGP-M	Sim	Não
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ('STC')	Barra Grande (SC) - Lages (SC) - Rio Sul (SC)	006/2006	27/04/06 27/04/36	08/11/07	195	230	IPCA	Sim	Não
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica ('Lumitrans')	Machadinho (SC) - Campos Novos (SC)	007/2004	18/02/04 18/02/34	03/10/07	51	525	IGP-M	Sim	Não
Empresa de Transmissão do Espirito Santo S.A. ('ETES')	Verona (ES) - Mascarenhas (ES)	006/2007	20/04/07 20/04/37	12/12/08	107	230	IPCA	Sim	Sim
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ('EBTE')	Juba (MG) - Juína (MG)	011/2008	16/10/08 16/10/38	30/06/11	775	230	IPCA	Não	Sim
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ('ESDE')	Subestação Santos Dummond (MG)	025/2009	19/11/09 19/11/39	06/02/13	Subestação	138/345	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. ('ETEM')	Nova Mutum (MT) - Nobres (MT) - Cuiabá (MT)	005/2010	12/07/10 12/07/40	16/12/11	235	230	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. ('ETVG')	Subestação Várzea Grande (MT)	018/2010	23/12/10 12/12/40	23/12/12	Subestação	138/230	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão Serrana S.A. ('ETSE')	Subestação Abdon Batista / Gaspar (SC)	006/2012	10/05/12 10/05/42	01/12/14	Subestação	230/525 138/230	IPCA	Não	Sim
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. ('ELTE')	Henry Borden (SP) - Manoel da Nóbrega (SP)	016/2014	05/09/14 05/09/44	Pré Operacional	SE+40 Km	230/345	IPCA	Não	Sim
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A. ('ETAP')	Rio Grande do Norte (RN)	013/2016	02/09/16 02/09/46	06/04/19	SE+20 Km	500/230	IPCA	Não	Sim
Empresa Transmissora Capixaba S.A. ('ETC')	Subestação Rio Novo do Sul (ES)	020/2016	02/09/16 02/09/46	23/09/19	Subestação	345/138	IPCA	Não	Sim
Transmissora Caminho do Café S.A. ('TCC')	Minas Gerais (MG) - Espírito Santo (ES)	006/2017	10/02/17 10/02/47	19/03/21	288	500	IPCA	Não	Sim
Transmissora Paraíso De Energia S.A. ('TPE')	Bahia (BA) - Minas Gerais (MG)	002/2017	10/02/17 10/02/47	25/10/20	541	500	IPCA	Não	Sim
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. ('ESTE')	Mesquita (MG) - João Neiva (ES)	019/2017	10/02/17 10/02/47	09/02/22	236	500	IPCA	Não	Sim
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. ('TSM')	São Paulo (SP) - Rio de Janeiro (RJ)	037/2017	11/08/17 11/08/47	23/12/21	330	500	IPCA	Não	Sim

Notas Explicativas as demonstrações contábeis

Empresas ('abreviação')	Localização / Conexão	Contrato de Concessão nº	Prazo da Concessão Inicio - Fim	Início da operação	Extensão da linha (km)	Tensão (Kv)	Índice de reajuste	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação	Revisão tarifária prevista
Transmissora Colombiana de Energia S.A.S ESP (**) ('TCE')	Virginia-Nueva Esperanza - Colombia	UPME 07-2016	28/11/16 Indefinido	Pré Operacional	200	500	IPP	Não	Sim
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. ('EDTE')	Ibicoara (BA)- Ibicoara (BA)	015/2016	01/12/16 01/12/46	20/01/20	170	500	IPCA	Não	Sim
Amazônia - Eletronorte Transmissora de Energia S.A. ('AETE')	Rondonópolis (MT) - Cuiabá (MT)	008/2004	18/02/04 18/03/34	19/08/05	193	230	IGP-M	Sim	Não
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. ('TME')	Jauru (MT) - Cuiabá (MT)	023/2009	19/11/09 19/11/39	22/11/11	348	500/230	IPCA	Não	Sim
ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A ('ETB')	Bom Jesus da Lapa (BA)	011/2016	29/09/16 29/09/46	16/10/20	446	500	IPCA	Não	Sim
Controlada em conjunto:									
Transnorte Energia S.A. (***) ('TNE')	Boa Vista (RR) - Equador (RR) - Lechuga (AM)	003/2012	25/01/12 25/01/42	Pré Operacional	715	500	IPCA	Não	Sim
Total em operação					**6.974**				
Total em construção					**955**				

(*) A EATE possui revisão tarifária períodica para RBNI (vide nota explicativa nº 9). (**) A concessão da TCE está localizada na Colômbia, desta forma, as regras regulatórias divergem das regras aplicáveis no Brasil. (***) A TNE entrou parcialmente em operação comercial, vide nota explicativa nº 1.2 item b).

- ## Geração de energia elétrica:

Empresas ('abreviação')	Localização	Contrato de concessão / Autorização nº	Prazo da Outorga		Início da operação	Capacidade instalada - MW	Garantia física (**) - MW
			Início	Fim			
Controladas:							
Foz do Rio Claro Energia S.A. ('Foz')	Rio Claro - Caçu (GO) e São Simão (GO)	005/2006	15/08/06	20/12/46	05/08/10	68,4	37,1
Ijuí Energia S.A. ('Ijuí')	Rio Ijuí - Rolador (RS) e Salvador das Missões (RS)	006/2006	15/08/06	18/02/46	29/03/11	51,0	28,9
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. ('Lavrinhas')	Rio Paraíba do Sul - Lavrinhas (SP)	138/2004 e 716/2006	07/04/04	14/04/38	03/09/11	30,0	21,4
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. ('Queluz')	Rio Paraíba do Sul - Queluz (SP)	139/2004 e 715/2006	07/04/04	13/04/38	12/08/11	30,0	21,4
Ferreira Gomes Energia S.A. ('Ferreira Gomes')	Rio Araguari - Ferreira Gomes (AP)	002/2010	09/11/10	16/06/47	04/11/14	252,0	145,5
Energia dos Ventos I S.A. ('EDV I')	Aracati (CE)	Portaria 431/12	17/07/12	17/07/47	22/12/18	23,1	11,8
Energia dos Ventos II S.A. ('EDV II')	Aracati (CE)	Portaria 428/12	16/07/12	16/07/47	22/12/18	12,6	6,0
Energia dos Ventos III S.A. ('EDV III')	Aracati (CE)	Portaria 433/12	19/07/12	19/07/47	22/12/18	18,9	9,6
Energia dos Ventos IV S.A. ('EDV IV')	Aracati (CE)	Portaria 442/12	24/07/12	24/07/47	22/12/18	27,3	14,8
Energia dos Ventos X S.A. ('EDV X')	Aracati (CE)	Portaria 435/12	19/07/12	19/07/47	22/12/18	16,8	8,7
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A. ('GET')	Rio de Janeiro (RJ)	-	-		-	-	-
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P. (*) ('Risaralda')	Rio Risaralda (PCH Morro Azul) - Colômbia	-	06/09/11	Indefinido	10/09/16	19,9	13,2
Verde 8 Energia S.A. ('Verde 8')	Rio Verde - Santa Helena de Goiás (GO)	3,702/12; 4,684/14 e 5,953/16	24/10/12	23/11/44	31/03/19	30,0	18,7
Agua Limpa S.A. ('Agua Limpa')	Rio Piracicaba - Antônio Dias (MG)	Portaria 346/14	18/07/14	18/07/49	Pré Operacional	23,0	11,9
La Virgen S.A.C.(*) ('La Virgen')	Rio Tarma - Perú	060/2005-EM - 029/2008-EM	12/10/05	Indefinido	15/05/2021	84,0	49,3
Eolica do Agreste Potiguar I S.A. ('EAP I')	Jandaira (RN)	RA nº 8.521	21/01/20	21/01/55	Pré Operacional	23,1	20,5
Eolica do Agreste Potiguar II S.A. ('EAP II')	Jandaira (RN)	RA nº 8.520	21/01/20	21/01/55	Pré Operacional	35,7	12,7
Eolica do Agreste Potiguar III S.A. ('EAP III')	Jandaira (RN)	-	-		Pré Operacional	-	-
Eolica do Agreste Potiguar IV S.A. ('EAP IV')	Jandaira (RN)	RA nº 12.762/22	-		Pré Operacional	25,2	-
Eolica do Agreste Potiguar V S.A. ('EAP V')	Jandaira (RN)	-	-		Pré Operacional	-	-
Eolica do Agreste Potiguar VI S.A. ('EAP VI')	Jandaira (RN)	RA nº 12.761/22	-		Pré Operacional	21,0	-
Eolica do Agreste Potiguar VII S.A. ('EAP VII')	Jandaira (RN)	RA nº 12.760/22	-		Pré Operacional	37,8	-
UFV Pitombeira S.A.	Aracati (CE)	RA nº 9.471/20	-		Pré Operacional	47,3	15,3
Iracema Energia Geração Distribuída S.A.	Ceará				Pré Operacional	-	-
Total em operação						**664,0**	**386,4**
Total em construção						**213,1**	**60,4**

(*) As concessões de Risaralda e La Virgen estão localizadas na Colômbia e no Peru respectivamente, desta forma, as regras regulatórias aplicáveis naqueles países divergem das regras regulatórias aplicáveis no Brasil. (**) As Garantias físicas das controladas Foz, Ijuí e Ferreira Gomes foram reduzidas conforme Portaria nº 709/GM/MME, emitida em 30 de novembro de 2022, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

- ## Holdings e outros segmentos:

Empresa ('abreviação')	Atividade
Controladas:	
Alupar Chile Inversiones SpA ("Alupar Chile")	Holding
Alupar Colombia S.A.S ("Alupar Colombia")	Holding - controladora da Risaralda e TCE
Alupar Inversiones Peru S.A.C. ("Alupar Peru")	Holding - controladora da La Virgen
Apaete Participações em Transmissão S.A. ("Apaete")	Holding - controladora da AETE
Transminas Holding S.A. ("Transminas")	Holding - participação societária na Transleste, Transudeste e Transirapé
Windepar Holding S.A. ("Windepar")	Holding - controladora da EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X
AF Energia S.A. ("AF")	Prestadora de serviços de operação e manutenção

Notas Explicativas
às demonstrações contábeis

Alupar

1.1 Impactos da COVID-19

Os negócios das controladas da Alupar apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia e suas controladas não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente deles, a Companhia e suas controladas mitigam os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

Atualmente, não há previsão de atraso nas construções em andamento que possa afetar as receitas de infraestrutura constantes em suas estimativas para recuperabilidade do Imposto de renda diferido consolidado e para a análise de impairment de suas controladas.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia e suas controladas que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia e suas controladas.

1.2 Assuntos relevantes do exercício

a) Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. – ELTE

A ELTE, recebeu no dia 31 de março de 2022, a Licença Prévia nº 2832 (“LP”) expedida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), atestando a viabilidade socioambiental da Subestação Domênico Rangoni de 345/138 kV e dos seccionamentos associados. A energização deste sistema de transmissão está prevista para janeiro de 2024 e sua operação irá reforçar as redes das distribuidoras, além de atender o aumento da demanda de energia elétrica da região da baixada santista, composta por nove municípios.

Em 16 de dezembro de 2022, a ELTE recebeu a Licença de Instalação nº 2727 (“LI”) expedida pela CETESB, possibilitando o início da implantação da Subestação Domênico Rangoni.

b) Transnorte Energia S.A. - TNE

A TNE é uma SPE formada pela parceria entre Alupar (51%) e Eletronorte (49%), para a implantação do sistema de transmissão que conectará o Estado de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN), na subestação Lechuga, no estado do Amazonas, cobrindo aproximadamente 715 km de linha de 500 kV, com 02 novas subestações, a SE Equador – 500 kV, a ser instalada no Município de Rorainópolis (RR) e a SE Boa Vista - 500/230 kV – 800 MVA, situada no Município de Boa Vista (RR).

Devido aos problemas no licenciamento ambiental, a TNE protocolou na ANEEL, em 02 de setembro de 2015, o requerimento para rescisão amigável do Contrato de Concessão 003/2012 – ANEEL, devido a não manifestação da FUNAI no que tange ao componente indígena.

Em 19 de dezembro de 2016, foi publicado o Despacho Aneel nº 3.265, refletindo a decisão de sua diretoria, tomada na reunião realizada em 13 de dezembro de 2016, que trata da rescisão amigável ao contrato de concessão da TNE, com recomendação para: (i) acolher o pedido da TNE e, no mérito, dar-lhe parcial provimento reconhecendo que há elementos para extinção do Contrato de Concessão nº 003/2012- ANEEL; e (ii) encaminhar os autos do Processo Administrativo ao Ministério de Minas e Energia com recomendações para: (a) extinguir o referido Contrato de Concessão, mediante distrato, nos termos do artigo 472 do Código Civil, ou outra forma que entender adequada; (b) na hipótese de extinção do Contrato, designar um órgão ou entidade da administração federal, neste caso a Eletronorte, para dar continuidade à prestação do serviço público de transmissão referente ao CER da SE Boa Vista, até que ulterior decisão estabeleça a reversão onerosa dos bens em serviço, sendo facultado ao Poder Concedente outorgar a concessão sem efetuar a reversão prévia dos bens vinculados ao respectivo serviço público; e (c) na hipótese de extinção do Contrato, considerar como referência para a indenização dos ativos em serviço, o critério do valor novo de reposição, abatida a depreciação ocorrida no período, em laudo contábil a ser fiscalizado pela ANEEL, sendo vedada a indenização de ativos que não estavam em serviço.

Em 13 de setembro de 2017, a TNE protocolou, perante a Justiça Federal o pedido de declaração da rescisão do Contrato de Concessão nº 003/2012- ANEEL, Processo nº 1012027-22.2017.4.01.3400, em decorrência da inviabilidade, da implantação do empreendimento. Por sua vez, o Ministério de Minas e Energia (MME), após receber e analisar os autos do processo, em 22 de fevereiro de 2018, encaminhou à ANEEL o Ofício nº 66/2018/SPE-MME pelo qual não acatou a recomendação do Despacho nº 3.265/2016 e devolveu à ANEEL o processo para reavaliação.

Em setembro de 2018, após reunião com a comunidade indígena, a TNE foi autorizada a desenvolver estudos dentro da área afetada para a elaboração do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA-CI). Os trabalhos previstos em tal estudo foram realizados entre outubro/2018 e abril/2019, sendo o documento final protocolado no IBAMA, juntamente da solicitação de Licença de Instalação, em junho de 2019.

Em 10 de setembro de 2019, por meio da 33ª Reunião de Diretoria ANEEL, o colegiado decidiu: (i) autorizar a celebração de termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 003/2012, que deverá constar o reequilíbrio econômico-financeiro e o valor associado ao Compensador Estático de Reativos - CER da SE Boa Vista, parte integrante do escopo do Edital, totalizando RAP de R$275.561, atualizado até 31 de outubro de 2019; (ii) recompor o prazo de implantação do objeto para 36 meses, a ser contado a partir da assinatura de Termo de Aditivo Contratual; e (iii) convocar a contratada para, até 31 de outubro de 2019, assinar o aditivo. A presente decisão encontra-se disposta no Despacho ANEEL nº 2.502/2019.

Em 23 de setembro de 2019, considerando que a proposta de reequilíbrio econômico-financeiro ao Contrato de Concessão apresentada pela ANEEL se mostrou deficitária, uma vez que dentre os pedidos efetuados pela Companhia, a recomposição do prazo de término da concessão, dentre outros itens, não foi concedida, a TNE apresentou à Agência o recurso de pedido de reconsideração ao Despacho ANEEL Nº 2.502/2019. Em 31 de outubro de 2019, foi publicado no DOU, o Despacho ANEEL nº 2.951/2019, dando provimento parcial ao pedido de reconsideração da TNE, suspendendo a convocação da TNE para assinatura do Termo Aditivo, originalmente previsto para até 31 de outubro de 2019, até que o referido recurso fosse julgado pela diretoria colegiada da Agência.

No âmbito do Processo Judicial nº: 1012027-22.2017.4.01.3400, em março de 2021, foi prolatada sentença julgando procedente em parte a ação proposta, para determinar a rescisão do contrato de concessão nº 003/2012-ANEEL e condenar a União Federal a indenizar a TNE das perdas materiais a serem apuradas em liquidação de sentença.

Adicionalmente, em 25 de março de 2021, a TNE protocolou na ANEEL um pedido oficial para solução de controvérsias (instauração da arbitragem). O objeto dessa lide arbitral consiste na definição de eventual direito da TNE ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão nº 003/2012 até o valor requerido de RAP de R$395.660.

Em 27 de abril de 2021, em Reunião de Diretoria da ANEEL, esta deliberou por manter, em parte, o teor do Despacho ANEEL nº 2.502/2019, especialmente para os fins de: (i) autorizar a celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 3/2012-ANEEL, que deverá constar o reequilíbrio econômico-financeiro e o valor associado ao Compensador Estático de Reativos – CER da Subestação Boa Vista, parte integrante do escopo do Edital do Leilão nº 4/2011-ANEEL, totalizando Receita Anual Permitida – RAP no valor de R$329.062, atualizada até 30 de junho de 2021; (ii) recompor o prazo de implantação do objeto para 36 (trinta e seis) meses, a ser contado a partir da assinatura do Termo Aditivo Contratual; e (iii) convocar a TNE para, até 30 de junho de 2021, assinar o respectivo aditivo contratual.

Em 10 de setembro de 2021 foi realizada a 9ª Reunião Extraordinária de Diretoria da ANEEL, na qual, foi aprovada a celebração do Termo de Compromisso Arbitral e convocada a TNE para assinar o respectivo Termo e o Aditivo ao Contrato de Concessão. Posteriormente, em 17 de setembro de 2021 foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 003/2012 – ANEEL, contemplando a cláusula compromissória arbitral para definição e forma do eventual reequilíbrio econômico-financeiro do referido Contrato de Concessão.

Adicionalmente, em 28 de setembro de 2021 o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) emitiu a Licença de Instalaçao nº 1.400/2021 que possibilita a implantação da Linha de Transmissão de 500 kV Engenheiro Lechuga – Equador – Boa Vista CD e Subestações Associadas, entretanto, ela encontra-se em discussão por meio da Ação Civil Pública nº 0018408-23.2013.4.01.3200 e Ação Civil Pública nº 0018032-66.2015.4.01.3200, propostas pelo Ministério Público Federal em face da TNE para preservação de direitos indígenas supostamente ofendidos; e da Ação

Civil Pública nº 1030014-50.2021.4.01.3200, também proposta pelo Ministério Público Federal em face da TNE, visando a declaração de nulidade da referida licença.

No âmbito do Processo Judicial nº: 1012027-22.2017.4.01.3400, em 08 de outubro de 2021 foi protocolada petição, em conjunto com União e IBAMA, requerendo a extinção da ação e homologação da transação, em decorrência do compromisso arbitral firmado, com o objetivo de submeter a controvérsia à apreciação do juízo arbitral, nos moldes do §1º do art. 9º da Lei n. 9.307/96.

Em 26 de novembro de 2021 a TNE protocolou na ANEEL o pedido de reequilíbrio do Contrato de Concessão, conforme determinado no Termo de Compromisso Arbitral e no Aditivo ao Contrato de Concessão. A ANEEL deliberou sobre o pleito, negando o pedido por meio do Despacho ANEEL Nº 728, de 22 de março de 2022, publicado no Diário Oficial da União em 28 de março de2022.

Em 11 de maio de 2022, na forma do Termo de Compromisso Arbitral firmado entre TNE e ANEEL, foi encaminhado à Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional o Requerimento de Instauração de Arbitragem, requerendo a declaração do direito da TNE ao reequilíbrio econômico-financeiro integral do Contrato de Concessão. 0 procedimento arbitral encontra-se em fase inicial, já tendo sido composto o tribunal arbitral que julgará a causa.

Em 22 de setembro de 2022, foi homologado acordo judicial no âmbito das Ações Civis Públicas nº 0018408-23.2013.4.01.3200, nº 0018032-66.2015.4.01.3200 e nº 1030014-50.2021.4.01.3200, envolvendo a TNE, a União, a FUNAI, o IBAMA, o Ministério Público Federal e a Associação Comunidade Waimiri Atroari, entidade representativa do povo indígena Waimiri Atroari, o qual teve por objeto o atendimento de todas as reinvindicações do povo Waimiri Atroari com a promoção das “medidas necessárias à implantação da Linha de Transmissão Manaus/AM - Boa Vista/RR, relativas à execução do Contrato de Concessão nº 03/2012-ANEEL e ao seu licenciamento ambiental”, permitindo, assim, o início das ações referentes ao Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA-CI) e viabilizando o posterior início das obras em território indígena.

Em 24 de novembro de 2022, a TNE protocolou perante a ANEEL um pedido de excludente de responsabilidade pelo atraso relacionado ao impedimento de início de obras entre 28 de setembro de 2021 (data da emissão da LI) e 22 de setembro de 2022 (data da homologação do acordo judicial perante o TRF1), pedido este que contempla a adequação do cronograma das obras e da RAP do Contrato de Concessão nº 003/2012-ANEEL. Em razão do pedido, foi instaurado o processo administrativo nº 485130312912022, sendo que o pedido ainda não foi apreciado pela diretoria da ANEEL.

Destacamos que a SE Boa Vista encontra–se em operação comercial desde maio de 2015, gerando uma receita equivalente a 4% da Receita Anual Permitida total do Empreendimento.

c) Alteração de controle – Eólica do Agreste Potiguar I e II (EAP I e EAP II)

Em Assembleia Extraordinária, realizada em 6 de janeiro de 2022, foi aprovado o aumento de capital social da Eólica do Agreste Potiguar I, no montante de R$52.366. Esse aumento foi realizado da seguinte forma: a Alupar e a AF Energia S.A. integralizaram os montantes de R$22.344 e R$22, respectivamente, mediante a conversão dos valores de adiantamento para futuro aumento de capital e R$30.000 integralizados em moeda corrente em 17 de janeiro de 2022 pela Foz do Rio Claro Energia S.A. (“Foz”). Com esse aumento de capital, a Foz passou a deter 57,29% de participação do capital social da EAP I e a controlá-la, a Alupar detem 42,67% de participação e a AF detém 0,04% de participação.

Em Assembleia Extraordinária, realizada em 6 de janeiro de 2022, foi aprovado o aumento de capital social da Eólica do Agreste Potiguar II, no montante de R$94.972. Esse aumento foi realizado da seguinte forma: a Alupar e a AF integralizaram os montantes de R$34.937 e R$35, respectivamente, mediante a conversão dos valores de adiantamento para futuro aumento de capital e R$60.000 integralizados em moeda corrente em 17 de janeiro de 2022 pela Foz do Rio Claro Energia S.A. (“Foz”). Com esse aumento de capital, a Foz passou a deter 63,18% de participação do capital social da EAP II e a controlá-la, a Alupar detem 36,79% de participação e a AF detém 0,03% de participação.

d) Aquisição de participação da TPE

No dia 14 de fevereiro de 2022 a Companhia exerceu o seu direito para a aquisição de 30% das ações subscritas e integralizadas pela Perfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Perfin"), na controlada Transmissora Paraiso de Energia S.A. ("TPE"), desta forma, a Companhia aumentou sua participação dos atuais 51,00% para 65,70%.

O montante pago por esta transação foi de R$26.349, equivalente a 30.657.307 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes a 30% do capital integralizado pela Perfin, corrigido *pro rata die* pela taxa de inflação medida pelo IPCA, acrescido de juros de 7,3% a.a., computado desde a data de integralização de cada ação, até a data do efetivo pagamento do preço da Opção de Compra, deduzidos os valores de dividendos recebidos por cada ação, objeto da Opção de Compra, entre a data de integralização e a data do exercício da Opção de Compra, devidamente atualizados conforme acima, desde a data do pagamento do dividendo até a data de transferência das ações, conforme Acordo de Acionista firmado em 11 de novembro de 2016. O valor patrimonial adquirido foi de R$136.192, e o valor pago a menor sobre o valor patrimonial foi de R$109.843, reconhecido em reservas de capital aumentando o patrimônio liquído, dado que a Companhia já detinha o controle da TPE.

e) Início de recebimento da RAP da transmissora ESTE

A controlada Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. ("ESTE"), da qual a Companhia possui indiretamente 50,02% do capital social total, obteve em 18 de fevereiro de 2022, do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, o Termo de Liberação de Receita – TLR, o qual autoriza o recebimento de receita a partir de 09 de fevereiro de 2022, devido a disponibilização das instalações de transmissão para o Sistema Interligado Nacional – SIN, conforme cronograma da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Com está liberação do ONS, será adicionada uma Receita Anual Permitida ("RAP") de R$123.600 para o ciclo 2021_2022. O empreendimento está localizado nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e consiste na implantação da linha de transmissão de 500 kV Mesquita - João Neiva 2, com 236 km de extensão e a subestação João Neiva 2, 500/345 kV.

O investimento das instalações que foi unitizado é de aproximadamente R$495.400 (relação RAP/CAPEX: 25%). Adicionalmente, o montante de R$107.900, referente as despesas financeiras líquidas durante o período de construção, foi capitalizado, totalizando, assim, o investimento total do projeto a ser unitizado de R$603.300.

f) Aumento na participação acionária TSM

Por aumento de capital

Em ata de Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 17 de março de 2022, os acionistas da controlada Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. ("TSM"), decidiram aprovar, o aumento do capital social desta Companhia no valor de R$184.513. Assim, o capital social da TSM, de R$37.632, passou a ser de R$222.145, mediante a emissão de 184.512.936 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R$ 1,00 (um real) por ação, subscritas e integralizadas da seguinte forma: (i) R$63.288 subscrito pela acionista Perfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Perfin"), correspondentes 63.287.936 ações ordinárias, as quais foram integralizadas mediante capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital – AFACs; e (ii) R$121.225 subscrito pela acionista Alupar Investimentos S.A. ("Alupar"), correspondentes a 121.225.00 ações ordinárias, as quais foram integralizadas mediante capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital – AFACs.

Com esse aumento de capital, houve um aumento na participação da Alupar na TSM de 51% para 63,21% e uma redução na participação da Perfin de 49% para 36,79%, gerando um ganho nessa transação entre sócios para a Alupar no montante de R$28.241, reconhecido em reservas de capital aumentando o patrimônio liquído, dado que a Companhia já detinha o controle da TSM.

Por exercício das opções

No dia 28 de março de 2022 a Companhia exerceu o seu direito para a aquisição do restante para completar os 30% das ações subscritas e integralizadas pelo Perfin, na controlada TSM, desta forma, a Companhia aumentou sua participação dos atuais 63,21% para 65,70%.

O montante pago por esta transação foi de R$6.445, equivalente a 1.035.346 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes a 2,49% do capital integralizado pelo Perfin, corrigido *pro rata die* pela taxa de inflação medida pelo IPCA, acrescido de juros de 5% a.a., computado desde a data de integralização de cada ação, até a data do efetivo pagamento do preço da Opção de Compra, deduzidos os valores de dividendos recebidos por cada ação, objeto da Opção de Compra, entre a data de integralização e a data do exercício da Opção de Compra, devidamente atualizados conforme acima, desde a data do pagamento do dividendo até a data de transferência das ações, conforme Acordo de Acionista firmado em 2 de maio de 2017. O valor patrimonial adquirido foi de R$11.292, e o valor pago a menor sobre o valor patrimonial foi de R$4.847, reconhecido em reservas de capital aumentando o patrimônio liquído, dado que a Companhia já detinha o controle da TSM.

g) Alteração de participação acionária em Ijuí

Venda de participação

Em 14 de setembro de 2022 a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações (“Contrato”) com a sua controlada Foz do Rio Claro Energia S.A., no qual alienou parte de sua participação acioniária na Ijuí Energia S.A. (“Ijuí”, sua controlada), mediante a venda de 160.704.291 ações ordinárias nominativas, que representa 58,85% do capital votante e 51% do capital social total. O valor recebido pela venda foi o valor patrimonial no montante de R$186.495. Todas as obrigações e as condições precedentes usuais para operações desta natureza foram cumpridas.

Por exercício das opções

Em ato continuo, no mesmo dia, conforme previsto no Instrumento Particular de Outorga de Opção de Venda das Ações Preferenciais de Emissão da Ijuí Energia S.A, celebrado em 05 de setembro de 2008, entre a Companhia e o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (“FI-FGTS”) e posteriores aditamentos, foi exercido pelo FI-FGTS, em 18 de julho de 2022, o seu direito a venda da totalidade das 42.041.590 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, ora detidas pelo FI-FGTS, de emissão da Ijuí (“Opção de Venda”), que representavam 13,34% do capital social total, resultando em 14 de setembro de 2022, na compra pela Companhia e consequentemente na transferência da totalidade destas ações, conforme previsto no mesmo instrumento. O valor pago por esta transação foi de R$256.013 e o valor patrimonial adquirido foi de R$48.789, sendo assim o valor pago a maior sobre o valor patrimonial foi de R$207.224 reconhecido em Reservas de Capital no Patrimônio liquído, dado que a Companhia manteve o controle da Ijuí, agora de forma indireta. Desta forma, a Companhia passa a deter 100% de participação acionária em Ijui, sendo que 49% de forma direta e 51% de forma indireta, via sua participação em Foz do Rio Claro. A Companhia reitera que, a partir da conclusão desta transação não restam quaisquer obrigações remanescentes entre as partes.

h) Leilão de Transmissão 02/2022 – LOTE 6

Em 16 de dezembro de 2022, a Alupar sagrou-se vencedora do Lote 06 do Leilão de Transmissão 02/2022 – ANEEL, atráves do consórcio Olympus XIV (parceria entre a Alupar e a Mercury Investiments Participações S.A. - Mercury). A RAP vencedora foi de R$69.500, com deságio de 15,05% e com investimento definido pela ANEEL de R$498.364.
O LOTE 6 está localizado em Sâo Paulo e trata-se da substituição do barramento GIS de 230 kV por outro de 345 kV; SE Centro 345-230/88 kV – 4 x 150 MVA; SE Centro 345-230/20-20 kV – 3 x 150 MVA + 1x 150 MVA. O prazo para a construção é 30 de março de 2028 e o prazo de concessão é de 30 anos.

Em 18 de janeiro de 2023, o Tribunal de Conta da União (“TCU”) decidiu, em sessão colegiada ordinária do plenário, pela retirada do LOTE 6 do Leilão de Transmissão ANEEL 02/2022, realizado em 16 de dezembro de 2022. Em 13 de fevereiro de 2023, a ANEEL protocolou junto ao TCU um pedido reexame da exclusão do Lote 6 do Leilão de Transmissão. No mesmo dia, a Alupar efetuou o mesmo pedido como parte interessada. Até a emissão destas demonstrações contábeis a ANEEL e a Alupar aguardam o retorno de seus pleitos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS), e apresentadas de forma condizente com normas complementares emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Assim como, em conformidade com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, quando essas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou com as normas internacionais.

2.2. Declaração de conformidade

Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas na gestão das operações da Companhia e suas controladas.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em 02 de março de 2023.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

2.4. Uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia e suas controladas faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças, elas serão reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Contratos de concessão (notas explicativas nº 9 e nº 25) – avaliação do momento de reconhecimento do ativo da concessão; definição da taxa para precificação do componente de financiamento dos ativos do contrato; principais premissas na alocação da receita a cada obrigação de performance, determinação das margens ponderado pela contraprestação variável (parcela variável);

• Imobilizado (nota explicativa nº 12) e Intangível (nota explicativa nº 13) - aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

• Provisão para compensações ambientais (nota explicativa nº 15); Provisão para desmobilização de ativos; Provisão para constituição dos ativos (nota explicativa nº 16) e Provisão para contingências (nota explicativa nº 22) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

• Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos (nota explicativa nº 18) - principais premissas em relação aos valores realizáveis referentes aos contratos de concessão;

• Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 29) – principais premissas em relação aos valores realizáveis referentes aos contratos de concessão; e

• Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 31.1) - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

• Instrumentos financeiros derivativos e Hedge accounting (nota explicativa nº 31.3) - julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. As premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

2.5. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, suas controladas e de sua controlada em conjunto, com exceção das controladas Alupar Peru e La Virgen cuja moeda funcional é o *Nuevo Sol*, das controladas Alupar Colômbia, Risaralda e TCE cuja moeda funcional é o *Peso Colombiano* e da controlada Alupar Chile cuja moeda funcional é o *Peso Chileno*. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico principal no qual cada controlada opera.

3. Principais politicas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas em 1º de janeiro de 2022, descritas na nota explicativa nº 4, e com exceção das políticas contábeis relacionadas aos Instrumentos financeiros derivativos.

3.1. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. O controle, por sua vez, é obtido quando a Companhia e/ou uma de suas controladas estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Os investimentos da Companhia em suas controladas e em nas controladas em conjunto são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a participação da Companhia nas controladas e controlada em conjunto se apresentava da seguinte forma:

Notas Explicativas
às demonstrações contábeis

Alupar

Empresa	Atividade	País	Participação 31/12/22 (%)		Participação 31/12/21 (%)	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas:						
ACE	Comercializadora	Brasil	100,00	-	100,00	-
AETE	Transmissão	Brasil	-	32,06	-	32,06
AF Energia	Prestadora de serviços	Brasil	100,00	-	100,00	-
Agua Limpa	Geração	Brasil	99,99	-	99,99	-
Alupar Chile	Holding	Chile	100,00	-	100,00	-
Alupar Colombia	Holding	Colômbia	100,00	-	100,00	-
Alupar Peru	Holding	Perú	100,00	-	100,00	-
Apaete	Holding	Brasil	36,96	-	36,96	-
EAP I (x)	Geração	Brasil	42,67	57,33	99,90	-
EAP II (x)	Geração	Brasil	36,79	63,21	99,90	-
EAP III	Geração	Brasil	99,90	-	99,90	-
EAP IV	Geração	Brasil	99,90	-	99,90	-
EAP V	Geração	Brasil	99,90	-	99,90	-
EAP VI	Geração	Brasil	99,90	-	99,90	-
EAP VII	Geração	Brasil	99,90	-	99,90	-
EATE	Transmissão	Brasil	50,02	-	50,02	-
EBTE (i)	Transmissão	Brasil	-	25,51	-	25,51
ECTE	Transmissão	Brasil	50,02	-	50,02	-
EDTE (vi)	Transmissão	Brasil	-	25,06	-	25,06
EDV I (ix)	Geração	Brasil	-	100,00	-	100,00
EDV II (ix)	Geração	Brasil	-	100,00	-	100,00
EDV III (ix)	Geração	Brasil	-	100,00	-	100,00
EDV IV (ix)	Geração	Brasil	-	100,00	-	100,00
EDV X (ix)	Geração	Brasil	-	100,00	-	100,00
ELTE	Transmissão	Brasil	99,99	-	99,99	-
ENTE	Transmissão	Brasil	50,01	-	50,01	-
ERTE	Transmissão	Brasil	21,96	28,05	21,96	28,05
ESDE (iii)	Transmissão	Brasil	-	50,02	-	50,02
ESTE (i)	Transmissão	Brasil	-	50,02	-	50,02
ETAP	Transmissão	Brasil	100,00	-	100,00	-
ETB	Transmissão	Brasil	51,00	-	51,00	-
ETC	Transmissão	Brasil	100,00	-	100,00	-
ETEM	Transmissão	Brasil	62,79	-	62,79	-
ETEP	Transmissão	Brasil	50,02	-	50,02	-
ETES	Transmissão	Brasil	100,00	-	100,00	-
ETSE (iv)	Transmissão	Brasil	-	50,02	-	50,02
ETVG	Transmissão	Brasil	100,00	-	100,00	-
Ferreira Gomes	Geração	Brasil	100,00	-	100,00	-
Foz	Geração	Brasil	100,00	-	100,00	-
GET	Geração	Brasil	51,00	-	51,00	-
Ijui (x)	Geração	Brasil	49,00	51,00	86,66	-
La Virgen (viii)	Geração	Perú	3,67	86,07	3,67	86,07
Lavrinhas	Geração	Brasil	61,00	-	61,00	-
Lumitrans (i)	Transmissão	Brasil	15,00	40,01	15,00	40,01
Queluz	Geração	Brasil	68,83	-	68,83	-
UFV Pitombeiras	Geração	Brasil	99,99	-	99,99	-
Risaralda (vii)	Geração	Colômbia	0,34	99,62	0,34	99,62
STC (i)	Transmissão	Brasil	20,00	40,01	20,00	40,01
STN	Transmissão	Brasil	51,00	-	51,00	-
TCC	Transmissão	Brasil	65,70	-	65,70	-
TCE (vii)	Transmissão	Colômbia	-	99,99	-	99,99
TME	Transmissão	Brasil	60,00	-	60,00	-
TPE	Transmissão	Brasil	65,70	-	51,00	-
Transirapé (ii) (v)	Transmissão	Brasil	-	33,71	-	33,71
Transleste (ii) (v)	Transmissão	Brasil	-	33,71	-	33,71
Transminas	Holding	Brasil	70,02	-	70,02	-
Transudeste (ii) (v)	Transmissão	Brasil	-	33,71	-	33,71
TSM	Transmissão	Brasil	65,70	-	51,00	-
Verde 8	Geração	Brasil	85,00	-	85,00	-
Windepar	Holding	Brasil	100,00	-	100,00	-
Iracema	Geração	Brasil	100,00	-	100,00	-
Controlada em conjunto:						
TNE (*)	Transmissão	Brasil	51,00	-	51,00	-

(i) Controladas diretamente pela EATE. (ii) O controle é obtido por meio do controle que a Companhia exerce sobre a EATE e a Transminas, que somadas, possuem 51% de participação no capital votante da investida. (iii) Controlada diretamente pela ETEP. (iv) Controlada diretamente pela ECTE. (v) Participação indireta via EATE e Transminas. (vi) Participação indireta via ENTE. (vii) Participação indireta via Alupar Colômbia. (viii) Participação indireta via a controlada Alupar Peru. (ix) Participação indireta via a controlada Windepar. (x) Participação indireta via a controlada Foz. (*) A TNE é controlada em conjunto pois decisões relevantes sobre o negócio são tomadas por unanimidade de votos dos acionistas detentores de ações votantes para serem aprovadas.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:
a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e
d) Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

Nas operações com controladas, os lucros não realizados são totalmente eliminados nas operações de venda da controladora para a controlada (*downstream*), os quais devem ser reconhecidos no resultado da controladora somente quando os ativos transacionados forem realizados (pelo uso, venda ou perda) na investida. São considerados não realizados os lucros contidos no ativo de qualquer entidade pertencente ao mesmo grupo econômico, não necessariamente na controlada para a qual a controladora tenha feito a operação original. Nas demonstrações individuais da Companhia, a eliminação do lucro não realizado é feita no resultado de equivalência patrimonial, deduzindo-se cem por cento do lucro contido no ativo ainda em poder da controlada, em contrapartida da conta de investimento (como se fosse uma devolução de parte desse investimento), até sua efetiva realização do ativo na controlada.

3.2. Combinação de negócios

Nas demonstrações contábeis consolidadas as combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo dos ativos e passivos assumidos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações adquiridas pela Companhia e controladas na troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

As participações dos acionistas não controladores, que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia e de suas controladas no caso de liquidação, são mensuradas com base no valor justo das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

3.3. Moeda estrangeira

(a) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. Se houver vários pagamentos ou recebimentos antecipados, a data da transação é a data de cada pagamento ou recebimento antecipado

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão de um hedge de fluxos de caixa qualificado e efetivo é reconhecido em outros resultados abrangentes.

(b) Controladas no exterior

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa média de câmbio do mês de ocorrência das transações, assim como as demonstrações dos fluxos de caixa. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa de controlada no exterior, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa controlada no exterior, reconhecido em outros resultados abrangentes, é reclassificado para o resultado.

3.4. Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment.* As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por Meio do Resultado Abrangente (VJORA), são classificados como ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR). No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(i) Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(ii) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

(b) Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos.

  Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria.

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 31.1.

(c) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros e swaps de taxa de juros, para proteger-se contra riscos de taxa de câmbio e riscos de taxa de juros, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo

Para fins de contabilidade de hedge, os referidos instrumentos de proteção podem ser classificados como: (i) Hedge de valor justo; (ii) Hedge de fluxo de caixa; e (iii) Hedge de investimento líquido.

No início de um relacionamento de hedge, a Companhia e suas controladas formalmente designa e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilidade de hedge e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o hedge.

A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Administração avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e
- O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a Entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge, são atualmente registrados como hedge de fluxo de caixa.

O derivativo designado como instrumento de proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em Outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Caso o instrumento de proteção não mais atenda aos critérios de contabilização, expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido ou tenha sua designação revogada, a contabilização de “hedge” é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

A efetividade do hedge é medida com base nas alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do instrumento de hedge que compensam as alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do item protegido. A não efetividade de hedge dar-se-á na medida em que as alterações no valor justo ou os fluxos de caixa do instrumento de hedge são maiores ou menores do que aquelas do item protegido. Para que exista relação econômica significa que o instrumento de hedge e o item protegido deve possuir valores que geralmente movem-se em direções opostas devido ao mesmo risco, que é o risco protegido.

3.5. Contratos de Concessão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por manter a infraestrutura disponível do sistema de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distinta: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, as transmissoras de energia mantem sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebem uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Investimentos não amortizados geram direito a indenização pelo Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão, mediante pagamento da indenização.

As controladas da Companhia que possuem concessão de transmissão de energia elétrica registram e mensuram a receita dos serviços que prestam de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15), CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão (IFRIC 12). Caso a concessionária realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados, caso os valores sejam identificáveis separadamente.

(a) Ativo financeiro da concessão

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento das contas a receber e da respectiva receita se originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

(b) Ativo contratual da concessão

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que as controladas da Companhia operam e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as controladas da Companhia recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram direito a indenização pelo Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 6,00% a.a. a 12,30% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA ou IGP-M. Adicionalmente, não há alteração da taxa implícita definida no início de cada projeto, qualquer alteração ocorrida no fluxo de recebimentos é reconhecida imediatamente no resultado.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra (construção), tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas de infraestrutura e a receita de remuneração financeira dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos; bem como dos encargos regulatórios: Reserva Global de Reversão - RGR e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE que estão registrados na rubrica de “Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos”, no passivo circulante e não circulante.

3.6. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os gastos com manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa nº 12, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), e conforme taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitada ao prazo de autorização para os parques eólicos. Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

O entendimento da Administração da Companhia é que no advento do termo final do contrato de concessão, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são atualizados conforme revisões efetuadas pela ANEEL, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Energia elétrica pode ser produzida ao trazer o ativo imobilizado para o local e condição necessários para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. A entidade reconhece a venda de tal energia elétrica, e o custo, no resultado de acordo com as normas contábeis aplicáveis.

3.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por:

(a) Direito de exploração – Uso do Bem Público ("UBP")

Refere-se ao direito das controladas Ijuí, Foz e Ferreira Gomes de operarem como Concessionárias de Uso do Bem Público (UBP), na produção e comercialização de energia elétrica, conforme contrato de concessão, as quais pagarão por este direito parcelas fixas mensais durante o prazo de concessão, com ínicio a partir da entrada em operação comercial do empreendimento. O reconhecimento inicial da provisão do pagamento do UBP é em contrapartida ao Intangível e foi reconhecida de acordo com o "*CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*" ajustada ao valor presente pela taxa de desconto que reflete ao valor justo da obrigação. Após o reconhecimento inicial a provisão do UBP é mantida pelo custo amortizado, cujas as parcelas são atualizadas anualmente pelo IGP-M, sendo essa atualização reconhecida em despesas financeiras. Não há incidência de juros.

(b) Direito exploração obtidos em combinação de negócios

Refere-se ao direito de exploração da concessão e ou autorização, obtidos em uma combinação de negócios. Conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, os direitos de autorização de exploração, são classificados no balanço patrimonial da controladora na rubrica Investimentos, enquanto no balanço patrimonial consolidado são classificados na rubrica Intangível. A vida útil desse intangível é o prazo remanescente da concessão e ou autorização.

(c) Direito de extensão da outorga

Refere-se ao direito de extensão da outorga obtido pelas controladas Queluz, Lavrinhas, Verde 8, Foz do Rio Claro, Ferreira Gomes e Ijuí, em decorrência da Lei n◦. 14.052, publicada em 9 de setembro de 2020, que estabeleceu novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas geradoras hidrelétricas que participaram do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), durante o período de 1º de junho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. Essas extensões de outorga foram homologadas pela ANEEL, de acordo com a regulamentação estabelecida na Resolução Normativa ANEEL nº 895 e compensaram as geradoras pelo risco hidrológico (*GSF – Generation Scaling Factor*) incorrido no período de 1º de junho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. Os valores registrados estão sendo amortizados mensalmente e a vida útil desse intangível é o novo prazo resmanescente da concessão ou autorização dessas controladas.

(d) Desenvolvimento de projetos

Refere-se aos custos no processo de desenvolvimento de projetos, como a contratação de serviços de engenharia, viagens e outros. Após a obtenção da autorização/permissão/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos podem ser vendidos ou são transferidos às Sociedades de Propósito Específicos – SPE´s, e os valores gastos no desenvolvimento dos projetos podem que reembolsados ou utilizados como aporte de capital.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações da Administração da Companhia.

3.8. Redução ao valor recuperável ("impairment")

(a) Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando a Companhia e as controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição é relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão é revertida através do resultado.

(b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, a avaliação do valor recuperável é feita anualmente, independente da existência de indícios de perda.

Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pró-rata.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

(a) Provisão para compensações ambientais

Em função das suas atividades, as controladas da Companhia constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica do Imobilizado ou custo de infraestrutura para as transmissoras que aplicam o ICPC 01.

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das UHEs, PCHs, e LTs, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes.

Os custos relativos às Licenças ambientais estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa. O reconhecimento inicial é feito em contrapartida ao Imobilizado, Intangível ou Custo de construção - este para as transmissoras que aplicam o "*ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão".*

As licenças prévias, de instalação e operação, obtidas na fase do planejamento, construção e instalação dos empreendimentos, são reconhecidas como custo do item que gere maior impacto ambiental, mais especificamente como custo das barragens (usinas hidrelétricas) ou das torres (transmissoras), conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil desses imobilizados. Já as licenças de operação obtidas após a entrada em operação comercial, são reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência das licenças.

(b) Provisão para desmobilização de ativos

Para as controladas que exploram parques eólicos que, nos contratos de arrendamento do terreno onde instalados, são assumidas obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

(c) Provisão para constituição dos ativos

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações presentes das obras a serem finalizadas oriundas do contrato de concessão, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica do Imobilizado ou custo de infraestrutura para as transmissoras que aplicam o ICPC 01.

(d) Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação se uma provisão é necessária de ser reconhecida inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.10. Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(b) Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

3.11. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas conforme legislação vigente, reconhecidas na demonstração do resultado e incluem o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. O tributo corrente é o tributo a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

O lucro ou prejuízo tributável difere do lucro (ou prejuízo) antes dos impostos reportado na demonstração do resultado, devido a legislação tributária exigir que certas transações devem ser excluídas ou adicionadas ao lucro contábil. Apurado o lucro tributável, no Brasil aplicam-se as alíquotas vigentes de 15%, acrescida do adicional de 10% quando o lucro tributável ultrapassar R$240, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. E ainda, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável. Na Colômbia, aplica-se a alíquota vigente de 33% e no Peru a alíquota vigente de 29,5%.

Determinadas controladas da Companhia optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. No Brasil o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras. Adicionalmente as controladas optantes por esse regime de tributação não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, exceto nos casos em que já existe plano de mudança do regime de tributação cujos efeitos são mensuráveis, e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Na Colômbia é obtido aplicando o percentual de 3,5% sobre o patrimônio líquido do exercício anterior.

Algumas controladas da Companhia que residem no Brasil em zonas com incentivos fiscais, possuem o chamado “Lucro da Exploração”, aprovado pela SUDENE ou SUDAM, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido para empreendimentos construídos em região incentivada. Esse benefício é reconhecido como redutor da despesa de imposto de renda e transferido da rubrica de “Lucros acumulados” para “Reserva de incentivos fiscais”, no patrimônio.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidas com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais.

3.12. Encargos regulatórios

Os Encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, sendo que seu valor anual equivale a 2,6% da RAP. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP.

Estes saldos estão refletidos no consolidado no passivo circulante e não circulante nas rubricas “Encargos regulatórios” e “Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos”, respectivamente, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.13. Reconhecimento da receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a Companhia e suas controladas satisfazem as obrigações de performance assumidas nos contratos com os clientes, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a Companhia e suas controladas receberão a contraprestação à qual terão direito. As receitas são classificadas conforme a seguir:

Notas Explicativas
às demonstrações contábeis

Alupar

(a) Receita de infraestrutura

Refere-se a receita relativa a obrigação de desempenho relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita de infraestrutura é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, acrescida da margem, pelo valor justo, corrigida pelo índice inflacionário, acrescida do diferimento de Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

(b) Remuneração financeira dos ativos da concessão

Refere-se ao componente de financiamento existente na receita de infraestrutura, sendo reconhecida pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão de cada contrato – projeto básico, reforço ou melhoria. A taxa implícita reflete o componente financeiro determinado no início de cada contrato de concessão e mantida até o final. A taxa implícita incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia e suas controladas estão no intervalo de 6,00% a 12,30% ao ano.

(c) Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a conclusão da fase de construção e referem-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica. A receita é reconhecida conforme a concessionária mantém a infraestrutura de transmissão disponível, aplicando-se a margem sobre o custo incorrido para operar e manter, definida no projeto inicial em função do CAPEX. A margem de operação e manutenção é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia e suas controladas têm direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão. Estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGP-M ou IPCA e também são acrescidas do diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios.

(d) Parcela variável (PV), adicional à RAP e Parcela de Ajuste (PA)

A Parcela variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão de energia elétrica. A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Está é reconhecida como receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste – PA é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

(e) Receita de suprimento de energia elétrica

Na Controladora e em suas controladas referem-se a receita de comercialização de energia, registrada com base em contratos firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Nas controladas da Companhia refere-se a venda da geração de energia, registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

(f) Prestação de serviços - Receita de Comissão de Aval de Fiança

A receita de comissão de aval de fiança refere-se a garantia dada pela Alupar à Instituições Financerias para determinados contratos de empréstimos firmados por suas controladas, a qual é cobrada mensalmente um percentual sobre os montantes em aberto.

(g) Receita de juros

A receita de juros decorrentes de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são calculadas com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.14. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas com base em sua avaliação sobre o arrendamento, se o mesmo transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, classificava-os como operacionais ou financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia e suas controladas utilizaram como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance da norma e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia e suas controladas são partes em determinados contratos com prazos determinados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance da norma, fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

Para definição da taxa incremental de empréstimo a Companhia e suas controladas utilizaram o Depósito Interbancário – DI futuro divulgado pela B3 com prazos de vencimento próximo ao prazo do arrendamento acrescidos do risco de crédito (“spread bancário”) obtidos através de prospectos recebidos de instituições financeiras de primeira linha, a época da adoção inicial dessa norma, uma vez que foi possível obter spreads distintos para prazos diferentes, além do propósito da emissão e por fim, pelas garantias serem semelhantes. A taxa aplicada varia entre 8,50% a.a. a 11,50% a.a. na Companhia e em suas controladas, a depender dos prazos dos contratos.

3.15. Distribuição de lucros

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei.

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia foi alterado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de dezembro de 2022 e estabeleceu que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Anteriormente o percentual era de 50%. Nas controladas da Companhia, o mínimo a ser distribuído, é de 25% do lucro anual.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

- *Imposto de renda sobre os dividendos*

Os dividendos pagos e recebidos entre pessoas físicas e jurídicas residentes ou não no Brasil são isentos de imposto de renda. Os dividendos pagos pelas controladas domiciliadas na Colômbia e Peru são tributadas em sua origem aplicando a alíquota de 7,5% e 5%, respectivamente.

3.16. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Não existem instrumentos financeiros de capital que poderiam afetar o lucro líquido por ação por meio de diluição e, portanto, o lucro líquido por ação básico ou diluído são idênticos.

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias com relação a participação nos lucros distribuídos.

3.17. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia e suas controladas decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.18. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

3.19. Segmentos Operacionais

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela Administração da Companhia e suas controladas para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Os principais segmentos operacionais da consistem nas atividades de transmissão e geração de energia. Existem também os segmentos: (a) Holding que compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis; e (b) “Outros” que compreende atividade de comercialização e serviços de operação e manutenção de usinas geradoras (O&M) que por não serem relevantes não estão sendo reportados separadamente.

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas estão majoritariamente localizados no Brasil. Consequentemente as informações geográficas não estão sendo apresentadas.

3.20. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS7) – Demonstração do Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia e suas controladas classificam juros pagos e dividendos pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

3.21. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Companhia e suas controladas elaboraram demonstrações por valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

4. Novas normas e interpretações

4.1. Em vigor desde 1º de janeiro de 2022

A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º janeiro de 2022 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

- Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações no CPC 25/IAS 37);
- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações no CPC 27/IAS 16); e

4.2. Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2023, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante e divulgação de políticas contábeis (alterações ao IAS 1);
- Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23/IAS 8); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações no CPC 32/IAS 12).

A Companhia e suas controladas estão avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa:	Remuneração média - % CDI		Controladora		Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Numerário disponível (Caixa e bancos)	-	-	53.462	223	-	-	180.528	35.208
Certificados de depósitos bancários	99,00%	95,00%	289.708	65.306	99,07%	98,13%	357.336	181.706
Fundos de investimento	-	-	-	-	96,70%	95,08%	233.220	153.912
Aplicações automáticas	20,00%	20,00%	-	-	20,00%	20,00%	79.397	6.293
Total			**343.170**	**65.529**			**850.481**	**377.119**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

Notas Explicativas
as demonstrações contábeis

Alupar

6. Investimentos de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Descrição da carteira				
Operações compromissadas	281.502	196.344	832.090	713.903
Títulos públicos do Governo Brasileiro	298.542	221.839	850.748	703.311
Títulos privados	53.492	37.095	153.583	136.350
Outros	(5)	58	186	(61)
Total	**633.531**	**455.336**	**1.836.607**	**1.553.503**

A Companhia e suas controladas aplicam recursos em três fundos exclusivos, mensurados ao valor justo por meio do resultado, e foram remunerados em média por 99,35% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (62,83% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

7. Títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários:	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fundos de investimento	98,10%	97,50%	138.094	121.666
			138.094	**121.666**
Circulante			1.304	971
Não Circulante			136.790	120.695

Os títulos e valores mobiliários são compostos por aplicações financeiras constituídas como contas reservas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos das controladas. Estas contas consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e financiamentos.

8. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado						
	A vencer			Vencidos					
	31/12/2022	31/12/2021	A vencer	Até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 360 dias	há mais de 361 dias	31/12/2022	31/12/2021
Sistema de transmissão de energia									
Encargos de uso da transmissão	-	-	370.134	2.290	1.014	14.912	44.523	432.873	288.639
	-	-	370.134	2.290	1.014	14.912	44.523	432.873	288.639
Sistema de geração de energia									
Ambiente regulado	3.082	-	26.583	-	-	-	-	26.583	21.199
Ambiente livre	1.860	9.670	40.160	-	-	-	-	40.160	98.870
MRE e Spot (energia de curto prazo)	386	782	1.585	-	-	-	-	1.585	7.523
	5.328	10.452	68.328	-	-	-	-	68.328	127.592
Prestação de serviços									
Comissão de aval (nota 30)	7.460	-	-	-	-	-	-	-	-
	7.460	-	-	-	-	-	-	-	-
	12.788	**10.452**	**438.462**	**2.290**	**1.014**	**14.912**	**44.523**	**501.201**	**416.231**
Circulante	12.788	10.452						448.279	391.698
Não circulante	-	-						52.922	24.533

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas no contas a receber para o segmento de geração. Para o segmento de transmissão de acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, a estrutura regulatória de transmissão brasileira foi planejada para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão de forma que os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para evitar risco de inadimplência.

9. Ativo contratual da concessão

Movimentação do ativo contratual	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**17.604.123**	**14.600.710**
Receita de operação e manutenção (nota 25)	566.620	431.639
Remuneração financeira dos ativos de concessão (nota 25)	2.737.546	3.541.001
Receita de infraestrutura (nota 25)	250.481	1.032.923
Ganho pelo resultado da revisão tarifária periódica	60.344	60.311
Perda pelo resultado da revisão tarifária periódica	(222.114)	(11.436)
Realização do ativo contratual de concessão	(2.639.190)	(2.051.025)
Saldo final	**18.357.810**	**17.604.123**
Circulante	1.909.364	1.701.139
Não circulante	16.448.446	15.902.984

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os montantes de Ganho pelo resultado da revisão tarifária periódica de R$60.344 e Perda pelo resultado da revisão tarifária periódica de R$222.114, registrados respectivamente nas rubricas de "Outras receitas" e "Outras despesas" no consolidado, cujos valores líquidos de impostos são R$55.828 de ganho e R$201.724 de perda, referem-se a revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente do resultado da Revisão Tarifária Periódica das controladas ETB, ETAP, ETC, TCC, TPE, ETES, ETSE, ESTE e EDTE, com base na Resolução Homologatória ANEEL nº 3.050 de 21 de junho de 2022.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os montantes de Ganho pelo resultado da revisão tarifária periódica de R$60.311 e Perda pelo resultado da revisão tarifária periódica de R$11.436, registrados respectivamente nas rubricas de "Outras receitas" e "Outras despesas" no consolidado, cujos valores líquidos de impostos são R$52.923 de ganho e R$10.035 de perda, referem-se a revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente do resultado da Revisão Tarifária Periódica das controladas ETVG, ETEM e TME, com base na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.882 de 22 de junho de 2021.

Notas Explicativas
às demonstrações contábeis

A composição da Receita Anual Permitida - RAP de cada controlada e controlada em conjunto de transmissão da Companhia de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067 de 12 de julho de 2022, vigente a partir julho de 2022, será realizada conforme segue:

Ciclo 2022-2023	Rede Básica			Rede Básica Fronteira		DIT (e) (Exclusivo)		Total	Parcela de ajuste (PA) apuração	Total líquido
	RBL (a)	RBNI (b)	RMEL (f)	RBL (a)	RBNI (b)	RPEC (c)	RCDM (d)			
EATE	382.823	13.873	52	-	-	-	-	396.748	(11.503)	385.245
TNE	365.956	-	-	-	-	-	-	365.956	-	365.956
TPE	287.402	457	-	-	-	-	-	287.859	(9.030)	278.829
ENTE	204.158	68	18	-	-	-	-	204.244	(6.387)	197.857
TCC	195.433	-	-	-	-	-	-	195.433	(6.453)	188.980
STN	163.350	5.449	-	-	-	-	-	168.799	(563)	168.236
ETB	170.650	826	-	-	-	-	-	171.476	(22.186)	149.290
ESTE	135.205	-	-	-	-	-	-	135.205	(1.110)	134.095
TSM	134.072	-	-	-	-	-	-	134.072	(1.655)	132.417
ETEP	88.888	28	291	-	-	-	-	89.207	(2.267)	86.940
ECTE	86.160	21	57	-	-	-	-	86.238	(2.628)	83.610
EDTE	83.645	-	-	-	-	-	-	83.645	(2.534)	81.111
ETAP	68.071	-	-	-	-	-	-	68.071	(2.127)	65.944
TME	57.857	7.237	16	-	-	-	-	65.110	(3.263)	61.847
ELTE	57.477	-	-	-	-	-	-	57.477	-	57.477
EBTE	49.946	5.302	11	3.282	-	521	-	59.062	(4.986)	54.076
TRANSIRAPE	15.792	14.485	-	3.597	6.510	293	2.843	43.520	-	43.520
AETE	43.006	-	45	-	-	-	-	43.051	(1.336)	41.715
STC	24.860	2.384	-	6.761	3.165	303	5.794	43.267	(1.605)	41.662
ETC	12.281	-	-	23.180	-	4.067	-	39.528	(3.787)	35.741
TRANSLESTE	37.004	-	-	-	-	-	-	37.004	(1.280)	35.724
ETSE	21.514	311	-	3.298	6.490	1.369	-	32.982	127	33.109
LUMITRANS	30.305	34	-	-	-	-	-	30.339	(1.521)	28.818
ERTE	36.078	10.425	-	-	-	-	-	46.503	(18.685)	27.818
ETES	11.138	439	-	-	9.379	-	2.624	23.580	(609)	22.971
TRANSUDESTE	22.936	-	-	-	-	-	-	22.936	(1.167)	21.769
ETVG	1.772	253	-	3.710	11.174	648	726	18.283	2.681	20.964
ETEM	17.981	-	71	-	-	-	-	18.052	(473)	17.579
ESDE	11.255	-	30	5.010	-	1.224	-	17.519	(312)	17.207
Total	**2.817.015**	**61.592**	**591**	**48.838**	**36.718**	**8.425**	**11.987**	**2.985.166**	**(104.659)**	**2.880.507**

(a) Rede Básica Licitada. (b) Rede Básica Novas Instalações. (c) Receita dos ativos das demais concessionárias de transmissão licitadas. (d) Receita das Demais Instalações de Transmissão. (e) Demais Instalações de Transmissão. (f) Receita de Melhorias.

Notas Explicativas
às demonstrações contábeis

Alupar

10. Investimentos em controladas e controlada em conjunto

Movimentação dos investimentos:	Saldo em 31/12/2021	Aumento (redução) de capital	Aquisição de participação	Alienação de participação	Amortização do intangível	Reclassificação de intangível	Ajuste de conversão cumulativa	Equivalência sobre ORA	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2022
Controladas:											
ACE	6.047	-	-	-	-	-	-	-	411	-	6.458
AF	6.147	-	-	-	-	-	-	-	3.672	(582)	9.237
Agua Limpa	12.247	-	-	-	-	-	-	-	(31)	-	12.216
Alupar Chile	(1.521)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.521)
Alupar Colômbia	78.765	-	-	-	-	-	(14.359)	(1.592)	(17.905)	-	44.909
Alupar Peru	226.176	4.132	-	-	-	-	(6.671)	-	(12.394)	-	211.243
Apaete	27.756	-	-	-	-	-	-	-	6.340	(1.774)	32.322
EAP I	(116)	22.344	66	-	-	-	-	-	(404)	-	21.890
EAP II	(111)	34.937	70	-	-	-	-	-	(523)	-	34.373
EAP III	(23)	-	-	-	-	-	-	-	(23)	-	(46)
EAP IV	(23)	-	-	-	-	-	-	-	(23)	-	(46)
EAP V	(23)	-	-	-	-	-	-	-	(23)	-	(46)
EAP VI	(23)	-	-	-	-	-	-	-	(23)	-	(46)
EAP VII	(23)	-	-	-	-	-	-	-	(49)	-	(72)
EATE	709.967	-	-	-	-	-	-	-	221.753	(189.141)	742.579
ECTE	127.932	-	-	-	-	-	-	-	53.484	(38.381)	143.035
ELTE	109.588	-	-	-	-	-	-	-	(12.623)	-	96.965
ENTE	300.655	-	-	-	-	-	-	-	79.851	(82.868)	297.638
ERTE	37.327	-	-	-	-	-	-	-	4.858	(2.206)	39.979
ETAP	254.128	-	-	-	-	-	-	-	47.391	(9.923)	291.596
ETB (i)	221.468	-	-	-	(2.833)	-	-	-	37.245	(52.973)	202.907
ETC	132.086	-	-	-	-	-	-	-	26.744	(6.261)	152.569
ETEM	71.111	-	-	-	-	-	-	-	9.978	(2.058)	79.031
ETEP	121.227	-	-	-	-	-	-	-	22.639	(31.507)	112.359
ETES	75.942	-	-	-	-	-	-	-	18.728	(4.007)	90.663
ETVG	110.225	-	-	-	-	-	-	-	19.851	(3.955)	126.121
Ferreira Gomes	938.724	-	-	-	-	-	-	-	36.148	(7.534)	967.338
Foz	229.366	-	-	-	-	-	-	-	(3.859)	(54.029)	171.478
GET	(548)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(548)
Ijuí	300.127	-	48.789	(186.495)	-	-	-	-	20.034	(23.627)	158.828
La Virgen (i) (*)	26.819	-	-	-	-	-	(2.702)	-	(38.813)	-	(14.696)
Lavrinhas (i)	112.499	-	-	-	(121)	3.232	-	-	13.157	(15.404)	113.363
Lumitrans	16.661	-	-	-	-	-	-	-	3.161	(4.618)	15.204
Queluz (i)	142.432	-	-	-	(240)	1.460	-	-	15.293	(6.012)	152.933
Risaralda	217	-	-	-	-	-	(49)	-	39	-	207
STC	40.543	-	-	-	-	-	-	-	6.685	(8.526)	38.702
STN	269.550	-	-	-	-	-	-	-	66.941	(53.030)	283.461
TCC	428.844	-	-	-	-	-	-	-	75.906	(66.023)	438.727
TME	130.176	-	-	-	(66)	-	-	-	11.069	(23.057)	118.122
TPE	445.226	-	136.192	-	-	-	-	-	132.918	(87.765)	626.571
Transminas	131.965	-	-	-	-	-	-	-	23.005	(16.830)	138.140
UFV Pitombeira	2	-	-	-	-	-	-	-	(276)	-	(274)
TSM	130.052	121.225	39.533	-	-	-	-	-	33.768	(18.723)	305.855
Verde 8	82.395	-	-	-	-	-	-	-	(8.877)	-	73.518
Windepar	239.343	-	-	-	-	-	-	-	(4.986)	-	234.357
Subtotal	**6.291.324**	**182.638**	**224.650**	**(186.495)**	**(3.260)**	**4.692**	**(23.781)**	**(1.592)**	**890.237**	**(810.814)**	**6.567.599**
Controlada em conjunto											
TNE	143.189	19.891	-	-	-	-	-	-	5.966	-	169.046
Total Consolidado	**143.189**	**19.891**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**5.966**	**-**	**169.046**
Total Controladora	**6.434.513**	**202.529**	**224.650**	**(186.495)**	**(3.260)**	**4.692**	**(23.781)**	**(1.592)**	**896.203**	**(810.814)**	**6.736.645**

(i) No saldo das controladas ETB, La Virgen, Queluz e Lavrinhas, está contido o direito de exploração gerado na aquisição de controle delas, que foi reclassificado para o intangível para fins de consolidação. Os valores estão divulgados na nota explicativa nº 13 (b).

(*) Do Resultado de equivalência patrimonial da La Virgen, foi eliminado o valor de R$38.362, referente ao lucro não realizado da Comissão de Aval de Fiança, cobrada pela Alupar e que foi capitalizada no Ativo Imobilizado de La Virgen, conforme determinado no ICPC 09 item 55.

Notas Explicativas
às demonstrações contábeis

Alupar

Movimentação dos investimentos:	Saldo em 31/12/2020	Aumento (redução) de capital	Aquisição de participação	Amortização do intangível	Ajuste de conversão cumulativa	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2021
Controladas:								
ACE	14	6.000	-	-	-	33	-	6.047
AF	2.866	-	-	-	-	3.281	-	6.147
Agua Limpa	7.858	4.389	-	-	-	-	-	12.247
Alupar Chile	(1.521)	-	-	-	-	-	-	(1.521)
Alupar Colômbia	86.577	4.267	-	-	(7.953)	(4.126)	-	78.765
Alupar Peru	241.688	79.204	-	-	(8.349)	(86.367)	-	226.176
Apaete	62.854	(39.764)	-	-	-	13.913	(9.247)	27.756
EAP I	(88)	-	-	-	-	(28)	-	(116)
EAP II	(83)	-	-	-	-	(28)	-	(111)
EAP III	1	-	-	-	-	(24)	-	(23)
EAP IV	1	-	-	-	-	(24)	-	(23)
EAP V	1	-	-	-	-	(24)	-	(23)
EAP VI	1	-	-	-	-	(24)	-	(23)
EAP VII	1	-	-	-	-	(24)	-	(23)
EATE	579.100	-	-	-	-	264.127	(133.260)	709.967
ECTE	103.495	-	-	-	-	45.311	(20.874)	127.932
ELTE	17.895	97.000	-	-	-	(5.307)	-	109.588
ENTE	274.829	-	-	-	-	107.325	(81.499)	300.655
ERTE	35.415	-	-	-	-	9.156	(7.244)	37.327
ETAP	243.594	-	-	-	-	58.587	(48.053)	254.128
ETB (ii)	199.111	-	-	5	-	57.370	(35.018)	221.468
ETC	95.984	8.500	-	-	-	37.930	(10.328)	132.086
ETEM	60.178	-	-	-	-	13.974	(3.041)	71.111
ETEP	124.951	-	-	-	-	39.094	(42.818)	121.227
ETES	62.329	-	-	-	-	19.335	(5.722)	75.942
ETVG	71.433	-	-	-	-	50.011	(11.219)	110.225
Ferreira Gomes	911.438	-	-	-	-	33.457	(6.171)	938.724
Foz	174.832	-	67.343	-	-	23.300	(36.109)	229.366
GET	(548)	-	-	-	-	-	-	(548)
Ijuí	290.920	-	-	-	-	32.988	(23.781)	300.127
La Virgen (i)	27.233	-	-	-	1.616	(2.030)	-	26.819
Lavrinhas	97.147	-	-	-	-	20.132	(4.780)	112.499
Lumitrans	16.370	-	-	-	-	4.625	(4.334)	16.661
Queluz	125.782	-	-	-	-	21.833	(5.183)	142.432
Risaralda	83	-	-	-	98	36	-	217
STC	38.514	-	-	-	-	8.438	(6.409)	40.543
STN	269.617	-	-	-	-	50.144	(50.211)	269.550
TCC	172.957	64.413	101.758	-	-	128.795	(39.079)	428.844
TME	134.723	-	-	1.802	-	21.530	(27.879)	130.176
TPE	371.345	10.710	-	-	-	82.849	(19.678)	445.226
Transminas	110.353	-	-	-	-	33.350	(11.738)	131.965
UFV Pitombeira	(12)	22	-	-	-	(8)	-	2
TSM	86.386	-	-	-	-	43.666	-	130.052
Verde 8	84.713	-	-	-	-	(2.318)	-	82.395
Windepar	154.624	86.171	-	-	-	(1.452)	-	239.343
Subtotal	5.334.961	320.912	169.101	1.807	(14.588)	1.122.806	(643.675)	6.291.324
Controlada em conjunto								
TNE	127.734	10.200	-	-	-	5.255	-	143.189
Total Consolidado	**127.734**	**10.200**	**-**	**-**	**-**	**5.255**	**-**	**143.189**
Total Controladora	**5.462.695**	**331.112**	**169.101**	**1.807**	**(14.588)**	**1.128.061**	**(643.675)**	**6.434.513**

(i) Em La Virgen existe um direito de exploração no valor de R$6.164 reclassificado para o intangível para fins de consolidação. (ii) Na ETB existe um direito de exploração no valor de R$28.400 reclassificado para o intangível para fins de consolidação.

Notas Explicativas
às demonstrações contábeis

As informações resumidas das controlas e controlada em conjunto constam na tabela a seguir:

Empresa	Informações contábeis 31/12/2022				31/12/2022			31/12/2021		
	Ativo	Passivo	Patrimônio liquído	Resultado	Quantidade de ações ordinárias ou quotas total	Participação (%) Votante	Participação (%) Total	Quantidade de ações ordinárias ou quotas total	Participação (%) Votante	Participação (%) Total
Controladas:										
ACE	6.595	142	6.453	411	9.420.644	100,00	100,00	3.420.644	100,00	100,00
AF Energia	14.540	5.303	9.237	3.672	7.370.000	100,00	100,00	7.370.000	100,00	100,00
Agua Limpa	12.664	447	12.217	(31)	12.335.965	99,99	99,99	7.947.090	99,99	99,99
Alupar Chile	1.365	2.886	(1.521)	-	5.000.000	100,00	100,00	5.000.000	100,00	100,00
Alupar Colombia	168.762	123.939	44.823	(17.905)	58.596.603.000	100,00	100,00	58.596.603.000	100,00	100,00
Alupar Peru	493.488	282.244	211.244	(12.389)	254.466.812	100,00	100,00	254.466.812	100,00	100,00
APAETE	87.962	499	87.463	17.157	74.348.851	51,00	36,96	74.348.851	51,00	36,96
EAP I	214.866	163.563	51.303	(947)	52.367.392	42,67	42,67	1.000	99,90	99,90
EAP II	288.737	195.297	93.440	(1.421)	94.973.376	36,79	36,79	1.000	99,90	99,90
EAP III	459	505	(46)	(23)	1.000	99,90	99,90	1.000	99,90	99,90
EAP IV	491	537	(46)	(23)	1.000	99,90	99,90	1.000	99,90	99,90
EAP V	423	469	(46)	(23)	1.000	99,90	99,90	1.000	99,90	99,90
EAP VI	548	594	(46)	(23)	1.000	99,90	99,90	1.000	99,90	99,90
EAP VII	433	479	(46)	(23)	1.000	99,90	99,90	1.000	99,90	99,90
EATE	2.851.554	1.366.888	1.484.666	443.350	92.000.000	50,02	50,02	92.000.000	50,02	50,02
ECTE	691.379	405.437	285.942	106.922	42.095.000	50,02	50,02	42.095.000	50,02	50,02
ELTE	623.263	526.413	96.850	(12.623)	112.467.000	100,00	100,00	112.467.000	100,00	100,00
ENTE	1.076.446	481.301	595.145	159.665	100.840.000	50,01	50,01	100.840.000	50,01	50,01
ERTE	213.201	31.144	182.057	22.122	84.133.970	21,96	21,96	84.133.970	21,96	21,96
ETAP	678.670	387.073	291.597	47.393	10.481.000	100,00	100,00	10.481.000	100,00	100,00
ETC	352.902	200.331	152.571	26.746	14.651.000	100,00	100,00	14.651.000	100,00	100,00
ETEM	191.088	65.223	125.865	15.891	43.000.000	62,79	62,79	43.000.000	62,79	62,79
ETEP	576.561	351.913	224.648	45.262	27.000.000	50,02	50,02	27.000.000	50,02	50,02
ETES	168.864	78.201	90.663	18.728	29.064.000	100,00	100,00	29.064.000	100,00	100,00
ETVG	217.487	91.365	126.122	19.852	34.847.722	100,00	100,00	34.847.722	100,00	100,00
Ferreira Gomes	1.511.642	544.304	967.338	36.147	807.080.529	100,00	100,00	807.080.529	100,00	100,00
Foz	816.704	645.223	171.481	(3.857)	67.717.178	100,00	100,00	67.717.178	100,00	100,00
GET	30	1.104	(1.074)	-	1.200	51,00	51,00	1.200	51,00	51,00
Ijui	417.040	92.903	324.137	26.020	273.064.862	41,15	49,00	273.064.862	100,00	86,66
La Virgen	1.046.709	530.406	516.303	(13.299)	384.236.203	3,67	3,67	384.236.203	3,67	3,67
Lavrinhas	232.061	51.307	180.754	21.571	70.910.870	61,00	61,00	70.910.870	61,00	61,00
Lumitrans	114.621	13.260	101.361	21.072	72.012.095	15,00	15,00	72.012.095	15,00	15,00
Queluz	278.151	57.734	220.417	22.219	96.782.146	68,83	68,83	96.782.146	68,83	68,83
Risaralda	162.969	102.697	60.272	11.364	29.093	0,34	0,34	29.093	0,34	0,34
STC	217.328	23.821	193.507	33.420	211.003.246	20,00	20,00	211.003.246	20,00	20,00
STN	793.898	238.092	555.806	131.255	198.000.000	51,00	51,00	198.000.000	51,00	51,00
TCC	2.066.592	1.398.816	667.776	115.537	149.028.926	65,70	65,70	149.028.926	65,70	65,70
TPE	3.040.261	2.086.627	953.634	205.642	208.553.107	65,70	65,70	208.553.107	51,00	51,00
Transminas	198.741	1.445	197.296	32.856	44.860.000	70,02	70,02	44.860.000	70,02	70,02
UFV Pitombeira	7	1	6	(4)	15.500.000	100,00	100,00	15.500.000	100,00	100,00
TSM	1.469.487	1.003.955	465.532	54.512	222.144.930	65,70	65,70	37.631.994	51,00	51,00
Verde 8	289.074	202.583	86.491	(10.444)	107.660.380	85,00	85,00	107.660.380	85,00	85,00
Windepar	307.114	72.759	234.355	(4.988)	325.862.705	100,00	100,00	207.820.239	100,00	100,00
TME	624.658	429.653	195.005	18.448	109.793.590	60,00	60,00	109.793.590	60,00	60,00
ETB	1.635.004	1.283.413	351.591	73.033	255.897	51,00	51,00	255.897	51,00	51,00
Iracema	52	57	(5)	(6)	1.000	99,90	99,90	-	-	-
Controlada em conjunto:										
TNE	362.737	31.348	331.389	11.698	370.705.100	51,00	51,00	298.705.100	51,00	51,00

11. Participação dos acionistas não controladores

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das controladas da Alupar que possuem participação de acionistas não controladores:

Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	31/12/2022			31/12/2021		
	Participação dos não controladores (%)	Valor contábil dos não controladores	Resultado dos não controladores	Participação dos não controladores (%)	Valor contábil dos não controladores	Resultado dos não controladores
Controladas:						
Transminas	29,98	59.154	9.851	29,98	56.509	14.281
EATE	49,98	742.071	221.597	49,98	709.468	263.942
ENTE	49,99	297.507	79.815	49,99	300.523	107.276
ECTE	49,98	142.907	53.437	49,98	127.819	45.270
ERTE	21,95	39.962	4.856	21,95	37.311	9.152
ETEP	49,98	112.289	22.624	49,98	121.152	39.070
STN	49,00	272.345	64.315	49,00	258.979	48.176
EBTE	49,00	165.142	18.912	49,00	159.651	21.598
EDTE	49,90	104.575	20.309	49,90	107.236	25.502
Lumitrans	5,00	5.068	1.054	5,00	5.554	1.542
Ijuí	-	-	2.580	13,34	46.209	5.079
Foz	-	-	-	-	-	3.897
Lavrinhas	39,00	70.494	8.413	39,00	71.930	12.873
Queluz	31,17	68.704	6.926	31,17	64.501	9.887
ETEM	37,21	46.833	5.913	37,21	42.140	8.281
GET	49,00	(526)	-	49,00	(526)	-
Risaralda	0,03	21	4	0,03	22	4
Verde 08	15,00	12.974	(1.567)	15,00	14.540	(409)
La Virgen	10,26	40.616	763	10,26	40.706	(5.598)
TPE	34,30	327.096	72.725	49,00	427.767	79.600
TCC	34,30	229.047	39.629	34,30	225.146	121.654
TSM	34,30	159.677	20.745	49,00	124.953	41.955
Apaete	63,04	55.141	10.817	63,04	47.350	23.736
AETE	13,25	12.154	2.612	13,25	10.681	5.175
Transleste	49,00	63.266	14.401	49,00	52.465	17.192
Transudeste	49,00	43.983	8.309	49,00	39.791	12.421
Transirapé	49,00	92.414	13.202	49,00	85.229	26.373
TME	40,00	78.362	7.379	40,00	85.994	14.368
ETB	49,00	172.280	35.786	49,00	187.386	55.118
		3.413.556	**745.407**		**3.450.486**	**1.007.415**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ocorreram as seguintes movimentações: (i) os acionistas não controladores aumentaram capital na controlada TSM no montante de R$63.288, na proporção de sua participação acioniária, ou seja sem variação na participação acionária; e (ii) a Alupar reduziu a participação dos acionistas não controladores, nas empresas TPE, TSM e Ijuí, no montante de R$214.328, uma vez que a Alupar comprou/diluiu a participação dos acionistas não controladores, conforme divulgado na nota explicativa nº 1.2 itens (d), (f) e (g).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os acionistas não controladores aumentaram capital, na proporção de sua participação acioniária, no montante de R$72.177 nas empresas TCC e TPE e reduziram capital, na proporção de sua participação acioniária, no montante de R$71.750 nas empresas Apaete e AETE. Houve também a distribuição de dividendos aos acionistas não controladores na importância total de R$565.605.

12. Imobilizado

A composição e movimentação do ativo imobilizado consolidado é a seguinte:

	Consolidado							
	Taxa média anual de depreciação	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Ganho e perda na conversão de balanços	Outros	31/12/2022
Em serviço								
Custo histórico								
Terrenos		88.867	1.330	(357)	159	(947)	-	89.052
Reservatórios, barragens e adutoras		1.599.025	397	-	-	-	-	1.599.422
Edificações, obras cívis e benfeitorias		1.256.063	88	(284)	-	(22.633)	-	1.233.234
Máquinas e equipamentos		2.129.917	4.366	-	829	(9.401)	84	2.125.795
Veículos		2.233	663	(287)	-	(303)	-	2.306
Móveis e utensílios		9.559	600	(4)	(509)	289	-	9.935
Direito de uso sobre arrendamentos		56.250	3.266	-	-	(232)	1.555	60.839
Total		**5.141.914**	**10.710**	**(932)**	**479**	**(33.227)**	**1.639**	**5.120.583**
Depreciação								
Reservatórios, barragens e adutoras	3,23%	(279.374)	(34.211)	-	-	-	-	(313.585)
Edificações, obras cívis e benfeitorias	3,32%	(104.368)	(27.622)	-	-	2.025	(91)	(130.056)
Máquinas e equipamentos	5,02%	(439.102)	(70.707)	(185)	-	2.407	(10)	(507.597)
Veículos	8,93%	(1.603)	(131)	3	-	39	2	(1.690)
Móveis e utensílios	11,79%	(5.099)	(737)	185	-	(9)	(1)	(5.661)
Direito de uso sobre arrendamentos	18,52%	(17.038)	(6.746)	-	-	77	147	(23.560)
Total depreciação		**(846.584)**	**(140.154)**	**3**	**-**	**4.539**	**47**	**(982.149)**
Total em serviço		**4.295.330**	**(129.444)**	**(929)**	**479**	**(28.688)**	**1.686**	**4.138.434**
Em curso		414.908	873.988	(1.183)	(1.010)	(100.315)	(406)	1.185.982
Total imobilizado		**4.710.238**	**744.544**	**(2.112)**	**(531)**	**(129.003)**	**1.280**	**5.324.416**

	Consolidado							
	Taxa média anual de depreciação	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Ganho e perda na conversão de balanços	Outros	31/12/2021
Em serviço								
Custo histórico								
Terrenos		89.031	312	-	-	(476)	-	88.867
Reservatórios, barragens e adutoras		1.584.010	3.580	-	11.435	-	-	1.599.025
Edificações, obras cívis e benfeitorias		561.142	13	(43)	706.424	(11.473)	-	1.256.063
Máquinas e equipamentos		1.889.740	4.481	(11)	240.766	(4.588)	(471)	2.129.917
Veículos		3.015	201	(865)	-	(118)	-	2.233
Móveis e utensílios		7.781	414	(135)	1.744	(245)	-	9.559
Direito de uso sobre arrendamentos		38.858	7.078	(18)	-	(104)	10.436	56.250
Total		**4.173.577**	**16.079**	**(1.072)**	**960.369**	**(17.004)**	**9.965**	**5.141.914**
Depreciação								
Reservatórios, barragens e adutoras	2,33%	(242.442)	(36.932)	-	-	-	-	(279.374)
Edificações, obras cívis e benfeitorias	3,56%	(84.643)	(19.980)	-	-	255	-	(104.368)
Máquinas e equipamentos	3,69%	(370.402)	(69.756)	165	-	891	-	(439.102)
Veículos	7,13%	(1.783)	(215)	354	-	41	-	(1.603)
Móveis e utensílios	18,70%	(3.814)	(1.455)	63	-	107	-	(5.099)
Direito de uso sobre arrendamentos	19,74%	(9.401)	(7.670)	7	-	26	-	(17.038)
Total depreciação		**(712.485)**	**(136.008)**	**589**	**-**	**1.320**	**-**	**(846.584)**
Total em serviço		**3.461.092**	**(119.929)**	**(483)**	**960.369**	**(15.684)**	**9.965**	**4.295.330**
Em curso		1.211.064	255.886	(65)	(960.369)	(90.415)	(1.193)	414.908
Total imobilizado		**4.672.156**	**135.957**	**(548)**	**-**	**(106.099)**	**8.772**	**4.710.238**

a) O saldo de imobilizado em curso se refere aos gastos incorridos para a construção de usinas eólicas e hidrelétricas e linhas de transmissão, principalmente das controladas TCE (R$536.379), EAPs (R$425.272), UFV Pitombeira (R$178.867), Foz (R$7.900), EDVs (R$11.791), Água Limpa (R$12.283), Ijuí (R$4.270) e Ferreira Gomes (R$3.154).

b) Capitalização de encargos

As controladas em fase de construção capitalizam ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, liquído das receitas financeiras. Em 31 de dezembro de 2022 os encargos financeiros líquidos capitalizados foram de R$36.646 (R$15.492 em 31 de dezembro de 2021). A taxa de juros utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização representa a taxa efetiva dos empréstimos, financiamentos e debêntures, destas controladas em fase pré-operacional, conforme notas explicativas nº 19 e 20.

c) A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados, não tendo sido identificadas informações por meio de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

d) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos imobilizados dados em garantias ou penhoras, com exceção dos ativos da controlada La Virgen que os forneceu como garantia do seu contrato de empréstimo, no montante de R$1.007.988.

13. Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível é a seguinte:

	Controladora					
	Taxa média anual de amortização	31/12/2021	Adições	Baixas	Reclassificação para Investimento	31/12/2022
Custo						
Outros intangíveis		1.057	217	-	-	1.274
Direito de exploração		8.156	-	-	(8.156)	-
		9.213	**217**	**-**	**(8.156)**	**1.274**
Amortização						
Outros intangíveis	20,00%	(811)	(61)	-	-	(872)
Direito de exploração	3,33%	(3.464)	-	-	3.464	-
		(4.275)	**(61)**	**-**	**3.464**	**(872)**
Projetos em desenvolvimento		44.375	5.151	(5.635)	-	43.891
Total intangível		**49.313**	**5.307**	**(5.635)**	**(4.692)**	**44.293**

	Controladora					
	Taxa média anual de amortização	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência p/ Investimento	31/12/2021
Custo						
Outros intangíveis		990	67	-	-	1.057
Direito de exploração		8.156	-	-	-	8.156
		9.146	**67**	**-**	**-**	**9.213**
Amortização						
Outros intangíveis	20,00%	(731)	(80)	-	-	(811)
Direito de exploração	3,33%	(3.104)	(360)	-	-	(3.464)
		(3.835)	**(440)**	**-**	**-**	**(4.275)**
Projetos em desenvolvimento		48.983	2.437	(2.656)	(4.389)	44.375
Total intangível		**54.294**	**2.064**	**(2.656)**	**(4.389)**	**49.313**

O valor de R$4.389 corresponde aos gastos efetuados com o desenvolvimento do projeto da PCH Água Limpa e que foram aportados na controlada Água Limpa em 16 de agosto de 2021, conforme AGOE.

Notas Explicativas
às demonstrações contábeis

Alupar

	Consolidado						
	Taxa média anual de amortização	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Ganho e (perda) na conversão de balanços	31/12/2022
Custo							
Outros intangíveis de concessão		88.025	11.927	(144)	791	(14.289)	86.310
Uso do bem público		17.485	-	-	(260)	-	17.225
Direito de exploração		88.072	-	-	-	-	88.072
Direito de extensão da outorga		83.544	-	-	-	-	83.544
		277.126	**11.927**	**(144)**	**531**	**(14.289)**	**275.151**
Amortização							
Outros intangíveis de concessão	0,58%	(12.349)	(511)	144	-	187	(12.529)
Uso do bem público	2,67%	(5.400)	(467)	-	-	(1)	(5.868)
Direito de exploração	5,60%	(21.948)	(4.935)	-	-	-	(26.883)
Direito de extensão da outorga	4,77%	(1.167)	(3.987)	-	-	-	(5.154)
		(40.864)	**(9.900)**	**144**	**-**	**186**	**(50.434)**
Projetos em desenvolvimento		45.302	5.333	(5.659)	-	-	44.976
Total intangível		**281.564**	**7.360**	**(5.659)**	**531**	**(14.103)**	**269.693**

O valor de R$531 corresponde a transferência de Imobilizado para Intangível, relacionado a custo de aquisição de terrenos e outros gastos diversos que passaram ser considerado como custos com servidão de passagem.

	Consolidado						
	Taxa média anual de amortização	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência p/ Investimento	Ganho e (perda) na conversão de balanços	31/12/2021
Custo							
Outros intangíveis de concessão		80.149	14.415	(582)	-	(5.957)	88.025
Uso do bem público		16.608	877	-	-	-	17.485
Direito de exploração		88.072	-	-	-	-	88.072
Direito de extensão da outorga		-	83.544	-	-	-	83.544
		184.829	**98.836**	**(582)**	**-**	**(5.957)**	**277.126**
Amortização							
Outros intangíveis de concessão	0,92%	(11.776)	(740)	-	-	167	(12.349)
Uso do bem público	3,10%	(4.885)	(515)	-	-	-	(5.400)
Direito de exploração	2,38%	(19.849)	(2.099)	-	-	-	(21.948)
Direito de extensão da outorga	8,68%	-	(1.167)	-	-	-	(1.167)
		(36.510)	**(4.521)**	**-**	**-**	**167**	**(40.864)**
Projetos em desenvolvimento		49.681	2.682	(2.672)	(4.389)	-	45.302
Total intangível		**198.000**	**96.997**	**(3.254)**	**(4.389)**	**(5.790)**	**281.564**

a) Outros intangíveis de concessão
Refere-se basicamente a valores de servidão de passagem e software registrados ao custo de aquisição e amortizados pelo prazo de concessão ou vida útil, respectivamente, dos dois o menor.

b) Intangível de direito de exploração decorrente de concessão/autorização.
Os direitos de exploração de concessão/autorização gerados na aquisição do controle das subsidiárias estão sendo amortizados de forma linear durante o prazo de exploração das concessões/autorizações. Os valores registrados pela Companhia foram originários de investimentos efetuados nos seguintes empreendimentos:

Notas Explicativas as demonstrações contábeis

Alupar

	Taxa média anual de amortização	Prazo da outorga		Controladora		Consolidado	
		Início	Fim	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo							
Queluz	4,58%	06/04/04	13/04/38	-	2.665	2.665	2.665
Lavrinhas	4,55%	06/04/04	14/04/38	-	5.245	5.245	5.245
ETB	3,69%	29/09/16	29/09/46	-	-	28.400	28.400
La Virgen (iv)	-	-	-	-	-	6.164	6.164
EDV I (ii)	3,33%	17/07/12	17/07/47	-	-	3.006	3.006
EDV II (ii)	3,33%	16/07/12	16/07/47	-	-	1.847	1.847
EDV III (ii)	3,33%	19/07/12	19/07/47	-	-	2.714	2.714
EDV IV (ii)	3,33%	24/07/12	24/07/47	-	-	3.933	3.933
EDV X (ii)	3,33%	19/07/12	19/07/47	-	-	2.420	2.420
STC (i)	3,47%	27/04/06	27/04/36	-	-	8.942	8.942
Lumitrans (i)	4,10%	18/02/04	18/02/34	-	-	9.766	9.766
Transleste (i)	4,92%	18/02/04	18/02/34	-	-	3.814	3.814
Transudeste (i)	4,88%	04/03/05	04/03/35	-	-	2.767	2.767
Transirapé (i)	4,67%	15/03/05	15/03/35	-	-	4.391	4.391
EDTE (iii)	2,87%	01/12/16	01/12/46	-	-	1.752	1.752
Outros	-	-	-	-	246	246	246
				-	8.156	88.072	88.072
Amortização							
Queluz				-	(1.451)	(1.691)	(1.451)
Lavrinhas				-	(2.013)	(2.134)	(2.013)
ETB				-	-	(4.804)	(1.971)
EDV I (ii)				-	-	(648)	(550)
EDV II (ii)				-	-	(393)	(335)
EDV III (ii)				-	-	(608)	(520)
EDV IV (ii)				-	-	(843)	(721)
EDV X (ii)				-	-	(519)	(444)
STC (i)				-	-	(4.412)	(4.104)
Lumitrans (i)				-	-	(5.703)	(5.303)
Transleste (i)				-	-	(1.720)	(1.532)
Transudeste (i)				-	-	(1.243)	(1.103)
Transirapé (i)				-	-	(1.877)	(1.673)
EDTE (iii)				-	-	(288)	(228)
				-	(3.464)	(26.883)	(21.948)
Total líquido				**-**	**4.692**	**61.189**	**66.124**

(i) Direito de exploração gerado na aquisição de controle por parte da controlada EATE. (ii) Direito de exploração gerado na aquisição de controle por parte da controlada Windepar. (iii) Direito de exploração gerado na aquisição de controle por parte da controlada ENTE. (iv) A controlada La Virgen possui prazo de concessão por tempo indeterminado, logo o direito de exploração gerado na aquisição de controle possui vida útil indefinida.

c) Direito de extensão das outorgas

Refere-se ao direito de extensão da outorga obtido pelas controladas Queluz, Lavrinhas, Verde 8, Foz do Rio Claro, Ferreira Gomes e Ijuí em novembro de 2021, em decorrência da repactuação do risco hidrológico assumido por essas geradoras, durante o período de 1º de junho de 2015 a 07 de fevereiro de 2018. Os valores registrados estão sendo amortizados mensalmente e a vida útil desse intangível é o novo prazo resmanescente da concessão ou autorização dessas controladas.

d) Projetos em desenvolvimento

Para desenvolver um projeto de transmissão ou geração de energia, a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos são alocados nas respectivas Sociedades de Propósito Específico – SPE´s. Os gastos

incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos desta conta para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais realizadas pela Administração.

e) Garantias ou penhoras
A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis dados em garantias ou penhora.

f) Análise de impairment
A Companhia não identificou indicativos por meio de fontes internas e externas que pudessem afetar a avaliação da recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis efetuada em 31 de dezembro de 2022.

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Encargos de uso do serviço de transmissão	-	-	3.526	2.834
Suprimento de energia elétrica	-	6.061	5.365	19.677
Materiais e serviços	2.428	4.459	230.228	175.876
Partes relacionadas (Nota 30)	7.197	30.932	-	-
Total	**9.625**	**41.452**	**239.119**	**198.387**

O saldo de fornecedores de Encargos de uso do sistema de transmissão, Materiais e serviços e Suprimento de energia elétrica, possuem em média três meses para serem pagos, em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

15. Provisões para gastos ambientais

As controladas da Companhia realizam investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção de usinas e linhas de transmissão, e realizam programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento das comunidades. As constituições dessas provisões ocorrem somente no momento da construção e implantação dos empreendimentos e são registradas em contrapartida a rubrica de ativo imobilizado. As realizações dessas provisões ocorrem de acordo com a implementação desses programas.

Movimentação da provisão para compensações ambientais	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**30.591**	**32.933**
Realização	(3.607)	(1.869)
Baixas	(1.424)	(1.466)
Adições	-	170
Atualização	439	823
Saldo final	**25.999**	**30.591**
Circulante	8.697	7.475
Não circulante	17.302	23.116

16. Provisões para constituição dos ativos

As provisões para constituição de ativos são decorrentes dos custos do ativo imobilizado e de construção de infraestrutura, incorridos e não faturados, referentes a sua fase de implantação, reconhecidas contabilmente em contrapartida ao ativo imobilizado em curso ou ativo contratual, as quais ainda não houve desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma da obra, e de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e suas controladas efetuaram a revisão das perspectivas de realização dessas provisões e efetuaram a reclassificação de circulante para não circulante no montante de R$78.754.

Movimentação da provisão para constituição de ativos	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**341.596**	**190.185**
Realização	(159.822)	(54.994)
Baixas	(5.885)	(90.963)
Adições	-	297.368
Saldo final	**175.889**	**341.596**
Circulante	83.170	324.502
Não circulante	92.719	17.094

17. Encargos regulatórios

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de Fiscalização ANEEL - TFSEE	5.407	4.861
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	18.477	11.104
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	991	1.177
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	26.628	35.320
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	1.521	1.424
Ministério de Minas e Energia - MME	743	710
	53.767	**54.596**

18. Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos

O diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios é relativo à diferença temporária das receitas de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de Fiscalização ANEEL (TFSEE) e Reserva Global de Reversão (RGR) diferidos	222.849	217.031
PIS e COFINS diferidos	1.421.484	1.347.588
	1.644.333	**1.564.619**
Circulante	170.347	138.539
Não circulante	1.473.986	1.426.080

Notas Explicativas
às demonstrações contábeis

19. Empréstimos e financiamentos

A Controladora não possui empréstimos e financiamentos, as principais características e o saldo de empréstimos e financiamentos das controladas é composto da seguinte forma:

Financiadores	Empresas	Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos						Consolidado				
		Data da contratação	Vencimento	(Moeda) Principal contratado	Encargos financeiros a.a		Periodicidade da amortização (Principal/Juros)	31/12/2022				31/12/2021
					Indexador	Juros (%)		Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total
Moeda nacional												
Operacionais												
BNDES - A - nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	44.700	TJLP	2,44	Mensal	-	40	11.344	11.384	14.457
BNDES - B - nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	2.100	TJLP	2,04	Mensal	-	2	369	371	707
BNDES - A - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	198.420	TJLP	2,34	Mensal	(1.989)	483	135.512	134.006	151.152
BNDES - B - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	78.540	TJLP	2,34	Mensal	-	191	53.635	53.826	59.825
BNDES - C - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	9.500	TJLP	2,34	Mensal	-	22	6.051	6.073	6.750
BNDES - D - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	dez/22	181.850	-	2,50	Mensal	-	-	-	-	5.508
BNDES - E - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	2.300	TJLP	-	Mensal	-	5	1.702	1.707	1.786
BNDES - nº 08.2.0071.1	Ijuí	abr/08	set/27	168.200	TJLP	3,17	Mensal	-	277	70.991	71.268	85.613
BNDES - nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	mar/09	abr/25	111.185	TJLP	1,93	Mensal	-	76	22.425	22.501	31.899
BNDES - nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	ago/10	abr/25	16.875	TJLP	2,22	Mensal	-	11	3.045	3.056	4.333
BNDES - nº 08.2.0975.1	Queluz	mar/09	jan/25	114.647	TJLP	1,93	Mensal	-	69	20.333	20.402	29.965
BNDES - nº 10.2.0478.1	Queluz	ago/10	jan/25	27.716	TJLP	2,22	Mensal	-	16	4.452	4.468	6.561
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV I	mar/16	out/32	57.990	TJLP	2,18	Mensal	(52)	155	47.308	47.411	50.096
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV I	dez/19	out/32	11.145	IPCA	1,68 +1,99	Mensal	-	26	14.657	14.683	15.237
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV II	mar/16	out/32	32.220	TJLP	2,18	Mensal	(33)	88	26.704	26.759	28.273
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV II	dez/19	out/32	4.850	IPCA	1,68 +1,99	Mensal	-	14	8.367	8.381	8.699
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV III	mar/16	out/32	49.007	TJLP	2,18	Mensal	(38)	134	40.819	40.915	43.232
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV III	dez/19	out/32	9.067	IPCA	1,68 +1,99	Mensal	-	18	10.363	10.381	10.774
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV IV	mar/16	out/32	81.041	TJLP	2,18	Mensal	(45)	205	62.625	62.785	66.343
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV IV	dez/19	out/32	7.857	IPCA	1,68 +1,99	Mensal	-	20	11.472	11.492	11.925
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV X	mar/16	out/32	41.042	TJLP	2,18	Mensal	(43)	112	34.227	34.296	36.238
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV X	dez/19	out/32	11.206	IPCA	1,68 +1,99	Mensal	-	23	12.854	12.877	13.363
BDMG (FINAME PSI) - nº 177906	Transirapé	dez/13	jan/24	19.761	-	3,50	Mensal	-	4	2.581	2.585	4.971
BDMG (FINEM) - nº 193.292	Transirapé	out/14	out/29	5.893	TJLP	3,50	Mensal	-	147	2.876	3.023	3.439
BDMG - nº 215.411/16	Transirapé	abr/16	abr/26	4.000	-	6,00	Mensal	-	122	1.807	1.929	2.488
BDMG - nº 127.315	Transleste	mar/05	mar/25	47.029	-	9,50	Mensal	-	28	5.332	5.360	7.835
BNB - nº 05974828-A	Transleste	mar/05	mar/25	15.000	-	9,50	Mensal	-	125	1.525	1.650	2.384
Santander - CCC	TME	mai/20	mai/22	200.000	CDI	3,30	Único no final	-	-	-	-	222.456
Santander - CCB	ETEP	jul/20	jul/25	90.000	CDI	2,90	Mensal	(302)	1.148	91.835	92.681	92.211
Santander - CCB	ECTE	jul/20	jul/25	80.000	CDI	2,90	Mensal	(302)	846	67.682	68.226	77.927
Santander - CCB	ENTE	jul/20	jul/25	100.000	CDI	2,90	Mensal	(335)	1.276	102.039	102.980	102.457
Itaú Unibanco S.A. - CCC	ETES	set/20	set/23	10.000	CDI	2,68	Semestral	-	418	10.000	10.418	10.842
Itau Corpbanca Colombia	Risaralda	mai/18	mai/25	(COP) 120.000.000	IBR(**)	4,43	Trimestral	(714)	1.289	96.373	96.948	-
Itau Corpbanca Colombia - Leasing	Risaralda	out/20	out/23	(COP) 121.000	IBR(**)	4,37	Mensal	-	-	45	45	-
Itau Corpbanca Colombia - Leasing	Risaralda	jun/20	jul/20	(COP) 163.657	IBR(**)	24,05	Mensal	-	-	92	92	-
Pré - Operacionais												
Banco BTG Pactual Colombia	Alupar Colômbia	abr/22	out/23	(COP) 15.000.000	IBR(**)	3,45	Mensal	-	13	16.170	16.183	-
Banco BTG Pactual Colombia	Alupar Colômbia	jul/22	out/23	(COP) 4.215.000	IBR(**)	4,55	Mensal	-	18	4.544	4.562	-
Itau Corpbanca Colombia - Leasing	TCE	abr/22	abr/24	(COP) 134.970	IBR(**)	5,07	Mensal	-	-	106	106	-
Itau Corpbanca Colombia - Leasing	TCE	abr/22	abr/24	(COP) 89.980	IBR(**)	5,07	Mensal	-	-	70	70	-
Subtotal								**(3.853)**	**7.421**	**1.002.332**	**1.005.900**	**1.209.746**
Circulante								(1.211)	7.421	192.927	199.137	335.661
Não circulante								(2.642)	-	809.405	806.763	874.085

Notas Explicativas
às demonstrações contábeis

Financiadores	Empresas	Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos						Consolidado				
		Data da contratação	Vencimento	(Moeda) Principal contratado	Encargos financeiros a.a		Periodicidade da amortização (Principal/Juros)	31/12/2022				31/12/2021
					Indexador	Juros (%)		Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total
Moeda estrangeira												
Operacionais												
Itau Corpbanca Colombia	Risaralda	mai/18	mai/25	(COP) 120.000.000	IBR(**)	4,43	Trimestral	-	-	-	-	136.985
Itau Corpbanca Colombia - Leasing	Risaralda	out/20	out/23	(COP) 121.000	IBR(**)	4,37	Mensal	-	-	-	-	121
Itau Corpbanca Colombia	Risaralda	jun/20	jul/20	(COP) 163.657	IBR(**)	24,05	Mensal	-	-	-	-	181
Itau Coprbanca New York Branch	Alupar Perú	set/17	nov/23	(USD) 18.000	-	4,15	Anual / Semestral	-	-	95.111	95.111	101.196
Santander Brasil	Alupar Perú	dez/21	dez/24	(USD) 35.000	-	3,66	Anual	-	-	183.769	183.769	196.579
Corporacion Andina de Fomento (CAF)	La Virgen	mar/17	mar/32	(USD) 10.000	Libor (*)	até 5 anos 5,00, após 10,27%	Semestral	-	-	-	-	49.258
Corporacion Andina de Fomento (CAF)	La Virgen	mar/17	mar/32	(USD) 35.000	Libor (*)	até 5 anos 3,70, após 5,70	Semestral	-	-	-	-	171.823
Corporacion Andina de Fomento (CAF)	La Virgen	mar/17	mar/32	(USD) 10.000	Libor (*)	até 5 anos 3,90, após 5,70	Semestral	-	-	-	-	24.560
Banco Deustsche Investitions	La Virgen	mar/17	mar/32	(USD) 5.000	Libor (*)	até 5 anos 3,70, após 4,50	Semestral	-	-	-	-	150.024
BTG Chile	La Virgen	set/22	set/29	(USD) 55.000	SOFR 3M	3,45	Trimestral	-	-	285.070	285.070	-
BTG Caiman	La Virgen	set/22	set/29	(USD) 35.000	SOFR 3M	3,45	Trimestral	-	-	181.408	181.408	-
Pré - Operacionais												
Santanter Luxemburgo	Alupar Colômbia	nov/20	nov/23	(USD) 11.000	-	3,40	Anual	-	237	57.039	57.276	60.404
Santanter Luxemburgo	Alupar Colômbia	jan/21	nov/23	(USD) 7.000	-	3,40	Anual	-	1.183	36.298	37.481	39.539
Santander Luxemburgo	TCE	abr/21	ago/22	(USD) 45.000	-	2,45	Único no final/Mensal	-	-	-	-	247.177
MUFG BANK	TCE	jul/22	jul/27	(USD) 63.980	SOFR 6M	até 1 ano 2,40, após 2,65	Gradual/Semestral	(48.180)	9.917	464.197	425.934	-
Banco Citibank	EAP I	jun/22	dez/23	(USD) 20.293	-	1,93	Único no final/Semestral	-	156	105.897	106.053	-
Banco Citibank (Derivativo SWAP) (a)	EAP I	jun/22	dez/23	Nocional 104.308	CDI	0,98	Único no final	-	-	(1.345)	(1.345)	-
Banco Citibank	EAP II	jun/22	dez/23	(USD) 27.707	-	1,93	Único no final/Semestral	-	213	144.585	144.798	-
Banco Citibank (Derivativo SWAP) (a)	EAP II	jun/22	dez/23	Nocional 142.412	CDI	0,98	Único no final	-	-	(1.837)	(1.837)	-
Subtotal								**(48.180)**	**11.706**	**1.550.192**	**1.513.718**	**1.177.847**
Circulante								2.735	11.706	439.840	454.281	298.753
Não circulante								(50.915)	-	1.110.352	1.059.437	879.094
Total								**(52.033)**	**19.127**	**2.552.524**	**2.519.618**	**2.387.593**
Circulante								1.524	19.127	632.767	653.418	634.414
Não circulante								(53.557)	-	1.919.757	1.866.200	1.753.179

(*) Taxa libor é uma taxa de juros de referência utilizada por muitos bancos que operam no mercado londrino. (**) Indicador Bancário de Referência (IBR) utilizado na Colômbia. A taxa do IBR é mensal(a) Contrato de SWAP para proteção da variação cambial do empréstimo, que consiste na troca do risco do câmbio e flutuação da SOFR pela de taxa de juros do CDI mais spread.

Notas Explicativas
às demonstrações contábeis

Alupar

Todos os empréstimos captados pelas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES possuem como garantia o penhor de suas ações detidas pela Companhia. E todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

A Administração da Companhia, suas controladas e controlada em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estes índices, cuja apuração é exigida anualmente, estavam sendo cumpridos, em linha com as disposições nos contratos de dívida de suas controladas e controlada em conjunto.

Em 31 de dezembro de 2022 alguns empréstimos e financiamentos das controladas possuíam garantias depositadas na forma de contas reservas, no montante de R$138.094 (R$121.666 em 31 de dezembro de 2021) evidenciado na nota explicativa nº 7.

Movimentação de empréstimos e financiamentos:	Consolidado					
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**1.209.746**	**1.468.807**	**1.177.847**	**1.050.643**	**2.387.593**	**2.519.450**
Ingresso de dívidas (Custo a amortizar)	259.193	-	1.151.115	473.535	1.410.308	473.535
Provisão de encargos	119.973	95.945	91.878	57.329	211.851	153.274
Variação monetária e cambial	7.776	6.028	37.465	92.546	45.241	98.574
Ganho e perda na conversão	(25.414)	-	(126.849)	(61.530)	(152.263)	(61.530)
Amortização do principal	(561.455)	(284.024)	(606.882)	(201.198)	(1.168.337)	(485.222)
Amortização do encargos	(141.026)	(77.010)	(73.749)	(233.478)	(214.775)	(310.488)
Transferência	137.107	-	(137.107)	-	-	-
Saldo final	**1.005.900**	**1.209.746**	**1.513.718**	**1.177.847**	**2.519.618**	**2.387.593**

Saldo a amortizar dos empréstimos e financiamentos por moeda e indexador:

Parcelas vencíveis por moeda e indexador	31/12/2022							
	Consolidado							
	R$							
	2023	2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Moeda								
Dólar norte-americano	451.548	293.970	64.613	68.070	437.192	40.142	206.363	1.561.898
Pesos colombianos	35.683	15.640	67.397	-	-	-	-	118.720
Real brasileiro	164.515	199.183	169.139	65.241	61.502	52.457	178.996	891.033
(-) Custos a amortizar	1.672	(24.498)	(11.341)	(11.140)	(5.938)	(240)	(548)	(52.033)
	653.418	**484.295**	**289.808**	**122.171**	**492.756**	**92.359**	**384.811**	**2.519.618**
Indexador								
CDI	69.975	107.776	97.493	-	-	-	-	275.244
TJLP	82.549	81.630	64.616	59.143	55.584	46.187	156.742	546.451
Taxa fixa (Real)	6.021	3.859	1.112	180	-	352	-	11.524
IPCA	5.970	5.918	5.918	5.918	5.918	5.918	22.254	57.814
Taxa fixa (USD)	438.006	183.300	-	-	-	-	-	621.306
IBR	35.683	15.640	67.397	-	-	-	-	118.720
Libor/SOFR	13.542	110.670	64.613	68.070	437.192	40.142	206.363	940.592
	651.746	**508.793**	**301.149**	**133.311**	**498.694**	**92.599**	**385.359**	**2.571.651**

Notas Explicativas
às demonstrações contábeis

Alupar

20. Debêntures

As principais características e o saldo de debêntures são compostos da seguinte forma:

Financiadores	Empresas	Consolidado							Controladora e Consolidado				
		Condições contratadas das debêntures							31/12/2022				31/12/2021
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa efetiva a.a.		Amortização		Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos					
Controladora													
7ª Emissão	Alupar	dez/19	out/25	648.500	CDI	1,40	Único no final	Semestral	(937)	19.263	648.500	666.826	659.536
Total Controladora									**(937)**	**19.263**	**648.500**	**666.826**	**659.536**
Circulante									(365)	19.263	-	18.898	11.945
Não circulante									(572)	-	648.500	647.928	647.591
Consolidado - Operacionais													
1ª Emissão	Windepar	dez/16	dez/28	67.500	IPCA	7,63	Semestral	Semestral	(3.133)	243	75.642	72.752	73.302
6ª Emissão	EATE	set/17	set/22	70.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	11.456
7ª Emissão	EATE	jun/18	jun/23	85.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	(7)	21	9.272	9.286	27.805
8ª Emissão	EATE	jul/19	jul/24	270.000	CDI	108,60	Único no final	Semestral	(263)	17.604	270.000	287.341	278.014
4ª Emissão	ECTE	set/17	set/22	75.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	23.290
5ª Emissão	ECTE	jul/19	jul/24	50.000	CDI	108,60	Único no final	Semestral	(86)	3.260	50.000	53.174	51.427
4ª Emissão	ENTE	jul/19	jul/24	50.000	CDI	108,60	Único no final	Semestral	(89)	3.260	50.000	53.171	51.420
3ª Emissão	ETEP	jun/18	jun/23	45.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	(4)	13	5.511	5.520	16.523
3ª Emissão	Ferreira Gomes	jun/14	dez/27	210.900	IPCA	6,47	Semestral	Semestral	(6.594)	891	298.217	292.514	301.050
2ª Emissão	Transirapé	set/17	set/22	30.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	7.300
2ª Emissão	Transleste	set/17	jun/22	30.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	10.805
2ª Emissão	Transudeste	set/17	set/22	50.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	9.188
1ª Emissão	EBTE	jun/18	jun/23	110.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	(9)	25	11.004	11.020	32.984
1ª Emissão	ETES	jun/18	jun/23	40.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	(24)	9	4.001	3.986	11.947
2ª Emissão - I	ETAP	set/18	set/23	41.300	CDI	112,00	Único no final	Semestral	(175)	1.751	41.300	42.876	41.843
2ª Emissão - II	ETAP	set/18	set/25	114.700	IPCA	6,17	Anual	Semestral	(1.328)	3.897	144.848	147.417	138.825
1ª Emissão	ETVG	jun/18	jun/23	38.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	(21)	9	3.801	3.789	11.357
2ª Emissão	Verde 08	jul/18	jul/25	140.000	IPCA	5,96	Único no final	Semestral	(1.215)	4.828	178.873	182.486	172.007
2ª Emissão - I	ETC	set/18	set/23	30.700	CDI	113,50	Único no final	Semestral	(129)	1.319	30.700	31.890	31.116
2ª Emissão - II	ETC	set/18	set/25	85.300	IPCA	6,17	Anual	Semestral	(978)	2.898	107.721	109.641	103.254
2ª Emissão	EDTE	dez/18	dez/28	315.000	IPCA	NTN-B + 0,5%	Semestral	Semestral	(6.378)	84.519	315.000	393.141	370.124
1ª Emissão	ETB	dez/18	fev/29	715.000	IPCA	5,34	Semestral	Semestral	(14.720)	207.648	715.000	907.928	855.073

Notas Explicativas
às demonstrações contábeis

Alupar

Financiadores	Empresas	Consolidado							Controladora e Consolidado				
		Condições contratadas das debêntures							31/12/2022				31/12/2021
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa efetiva a.a.		Amortização		Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos					
1ª Emissão	AETE	set/20	set/26	130.000	CDI	2,70	Semestral	Semestral	(859)	5.100	106.860	111.101	119.650
9ª Emissão	EATE	abr/21	abr/26	200.000	CDI	1,90	Semestral	Semestral	(411)	6.872	200.000	206.461	203.845
5ª Emissão	ECTE	abr/21	abr/26	50.000	CDI	100,00	Único no final	Semestral	(150)	1.718	50.000	51.568	50.897
4ª Emissão	ETEP	abr/21	abr/26	50.000	CDI	100,00	Único no final	Semestral	(150)	1.718	50.000	51.568	50.898
3ª Emissão	Transirapé	abr/21	abr/26	50.000	CDI	2,65	Semestral	Semestral	(145)	1.718	50.000	51.573	50.905
2ª Emissão	EBTE	abr/21	abr/26	50.000	CDI	1,90	Semestral	Semestral	(150)	1.718	50.000	51.568	50.900
1ª Emissão	Foz	out/21	set/28	600.000	CDI	1,70	Único no final	Semestral	(453)	25.705	600.000	625.252	611.982
1ª Emissão	TCC	set/18	set/28	680.000	IPCA	6,53	Semestral	Semestral	(14.244)	198.588	680.000	864.344	814.017
1ª Emissão	TPE	set/18	set/28	1.070.000	IPCA	6,53	Semestral	Semestral	(22.363)	312.485	1.070.000	1.360.122	1.280.940
1ª Emissão	TSM	dez/19	dez/44	530.000	IPCA	4,50	Semestral	Semestral	(29.893)	42.085	664.608	676.800	636.903
1ª Emissão	ESTE	dez/19	dez/44	415.000	IPCA	4,50	Semestral	Semestral	(22.473)	2.296	563.371	543.194	499.580
10ª Emissão	EATE	mai/22	mai/27	110.000	CDI	1,80	Único no final	Semestral	(558)	2.445	110.000	111.887	-
3ª Emissão	EBTE	mai/22	mai/27	45.000	CDI	1,80	Único no final	Semestral	(281)	1.000	45.000	45.719	-
5ª Emissão	ETEP	mai/22	mai/27	35.000	CDI	1,80	Único no final	Semestral	(238)	777	35.000	35.539	-
7ª Emissão	ECTE	mai/22	mai/27	60.000	CDI	1,80	Único no final	Semestral	(345)	1.334	60.000	60.989	-
5ª Emissão	ENTE	mai/22	mai/27	30.000	CDI	1,80	Único no final	Semestral	(217)	667	30.000	30.450	-
1ª Emissão	TME	mai/22	mai/27	240.000	CDI	1,70	Único no final	Semestral	(718)	4.314	240.000	243.596	-
Pré - Operacionais													
1ª Emissão	Pitombeira	set/22	set/24	200.000	CDI	1,28	Único no final	Único no final	(461)	-	207.506	207.045	-
1ª Emissão	ELTE	out/22	out/25	500.000	CDI	1,35	Único no final	Semestral	(1.557)	14.511	500.000	512.954	-
Total Consolidado									**(131.756)**	**976.509**	**8.271.735**	**9.116.488**	**7.660.163**
Circulante									(18.535)	220.383	295.763	497.611	316.779
Não circulante									(113.221)	756.126	7.975.972	8.618.877	7.343.384

Notas Explicativas
às demonstrações contábeis

A Administração da Companhia, suas controladas e de sua controlada em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos nas escrituras das debêntures.

Para as debêntures emitidas pela Companhia, realizam-se as apurações trimestralmente conforme os seguintes índices:

- Controladora - Dívida Líquida / (Dividendos + JCP Recebidos + EBITDA) e (Dividendos + JCP Recebidos + EBITDA) / Despesa Financeira Liquida; e
- Consolidado - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado; EBITDA Ajustado / Despesa Financeira Liquida e Dívida Bruta / (Dívida Bruta + Patrimônio Líquido + Participação de Acionistas não Controladores).

Para as debêntures emitidas pelas controladas da Companhia os índices financeiros apurados relacionam-se ao EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), e Índice de Capital Próprio ("ICP") que são calculados anualmente, com exceção do contrato de debentures da controlada Ferreira Gomes, o qual é apurado trimestralmente. O não cumprimento das cláusulas restritivas mencionadas acima acarreta o vencimento antecipado das debentures.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, todas as cláusulas restritivas foram atendidas, e estes índices, estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia e suas controladas.

As debêntures da Companhia e suas controladas não são conversíveis em ações.

Movimentação de debêntures:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**659.536**	**816.841**	**7.660.163**	**6.456.006**
Ingresso de dívidas (custo a amortizar)	-	-	1.216.874	998.359
Provisão de encargos	26.190	12.916	926.553	835.354
Variação monetária	61.374	33.509	96.114	94.553
Amortização do principal	-	(168.278)	(182.886)	(410.032)
Amortização do encargos	(80.274)	(35.452)	(600.330)	(314.077)
Saldo final	**666.826**	**659.536**	**9.116.488**	**7.660.163**

Saldo a amortizar das debêntures por indexador:

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2022 Controladora							
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
CDI	19.263	324.250	324.250	-	-	-	-	667.763
(-) Custos a amortizar	(365)	(337)	(235)	-	-	-	-	(937)
	18.898	**323.913**	**324.015**	**-**	**-**	**-**	**-**	**666.826**

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2022 Consolidado							
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
CDI	157.376	989.175	1.038.550	559.485	530.000	300.000	-	3.574.586
IPCA	358.771	477.007	755.449	457.450	475.201	1.643.945	1.505.835	5.673.658
(-) Custos a amortizar	(18.536)	(17.772)	(17.026)	(15.206)	(12.650)	(12.223)	(38.343)	(131.756)
	497.611	**1.448.410**	**1.776.973**	**1.001.729**	**992.551**	**1.931.722**	**1.467.492**	**9.116.488**

21. Passivo contratual com clientes

Em 31 de dezembro de 2022 o montante de R$116.330 (R$12.645 em 31 de dezembro de 2021, registrados em Outras obrigações não circulante) corresponde a receita antecipada, que foi faturada e recebida pela controlada Transmissora Colombiana de Energia S.A.S ESP ("TCE"), em fase de construção e localizada na Colômbia, referente aos valores proporcionais do *Ingreso Anual Esperado*, equivalente a RAP no Brasil, a qual a TCE passou a ter direito a partir de dezembro de 2021, conforme Resolução CREG nº 015 de 2017. Considerando que a obrigação de desempenho de operar e manter o sistema de transmissão de energia não foi cumprido até o momento, os valores mensais faturados, estão sendo reconhecidos como Passivo de contrato no passivo não circulante. Esse reconhecimento representa a obrigação da TCE em cumprir com seus compromissos contratuais. O montante do Passivo de contrato que for sendo registrado até a entrada em operação comercial da TCE prevista para julho de 2023, será após isso, reconhecido no resultado do exercício de forma linear até o prazo remanescente do contrato, cuja duração total é de 25 anos, contados a partir de 1º de dezembro de 2021, a medida que as condições de reconhecimento de receita forem sendo atendidas.

22. Provisões para contingências

a) A Administração da Companhia e suas controladas, com base em opinião de seus assessores jurídicos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

	Controladora				Consolidado			
	Passivo		Ativo		Passivo		Ativo	
	Provisões		Depósitos judiciais		Provisões		Depósitos judiciais	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Processos judiciais								
Tributário	-	-	-	-	1.790	1.706	4.645	5.008
Cível	-	6	5	5	5.108	1.180	5.655	5.623
Fundiário	-	-	-	-	-	-	2.740	2.657
Trabalhista	1.877	1.645	909	810	3.534	3.266	2.993	2.548
Processos administrativos								
Regulatório (ANEEL)	-	-	-	-	-	-	205	26
	1.877	**1.651**	**914**	**815**	**10.432**	**6.152**	**16.238**	**15.862**
Circulante	-	-	-	-	-	-	384	384
Não circulante	1.877	1.651	914	815	10.432	6.152	15.854	15.478

b) Movimentação da provisão para contingências:

	Controladora				
	31/12/2021	Ingressos	Atualizações	Reversão	31/12/2022
Processos judiciais					
Cível	6	-	17	(23)	-
Trabalhista	1.645	-	4.372	(4.140)	1.877
	1.651	**-**	**4.389**	**(4.163)**	**1.877**

	Controladora				
	31/12/2020	Ingressos	Atualizações	Reversão	31/12/2021
Processos judiciais					
Cível	6	-	-	-	6
Trabalhista	5.108	-	1.135	(4.598)	1.645
	5.114	**-**	**1.135**	**(4.598)**	**1.651**

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

Alupar

	Consolidado					
	31/12/2021	Ingressos	Atualizações	Reversão	Pagamentos	31/12/2022
Processos judiciais						
Tributário	1.706	-	158	(74)	-	1.790
Cível	1.180	4.169	23	(264)	-	5.108
Trabalhista	3.266	779	4.504	(4.783)	(232)	3.534
	6.152	**4.948**	**4.685**	**(5.121)**	**(232)**	**10.432**

	Consolidado					
	31/12/2020	Ingressos	Atualizações	Reversão	Pagamentos	31/12/2021
Processos judiciais						
Tributário	1.477	-	229	-	-	1.706
Cível	8.537	241	8	(7.606)	-	1.180
Trabalhista	8.448	106	1.239	(6.518)	(9)	3.266
	18.462	**347**	**1.476**	**(14.124)**	**(9)**	**6.152**

Em 31 de dezembro de 2022, os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia e suas controladas referiam-se aos seguintes principais assuntos:

Tributário

As controladas da Companhia respondem por processos administrativos referentes a retenção de ISS sobre serviços contratados para implantação de usinas e torres de transmissão.

Cível

As controladas da Companhia respondem por processos judiciais, advindos de cobrança de serviços adicionais, originários de contratos de empreitada total, visando corrigir suposto desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos firmados.

Trabalhista

A Companhia e suas controladas respondem por certos processos judiciais, advindos de processos trabalhistas por questões de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade etc. relacionados a ex-colaboradores.

c) Contingências passivas – risco de perda possível

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos judiciais e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis, devido a sua base sólida de defesa, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

Em 31 de dezembro de 2022, os processos relacionados a perdas possíveis da Companhia e suas controladas estão representados conforme segue:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Processos judiciais				
Tributário	55	45.437	49	46.103
Cível, Ambiental e Fundiário	59	345.561	56	304.800
Trabalhista	63	8.057	81	8.813
Regulatório	11	648	6	2
	188	**399.703**	**192**	**359.718**

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R$10.000 para as demandas vinculadas à Companhia e R$5.000 para as demandas vinculadas às suas controladas e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Resumo dos principais processos com risco de perda possível:

i) Tributário:

- Execução Fiscal nº 08094733820178230010 - em face da controlada em conjunto Transnorte Energia S.A. (TNE), em trâmite perante a 2ª Vara da Fazenda Pública de Boa Vista. Trata-se de ação ajuizada para fins de cobrança de diferencial de alíquota de ICMS, referente ao período de 06/2014 a 11/2014 (Convênio CONFAZ nº 143/2012 e Decreto nº 14.982/2013), inicialmente apurado no Auto de Infração nº 492/2015, cujo valor em risco aproximado é de R$20.203 (R$18.532 em 31 de dezembro de 2021);

- Processo Administrativo nº 10480729854201815 - em face da controlada Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. (STN), em trâmite perante a Delegacia da Receita Federal de Recife/PE. Trata-se de lançamento de IRPJ e CSLL em decorrência da glosa de despesas financeiras com o pagamento de juros relativos às debêntures emitidas. O valor em risco aproximado é de R$15.267 (R$14.962 em 31 de dezembro de 2021); e

- Processo Administrativo nº 15746720203202021 - em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., trata-se de cobrança de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS. O valor em risco aproximado é de R$10.050 (R$9.560 em 31 de dezembro de 2021).

ii) Ambiental e Cível:

- Auto de Infração Ambiental nº 014689-A - lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A. por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R$96.140 (R$81.004 em 31 de dezembro de 2021);

  A controlada Ferreira Gomes Energia S.A. firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC 2), no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto.

- Auto de Infração Ambiental nº 013596-A - lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A. por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente. O valor em risco aproximado é de R$78.422 (R$66.075 em 31 de dezembro de 2021);

  A controlada Ferreira Gomes Energia S.A. firmou em setembro de 2015, Termo de Ajustamento de Conduta, no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto.

- Ação de Execução nº 00002067420198030006 - proposta pelo Ministério Público Estadual contra a controlada Ferreira Gomes, por suposto descumprimento da Cláusula 2.9, alíneas 'f' e 'g' do TAC homologado nos autos da Ação Civil Pública n° 001385-48.2016.8.03.00006. O valor em risco aproximado é de R$18.806 (R$16.387 em 31 de dezembro de 2021);

- Execução de Título Extrajudicial nº 00023828020184013100 - trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada pelo Ministério Público Federal em face da controlada Ferreira Gomes Energia S/A, fundada no suposto inadimplemento dos itens "c", "f" e "g" da Cláusula 2.9 do TAC 2. A Companhia apresentou embargos à execução. O valor em risco aproximado é de R$161.

- Execução de Título Extrajudicial nº 00046934420184013100 - trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada pelo Ministério Público Federal em face da controlada Ferreira Gomes Energia S/A, fundada no suposto inadimplemento dos itens "c", "f" e "g" da Cláusula 2.9 do TAC 2 (obrigação de fazer). A Companhia apresentou embargos à execução. O valor em risco não pode ser estimado.

- Auto de Infração Ambiental nº 016154 - lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R$15.772 (R$13.290 em 31 de dezembro de 2021);

- Auto de Infração Ambiental nº 016158 - lavrado em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a empresa, supostamente, ter descumprido ou cumprido parcialmente uma série de condicionantes da Licença de Operação nº 317/2014. O valor em risco aproximado é de R$6.759 (R$5.695 em 31 de dezembro de 2021);

- Auto de Infração Ambiental nº 41971 - lavrado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Amapá em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., por ter a empresa, supostamente, contribuído para a poluição do Rio Araguari por lançamento de efluentes fora dos padrões exigidos. O valor em risco aproximado é de R$6.146;

- Ação Civil Pública nº 00099563820104013100 - proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Companhia, da Aneel, do Diretor-Presidente do IMAP (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá) e da SEMA/AP - Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá. Trata-se de uma ação de obrigação de fazer e de não fazer para prevenção de danos ambientais envolvendo o licenciamento ambiental. O valor em risco não pode ser estimado;

- Ação Civil Pública nº 00103807020164013100 (antigo nº 00013863320168030006) - proposta pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A. e outros com objetivo de compelir os réus a promoverem a reparação integral de todos os danos ambientais causados no Município de Ferreira Gomes/AP, em decorrência de enchente causada por terceiros, assim como adotarem medidas para minimizar os efeitos deletérios relacionados à evento. A presente ação encontra-se suspensa em decorrência da Ação Cautela Inominada nº 00005352820158030006, tendo como objeto a produção antecipada de provas requerida pelo MP. A ação cautelar está em fase de recurso de apelação. Em decorrência do evento, o MPE proveu uma Ação Penal nº 00002968220198030006 em face da FGE e demais empresas, visando a apuração de eventual ocorrência de crimes ambientais de destruição/danificação de floresta considerada de preservação permanente. A referida ação está em fase de resposta à acusação. O valor em risco não pode ser estimado;

- Ação Civil Pública nº 10300145020214013200 - proposta pelo Ministério Público Federal em face controlada em conjunto Transnorte Energia S.A. para preservação de direitos indígenas supostamente ofendidos. Além desta ação, outras duas ações civis públicas (nº 00184082320134013200 e nº 00180326620154013200) foram propostas pelo Ministério Público Federal buscando a anulação dos atos de licenciamento ambiental do Empreendimento, do Contrato de Concessão e do Edital que o lastreou, tendo como motivo suposta ofensa a direitos indígenas. Em razão de autocomposição homologada no âmbito das três ações civis públicas em 22 de setembro de 2022, as ações nº 00184082320134013200 e nº 00180326620154013200 já foram baixadas definitivamente, enquanto a ação nº 10300145020214013200 o será em breve, já tendo o MPF requerido desistência desta ação;

- Ação Ordinária nº 5013784-97.2020.8.13.0105 - proposta pelo proprietário das terras, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Governador Valadares. Trata-se de ação interposta em face da controlada TPE – Transmissora Paraíso de Energia S.A., que visa a Revogação de Liminar de Imissão Provisória na Posse c/c Manutenção na Posse, Danos Morais, Ambientais e Lucros Cessantes, vinculada à Ação de Instituição de Servidão Administrativa nº 5007124-24.2019.8.13.0105. O valor em risco aproximado é de R$23.246 (R$20.743 em 31 de dezembro de 2021);

- Auto de Infração Ambiental nº 9073335-E (02001.003498/2015-72) - lavrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em face da controlada Transnorte Energia S.A. (TNE), por ter a TNE, supostamente, descumprido condicionantes ambientais previstas na Licença de Instalação. O valor em risco aproximado é de R$9.683 (R$2.649 em 31 de dezembro de 2021);

- Auto de Infração Ambiental nº 9102835-E (02001.003494/2015-94) - lavrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em face da controlada Transnorte Energia S.A. (TNE), por ter a TNE, supostamente, descumprido condicionantes ambientais previstas na Autorização de Supressão de Vegetação. O valor em risco aproximado é de R$6.648 (R$1.805 em 31 de dezembro de 2021);

- Auto de Infração Ambiental nº 9137296-E (02553.000294/2018-86) - lavrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em face da controlada Transnorte Energia S.A. (TNE), por ter a TNE, supostamente, descumprido condicionantes ambientais previstas na Licença de Instalação. O valor em risco aproximado é de R$7.563 (R$3.389 em 31 de dezembro de 2021);

- Auto de Infração Ambiental nº 9137295 (02553.000295/2018-21) - lavrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em face da controlada Transnorte Energia S.A. (TNE), por ter a TNE, supostamente, descumprido condicionantes ambientais previstas na Licença de Operação. O valor em risco aproximado é de R$3.526 (R$1.574 em 31 de dezembro de 2021); e

- Ações JEC – Evento "apagão 2020": trata-se de 2.395 ações de indenização por danos morais ajuizadas contra a União Federal, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, e diversas Companhias do Setor Elétrico, incluindo a controlada Ferreira Gomes Energia S.A., em decorrência de seu suposto envolvimento no "apagão" ocorrido no Estado do Amapá em novembro de 2020. O valor em risco aproximado é de R$73.377.

iii) Regulatória:

- **Ação proposta por controladas da Companhia – CNPE nº 03 -** Ações Ordinárias com Pedido de Liminar nº 0076295-10.2014.4.01.3400 e nº 0003995-79.2016.4.01.3400 – propostas pela Companhia e pelas controladas Ferreira Gomes Energia S.A., ACE Comercializadora LTDA., Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos III S.A., Energia dos Ventos IV S.A. e Energia dos Ventos X S.A., contra a União Federal, visando a nulidade da aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. Atualmente a Companhia e suas controladas são beneficiadas por liminar impedindo a aplicação dos efeitos desta resolução. O valor somado de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado na Companhia e suas controladas, caso a liminar não seja mantida, é o montante aproximado de R$287 (R$255 em 31 de dezembro de 2021).

iv) Arbitragem:

- Procedimento Arbitral: instaurado em face da ETB para dirimir controvérsia decorrente do contrato vinculado a implantação do empreendimento. O valor em risco aproximado é de R$66.086 (R$41.990 em 31 de dezembro de 2021);

- Procedimento Arbitral: instaurado em face da controlada ETC para dirimir controvérsia decorrente do contrato vinculado a implantação do empreendimento. O valor em risco aproximado é de R$12.307 (R$11.432 em 31 de dezembro de 2021); e

- Procedimento Arbitral: instaurado pela Transnorte Energia S.A. (TNE), com o objetivo de determinar o valor do reequilíbrio econômico-financeiro integral do Contrato de Concessão nº 003/2012 – ANEEL.

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas cuja probabilidade de perda seja remota, exceto por aquelas que, no entendimento da Administração, são importantes para os negócios da Companhia e suas controladas, descritas abaixo:

(i) Arbitragem:

- Processos Arbitrais: as controladas Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. e Usina Paulista Queluz de Energia S.A. celebraram contratos de fornecimento de energia distintos, por meio dos quais estas deveriam fornecer, certas quantidades de energia por mês. Tais contratos foram cedidos parcialmente a terceiros, que inadimpliu com suas obrigações de pagamento. Em razão de tais fatos, a Lavrinhas e Queluz ingressaram com ações de execução contra as empresas cedentes e as cessionárias, as quais são solidariamente responsáveis pelas obrigações contratuais. Tendo vista que os contratos de fornecimento de energia possuíam cláusula arbitral, as cedentes, para poder apresentar seus embargos de devedor, instauraram procedimentos arbitrais, requerendo o reequilíbrio dos contratos ou as suas resoluções para todos os fins. Neste sentido, embora a Lavrinhas e Queluz figurem no polo passivo destas arbitragens, elas também são as credoras dos contratos de fornecimento de energia, sendo certo que a chance de perda destas arbitragens é apontada por nossos advogados como remota. Não há valor em risco calculável nesse estágio do processo.

23. Patrimônio líquido

a) Capital autorizado

Nos termos do artigo 8º do seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias e/ou ações preferenciais, até o limite de 1.000.000 (Um bilhão) de ações. Compete, igualmente, ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização. Os acionistas da Companhia possuem direito de preferência para subscrição de novas ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cujo prazo para exercício será de 30 (trinta) dias.

b) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social da Companhia, subscrito e integralizado, era no valor total de R$2.981.996, e estava representado por 596.955.970 ações ordinárias e 282.155.299 ações preferenciais, conforme segue abaixo:

	31/12/2022 e 2021					
	Ordinárias		Preferênciais		**Total**	
	Quantidade	%	Quantidade	%	**Quantidade**	**%**
Acionistas						
Controladores	456.905.633	76,54	1.676.184	0,59	**458.581.817**	**52,16**
Outros (free float)	140.050.337	23,46	280.479.115	99,41	**420.529.452**	**47,84**
Total das ações	**596.955.970**	**100,00**	**282.155.299**	**100,00**	**879.111.269**	**100,00**

c) Reserva de lucros

c.1) Reserva legal no valor de R$331.483 em 31 de dezembro de 2022 (R$285.560 em 31 de dezembro de 2021): de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.

c.2) Reserva de investimentos no valor de R$3.259.780 em 31 de dezembro de 2022 (R$2.605.373 em 31 de dezembro de 2021): os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva de investimentos à disposição da Assembleia, para sua destinação.

c.3) Reserva de lucros a realizar no valor de R$387.571 em 31 de dezembro de 2022 (R$591.409 em 31 de dezembro de 2021): refere-se a parcela do dividendo mínimo obrigatório que excedeu a parcela realizada do lucro líquido dos exercícios de 2020, 2021 e 2022, conforme artigo 197 da Lei nº 6.404/76. A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro da operação de equivalência patrimonial ocorrerá em exercícios futuros. Uma vez realizado, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo à distribuição de dividendos.

Excesso de reserva de lucros

A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2022 excesso de reserva de lucros no valor de R$691.458. O Estatuto Social da Companhia, em consonância com legislação societária brasileira, limita a reserva de lucros, com exceção da reserva para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, ao valor do capital social. Portanto a destinação de tal excesso será deliberada pelos acionistas na próxima Assembleia Geral que está prevista para 17 de abril de 2023.

d) Reserva de capital

As reservas de capital são decorrentes de ganho ou perda em transação de capital e de reserva para reinvestimento, conforme segue:

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Ganho (perda) em transação de capital		
EATE	86.821	86.821
ECTE	(3.915)	(3.915)
APAETE	4.643	4.643
Lavrinhas	(4.747)	(4.747)
Queluz	(3.000)	(3.000)
Foz	(50.853)	(50.853)
TME	(27.823)	(27.823)
TCC	79.610	79.610
TPE	109.843	-
TSM	33.088	-
Ijuí	(207.224)	-
	16.443	80.736
Reserva para reinvestimento		
ENTE	466	466
ETEP	57	57
	523	523
	16.966	**81.259**

Notas Explicativas
às demonstrações contábeis

e) Outros resultados abrangentes

Referem-se ao ganho e perda na conversão das informações financeiras das controladas domiciliadas no exterior, Resultado de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes e Hedge de fluxo de caixa de instrumentos financeiros designados como hedge accounting, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	70.865	85.453	67.735	85.155
Diferenças cambiais decorrentes da conversão dos ativos liquídos no exterior (i)				
La Virgen	(2.702)	1.616	(8.317)	(1.216)
Risaralda	(49)	98	(49)	98
Alupar Peru	(6.671)	(8.349)	(6.671)	(8.349)
Alupar Colômbia	(14.359)	(7.953)	(14.359)	(7.953)
Subtotal	**(23.781)**	**(14.588)**	**(29.396)**	**(17.420)**
Outros resultados abrangentes				
Alupar - Resultado de equivalência patrimonial (ii)	(1.592)	-	-	-
TCE - Hedge de fluxo de caixa (ii)	-	-	(2.282)	-
TCE - Imposto de renda e contribuição social diferido (ii)	-	-	690	-
Saldo no fim do exercício	**45.492**	**70.865**	**36.747**	**67.735**

(i) Os montantes acumulados de variações cambiais relacionadas a ajustes de conversão de controladas no exterior, reconhecido em outros resultados abrangentes serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período, apenas no momento da baixa de controlada no exterior, ou na perda de controle.

(ii) A controlada TCE designou instrumentos financeiros derivativos como hedge accounting de fluxo de caixa e a variação do valor justo de tais instrumentos financeiros são reconhecidos em Outros resultados abrangentes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 3.4 item (c) subitem (ii) e 31.3 item (b). Consequentemente, a Companhia reconhece a sua participação em tal operação por conta do método de equivalência patrimonial.

f) Destinação do resultado

De acordo com o artigo 36 do Estatuto Social da Companhia, alterado em 6 de dezembro de 2022, os acionistas terão direito de receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, acrescido ou diminuído dos seguintes valores: a) importância destinada à constituição de reserva legal; b) importância destinada à constituição de reserva para contingência e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

De acordo com o artigo 202, inciso II, da Lei nº 6.404/76, o valor do dividendo mínimo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar (art. 197 da mesma lei). Considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício após a destinação da reserva legal de 5%, que exceder a soma do resultado positivo de equivalência patrimonial, descontados dos dividendos intermediários recebidos das controladas. A Administração da Companhia apurou a parcela não realizada do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e destinou a conta de Reserva de Lucros a Realizar os valores os dividendos mínimos obrigatórios de 25% e 50%, respectivamente, que correspondem aos montantes de R$209.345 e R$529.816, respectivamente. O dividendo mínimo obrigatório de 25% da parcela realizada do lucro liquído de 31 de dezembro de 2022 corresponde ao montante de R$8.791.

Durante o exercício de 2022 e 2021, a Companhia realizou parte dos dividendos obrigatórios destinados anteriormente a conta de Reserva de Lucros a Realizar, a realização foi mediante o recebimento de dividendos de suas controladas, nos montantes de R$413.183 e R$360.436, respectivamente, e reclassificou para a rubrica de "Dividendos a Pagar", conforme determina o artigo 202 item III da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	918.466	1.115.401
Destinação para Reserva legal	(45.923)	(55.770)
Saldo disponível para distribuição	**872.543**	**1.059.631**
Destinação para Reserva de lucros a realizar	(209.345)	(529.816)
Dividendos obrigatórios	(8.791)	-
Lucro remanescente a disposição da Assembléia	(654.407)	(529.815)
Dividendos declarados da reserva de lucros a realizar	413.183	360.436
Valor do dividendo por ação	0,48	0,41
Valor do dividendos por UNIT	1,44	1,23

24. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

A tabela a seguir apresenta o cálculo da média ponderada de ações em circulação e o resultado por ação da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2022	31/12/2021
Numerador:		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	918.466	1.115.401
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de acões ordinárias (*)	596.956	596.956
Média ponderada do número de acões preferenciais (*)	282.155	282.155
Lucro por ação		
Lucro básico e diluído por ação ordinária (*)	1,04477	1,26878
Lucro básico e diluído por ação preferenciais (*)	1,04477	1,26878

(*) A Companhia não possui instrumentos dilutivos, tais como, instrumentos conversíveis em ações, opções ou bônus de subscrição.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

Alupar

25. Receita operacional líquida e Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta				
Sistema de transmissão de energia				
Receita de operação e manutenção (Nota 9)	-	-	566.620	431.639
Receita de infraestrutura (Nota 9)	-	-	250.481	1.032.923
Remuneração financeira do ativo de concessão (Nota 9)	-	-	2.737.546	3.541.001
	-	-	3.554.647	5.005.563
Sistema de geração de energia				
Suprimento de energia (Nota 26)	74.460	136.929	695.358	797.636
Prestação de serviços				
Comissão de aval (nota 30)	114.376	-	-	-
Total - Receita operacional bruta	188.836	136.929	4.250.005	5.803.199
Tributos sobre a receita operacional bruta				
Programa de Integração Social - PIS	(2.484)	(2.259)	(42.931)	(41.003)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(10.179)	(10.405)	(196.458)	(160.533)
Pis e Cofins - Diferidos	-	-	(91.400)	(281.401)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	-	(600)
Imposto sobre Serviços - ISS	(6.280)	-	(6.701)	(434)
	(18.943)	(12.664)	(337.490)	(483.971)
Encargos regulatórios				
Quota para reserva global de reversão - RGR	-	-	(36.194)	(31.934)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	-	(10.558)	(8.747)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	-	-	(10.558)	(8.747)
Ministério de minas e energia - MME	-	-	(5.296)	(4.374)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	-	-	(12.010)	(9.816)
TFSSE e RGR Diferido	-	-	(4.191)	(21.402)
	-	-	(78.807)	(85.020)
Total - Deduções da receita operacional bruta	(18.943)	(12.664)	(416.297)	(568.991)
Total - Receita operacional líquida	**169.893**	**124.265**	**3.833.708**	**5.234.208**
Outras receitas operacionais				
Ganho pelo resultado da revisão tarifária	-	-	55.828	52.923
Ganho com indenizações	-	-	16.717	24.803
Outras receitas operacionais	(576)	1.987	2.913	8.178
Total - Outras receitas operacionais	**(576)**	**1.987**	**75.458**	**85.904**

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

a) A seguir apresentamos as margens do segmento de transmissão de cada obrigação de desempenho:

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2022	31/12/2021
Implementação de infraestrutura		
Receita de infraestrutura	250.481	1.032.923
Custo de infraestrutura	(203.142)	(933.340)
Margem	47.339	99.583
% Margem percebida	18,90%	9,64%
Operação & Manutenção		
Receita de operação e manutenção	566.620	431.639
Custo de operação e manutenção	(159.707)	(137.752)
Margem	406.913	293.887
% Margem percebida	71,81%	68,09%

26. Suprimento de energia e energia comprada para revenda

	Controladora						Consolidado					
	Exercício findo em						Exercício findo em					
	31/12/2022			31/12/2021			31/12/2022			31/12/2021		
	MWh (*)	Preço Médio	Valor	MWh (*)	Preço Médio	Valor	MWh (*)	Preço Médio	Valor	MWh (*)	Preço Médio	Valor
Suprimento de energia												
Ambiente livre	-	-	-	-	-	-	532.814	331,76	176.769	442.451	310,03	137.172
Ambiente livre - comercialização	193.224	164,22	31.732	338.194	217,58	73.583	842.939	139,70	117.758	1.030.886	261,17	269.240
Ambiente livre - partes relacionadas	110.300	68,75	7.583	305.248	187,29	57.171	-	-	-	-	-	-
Ambiente regulado	166.438	210,00	34.952	-	-	-	1.952.345	200,40	391.248	1.873.764	173,10	324.355
MRE e Spot (energia de curto prazo)	-	-	193	-	-	6.175	-	-	9.583	-	-	66.869
Total			**74.460**			**136.929**			**695.358**			**797.636**
Energia comprada para revenda												
Ambiente livre	(75.912)	175,60	(13.330)	(233.527)	154,98	(36.192)	(487.206)	109,84	(53.517)	(833.566)	195,25	(162.753)
Ambiente livre - partes relacionadas	(414.900)	207,88	(86.251)	(435.899)	247,20	(107.753)	-	-	-	-	-	-
MRE e Spot (energia de curto prazo)	-	-	(21)	-	-	(24)	-	-	(6.102)	-	-	(3.095)
(-) Crédito de Pis/Cofins energia	-	-	11.969	-	-	11.565	-	-	17.138	-	-	19.683
Total			**(87.633)**			**(132.404)**			**(42.481)**			**(146.165)**

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

Alupar

27. Custos e despesas

	Controladora					
	Exercício findo em					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Despesas Gerais e administrativas	Custos dos serviços prestados	Total	Despesas Gerais e administrativas	Custos dos serviços prestados	Total
Pessoal	(13.373)	(760)	(14.133)	(11.653)	(894)	(12.547)
Honorários da administração	(14.071)	-	(14.071)	(15.068)	-	(15.068)
Material	339	-	339	(147)	-	(147)
Serviços de terceiros	(9.487)	-	(9.487)	(9.281)	(184)	(9.465)
Depreciação e amortização	(3.693)	-	(3.693)	(1.076)	-	(1.076)
Provisões	(226)	-	(226)	3.463	-	3.463
Aluguéis	(187)	-	(187)	(247)	-	(247)
Seguros	(129)	-	(129)	(51)	-	(51)
Doações, contribuições e subvenções	(477)	(137)	(614)	(210)	(162)	(372)
Tributos e taxas	(171)	-	(171)	(503)	-	(503)
Outros	(275)	-	(275)	(473)	-	(473)
Total	**(41.750)**	**(897)**	**(42.647)**	**(35.246)**	**(1.240)**	**(36.486)**

	Consolidado									
	Exercício findo em									
	31/12/2022					31/12/2021				
	Custos do serviço		Despesas		Total	Custos do serviço		Despesas		Total
	Custos dos serviços prestados	Custo de infraestrutura	Gerais e administrativas	Outras		Custos dos serviços prestados	Custo de infraestrutura	Gerais e administrativas	Outras	
Pessoal	(98.068)	(9.433)	(54.826)	-	(162.327)	(84.852)	(23.019)	(40.038)	-	(147.909)
Honorários da administração	-	-	(32.233)	-	(32.233)	-	-	(31.454)	-	(31.454)
Material	(18.161)	(102.823)	(1.750)	-	(122.734)	(20.305)	(23.684)	(1.695)	-	(45.684)
Serviços de terceiros	(91.652)	(71.982)	(42.727)	-	(206.361)	(68.815)	(695.746)	(49.674)	-	(814.235)
Depreciação e amortização	(141.740)	-	(7.842)	-	(149.582)	(134.496)	-	(5.067)	-	(139.563)
Provisões	(907)	(2.316)	(133)	-	(3.356)	922	(1.989)	3.357	-	2.290
Aluguéis	(9.460)	(279)	(2.105)	-	(11.844)	(6.967)	(1.149)	(773)	-	(8.889)
Seguros	(22.090)	(1.060)	(1.493)	-	(24.643)	(20.036)	(695)	(440)	-	(21.171)
Doações e contribuições	(1.040)	-	(4.831)	-	(5.871)	(875)	-	(4.654)	-	(5.529)
Tributos e taxas	(8.676)	(12.148)	(4.900)	-	(25.724)	(2.907)	(2.165)	(1.644)	-	(6.716)
Outros	(5.116)	(3.101)	(1.122)	(838)	(10.177)	(805)	(184.893)	(1.812)	(1.800)	(189.310)
Recuperação de custo - GSF	-	-	-	-	-	62.753	-	-	-	62.753
Perda na revisão tarifaria	-	-	-	(201.724)	(201.724)	-	-	-	(10.035)	(10.035)
Total	**(396.910)**	**(203.142)**	**(153.962)**	**(202.562)**	**(956.576)**	**(276.383)**	**(933.340)**	**(133.894)**	**(11.835)**	**(1.355.452)**

O valor de “Outros” em Custo de infraestrutura refere-se a basicamente custo de dívida considerado como custo de infraestrutura, gastos com faixas de servidão e outros gastos.

28. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	71.688	24.638	225.525	70.956
Atualização monetária	2.770	1.017	12.434	28.803
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	9.691	-	9.691	-
Outras receitas com partes relacionadas (nota 30)	166	48.582	-	-
Outras receitas financeiras	58	3.891	6.250	8.064
Total	**84.373**	**78.128**	**253.900**	**107.823**
Despesas financeiras				
Encargos financeiros sobre dívida	(87.564)	(46.425)	(1.173.137)	(873.426)
Ganho (perda) na variação cambial	(163)	11	(7.541)	(96.231)
Atualização monetária	-	-	(9.300)	(27.919)
Juros sobre arrendamentos	(131)	(74)	(7.693)	(11.298)
Perda com instrumentos financeiros derivativos	(4.306)	-	(4.306)	-
Despesas bancárias	(1.007)	(1.048)	(16.671)	(3.205)
Outras despesas financeiras	(460)	(614)	(1.378)	(11.289)
Total	**(93.631)**	**(48.150)**	**(1.220.026)**	**(1.023.368)**
Resultado financeiro líquido	**(9.258)**	**29.978**	**(966.126)**	**(915.545)**

29. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição do saldo de imposto de renda e da contribuição social corrente registrados no balanço patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	45.376	27.464	78.568	49.603
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.604	1.242	11.969	5.170
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	-	28.305	13.783
Total de Imposto de renda e contribuição social compensáveis	**46.980**	**28.706**	**118.842**	**68.556**
Circulante	46.980	28.706	115.655	65.067
Não circulante	-	-	3.187	3.489

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	5.716	-	49.389	24.826
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.800	-	50.806	40.727
Total de Imposto de renda e contribuição social a pagar	**7.516**	**-**	**100.195**	**65.553**

Notas Explicativas
às demonstrações contábeis

Alupar

b) Composição do saldo de imposto de renda e da contribuição social diferidos registrados no balanço patrimonial:

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda diferido - ativo	44.020	16.708
Contribuição social diferida - ativo	9.252	3.499
Total	**53.272**	**20.207**
Imposto de renda diferido - passivo	1.873.326	1.811.556
Contribuição social diferida - passivo	827.202	760.424
Total	**2.700.528**	**2.571.980**

As empresas de lucro real com impacto pela lei 12.973: EBTE, EATE, ETEP, ECTE, ENTE, ETES, ETEM, STN, ELTE, TME e ETVG.
As empresas EBTE, FOZ, FGE, ELTE e Verde 8 possuem ativo diferido referente a constituição do prejuízo fiscal.

Detalhamento da origem do IR/CS diferidos:

	Consolidado			
	Balanço patrimonial		Resultado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo fiscal e base negativa	53.272	20.207	9.189	(1.300)
Contrato de concessão	(2.717.159)	(2.568.752)	(121.272)	(603.068)
Diferimento de receita para órgãos públicos	(3.131)	(3.228)	(3.131)	(3.228)
Direito de extensão da outorga	-	-	-	(23.304)
Lucro não realizado	19.762	-	19.762	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(2.647.256)**	**(2.551.773)**	**(95.452)**	**(630.900)**

Créditos fiscais a compensar
Conforme preceitua o pronunciamento CPC 32/IAS 12 , um ativo ou passivo fiscal diferido deve ser reconhecido sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis, respectivamente. Uma diferença temporária é a diferença entre o valor contábil do ativo ou passivo nas informações contábeis intermediárias e a sua base para fins de tributação. Esse pronunciamento também requer a contabilização de um ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que serão gerados lucros tributáveis futuros para possibilitar a compensação desse ativo fiscal diferido.

Em 31 de dezembro de 2022, a Alupar acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social que gerariam potenciais créditos tributários, conforme abaixo. Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que as operações da Companhia não apresentarão base tributável de resultados que garanta a realização desses créditos.

Créditos fiscais não reconhecidos	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo fiscal	623.993	633.833
Base negativa de contribuição social	654.612	663.183

Notas Explicativas
às demonstrações contábeis

c) A reconciliação da taxa efetiva da alíquota nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é como segue:

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2022	31/12/2021
a) Composição dos tributos no resultado:		
Imposto de renda e contribuição social correntes	(140.504)	(110.751)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(95.452)	(630.900)
Total	**(235.956)**	**(741.651)**
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:		
Resultado antes dos tributos	1.899.829	2.864.467
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de despesa com tributos às alíquotas nominais	**(645.942)**	**(973.919)**
Conciliação para a despesa reconhecida no resutado:		
Incentivo Fiscal (*)	138.394	119.744
Doações - Lei Rouanet/Esporte/FIA	2.521	2.924
Compensação de prejuizo fiscal e base negativa	11.498	(18.445)
(-) Despesas e provisões indedutíveis	(3.659)	(5.095)
(-) Resultado de equivalência patrimonial	1.805	(1.787)
(-) Exclusão - Receita financeira da concessão - Art. 84 inciso II IN nº 1515/1	796.197	859.289
(+) Adição "AVP"- Art. 84 inciso II IN nº 1515/14	(557.597)	(387.881)
Reversão do efeito da aliquota lucro presumido	78.107	113.362
Exclusão dos efeitos CPC 47	(41.033)	(481.814)
Diferimento de órgãos publicos	(3.131)	(3.228)
Direito de extensão da outorga	-	23.304
Lucro não realizado	19.762	-
Outras	(32.878)	11.895
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(235.956)**	**(741.651)**
c) Alíquota efetiva	**12,4%**	**25,9%**

(*) Incentivos fiscais federais que garantem a redução de 75% do imposto de renda na região da Superintendência de Desenvolvimentos da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

d) A abertura por Empresa referente ao regime de apuração do imposto de renda e contribuição social, incluindo as alíquotas de PIS/COFINS das controladas é como segue:

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

Alupar

Empresas	Referente Ano Fiscal 2022				
	Aliquota de Pis e Cofins	Incentivo fiscal REIDI até:	Incentivo fiscal SUDAM/SUDENE até:	Incentivo fiscal de ICMS até:	Regime de tributação
Controladas					
Alupar Peru	Não aplicável	-	-	-	(***)
Transminas	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Alupar Chile	Não aplicável	-	-	-	(***)
Foz (**)	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Ijuí	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Lavrinhas (**)	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Queluz (**)	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Ferreira Gomes (**)	9,25%	-	2026	-	Lucro Real
GET	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Risaralda	Não aplicável	-	-	-	(***)
Alupar Colombia	Não aplicável	-	-	-	(***)
Verde 8 (**)	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Agua Limpa	9,25%	-	-	-	Lucro Real
La Virgen	Não aplicável	-	-	-	(***)
EATE (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNI 9,25%	-	2023	-	Lucro Real
STN	9,25%	-	2025	-	Lucro Real
ETES	9,25%	2021	2030	-	Lucro Real
ETEP (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNI 9,25%	-	2025	-	Lucro Real
ENTE (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNI 9,25%	-	2025	-	Lucro Real
ERTE (*)	3,65%	-	2024	-	Lucro Presumido
ECTE (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNI 9,25%	-	-	-	Lucro Real
ETEM	9,25%	-	2024	-	Lucro Real
ETVG	9,25%	-	2024	-	Lucro Real
ELTE	9,25%	2020	-	-	Lucro Real
Lumitrans	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
STC	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
ACE	9,25%	-	-	-	Lucro Real
AF	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Windepar	9,25%	-	-	-	Lucro Real
ETAP	9,25%	-	2029	-	Lucro Real
ETC	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
TCC	9,25%	2022	2031	2020	Lucro Real
TPE	9,25%	2022	2031	2020	Lucro Real
TSM	9,25%	2022	-	-	Lucro Real
UFV Pitombeira	9,25%	-	-	-	Lucro Real
AETE	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
EBTE	9,25%	-	2030	-	Lucro Real
Transleste	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Transudeste	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Transirapé	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
ESDE	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
ETSE	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
ESTE	9,25%	-	2032	-	Lucro Real
EDV I	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
EDV II	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
EDV III	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
EDV IV	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
EDV X	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
TCE	Não aplicável	-	-	-	(***)
EDTE	9,25%	-	2029	-	Lucro Real
TME	9,25%	-	2024	-	Lucro Real
ETB	9,25%	2022	2030	2020	Lucro Real
EAP I	3,65%	2022	-	-	Lucro Presumido
EAP II	3,65%	2022	-	-	Lucro Presumido
EAP III	9,25%	-	-	-	Lucro Real
EAP IV	9,25%	-	-	-	Lucro Real
EAP V	9,25%	-	-	-	Lucro Real
EAP VI	9,25%	-	-	-	Lucro Real
EAP VII	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Iracema	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Controlada em conjunto					
TNE	9,25%	2017	-	-	Lucro Real

(*) De acordo com a Lei 10.637/2002, os contratos de concessão das concessionárias de energia elétrica firmados anteriormente a 31 de outubro de 2003 estão submetidos à dedução de 3,65% Pis/Cofins. (**) Em 08 de outubro de 2018 foi publicado no D.O. o reconhecimento do regime especial de tributação aplicável às empresas integrantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), criado pelo art. 47 da Lei de nº 10.637/2002, no qual a empresa passou a tributar as receitas oriundas dessas transações pela alíquota do regime cumulativo (3,65%) nas contribuições de PIS e COFINS. (***) O regime de tributação das controladas do exterior seguem as determinações da legislação fiscal de seus respectivos países.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

Alupar

30. Partes relacionadas

a) Todas as transações com partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

Parte relacionada / transação	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Balanço patrimonial				
Ativo				
Contas a receber	**7.660**	**149**	**-**	**-**
Foz do Rio Claro - Venda de energia ambiente livre (v)	-	149	-	-
La Virgen - comissão de aval (vi)	3.547	-	-	-
TPE - comissão de aval (vi)	1.788	-	-	-
ETB - comissão de aval (vi)	1.191	-	-	-
TCC - comissão de aval (vi)	1.134	-	-	-
Outros ativos	**9.460**	**3.888**	**-**	**-**
Alupar Peru - reembolso de despesas bancárias	1.409	-	-	-
La Virgen - reembolso de despesas bancárias	199	-	-	-
TPE - comissão de aval (vi)	-	1.688	-	-
ETB - comissão de aval (vi)	-	1.127	-	-
TCC - comissão de aval (vi)	-	1.073	-	-
Alupar Colômbia - Mútuo (vii)	7.852	-	-	-
Dividendos a receber (i)	**217.481**	**341.754**	**75**	**75**
Transminas	1	8.338	-	-
EATE	51.587	62.029	-	-
ENTE	16.849	24.001	-	-
ECTE	13.371	11.328	-	-
ERTE	1.214	2.193	-	-
ETEP	4.148	3.401	-	-
STN	-	11.909	-	-
STC	485	485	-	-
Lumitrans	371	371	-	-
ETES	20.921	16.915	-	-
Ijui	3.028	7.835	-	-
Foz	-	8.176	-	-
Lavrinhas	3.125	13.262	-	-
Queluz	3.635	25.936	-	-
TME	381	3.981	-	-
ETEM	2.513	3.899	-	-
ETVG	19.511	15.557	-	-
Ferreira Gomes	6.328	6.171	-	-
TNE	75	75	75	75
AF	582	-	-	-
ETAP	9.923	38.054	-	-
ETC	18.203	26.942	-	-
TPE	23.630	19.677	-	-
TCC	7.603	14.290	-	-
TSM	8.506	-	-	-
ETB	1.317	13.625	-	-
APAETE	174	3.304	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (ii)	**30.324**	**215.433**	**-**	**-**
GET	695	695	-	-
Pitombeira	23.745	970	-	-
Agua Limpa	423	-	-	-
Alupar Chile	2.886	2.887	-	-
TSM	-	106.500	-	-
EAP I	-	38.044	-	-
EAP II	-	65.154	-	-
EAP III	492	229	-	-
EAP IV	524	242	-	-
EAP V	460	179	-	-
EAP VI	581	255	-	-
EAP VII	466	278	-	-
Iracema	52	-	-	-
Passivo				
Fornecedores - Compra de energia ambiente livre (iii)	**7.197**	**30.932**	**-**	**-**
Ferreira Gomes	7.197	28.859	-	-
Lavrinhas	-	691	-	-
Queluz	-	691	-	-
Verde 8	-	691	-	-
Dividendos a pagar (iv)	**421.978**	**360.439**	**552.380**	**568.412**
Acionistas controladores	220.122	185.103	220.122	185.103
Acionistas minoritários da controladora	201.856	175.336	201.856	175.336
Acionistas não controladores	-	-	130.402	207.973

Notas Explicativas
às demonstrações contábeis

Alupar

Parte relacionada / natureza da transação	Controladora	
	Exercício findo em	
	31/12/2022	31/12/2021
Demonstração do resultado		
Receita operacional bruta	**121.959**	**57.171**
Ferreira Gomes - Suprimento de energia (v)	7.028	55.768
Foz do Rio Claro - Suprimento de energia (v)	555	1.403
TPE - comissão de aval (vi)	21.057	-
ETB - comissão de aval (vi)	13.993	-
TCC - comissão de aval (vi)	13.373	-
La Virgen - comissão de aval (vi)	65.953	-
Custo - Energia comprada para revenda (iii)	**(86.251)**	**(107.753)**
Ferreira Gomes	(80.237)	(104.257)
Queluz	(1.400)	(691)
Lavrinhas	(1.400)	(691)
Verde 8	(3.214)	(2.114)
Receitas financeiras	**166**	**50.116**
Caixa Econômica Federal - Investimento de curto prazo	-	1.042
Verde 8 Energia S.A. - Juros sobre nota de débito	-	512
TPE - comissão de aval (vi)	-	17.575
ETB - comissão de aval (vi)	-	13.022
TCC - comissão de aval (vi)	-	17.965
Alupar Colômbia- Mútuo (vii)	166	-

i) Refere-se a dividendos a receber referente aos exercícios de 2022, de 2021 e anteriores das controladas da Companhia e que serão liquidados até o final do exercício de 2023;

ii) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) efetuado pela Companhia em suas controladas para reforço de caixa o qual serão integralizados até junho de 2023;

iii) Refere-se a compra de energia das controladas para suprir a necessidade de energia para atendimento dos contratos de venda de outras controladas, conforme preço médio de compra demonstrado na nota explicativa nº 26;

iv) Refere-se aos dividendos a pagar pela Companhia e suas controladas aos acionistas;

v) Refere-se a venda de energia da Alupar para suas controladas em decorrência da necessidade das mesmas de aquisição de energia no mercado de curto prazo para atendimento de seus contratos, conforme preço médio de compra demonstrado na nota explicativa nº 26;

vi) Refere-se a comissão de aval sobre empréstimos/financiamentos, prestados pela Alupar em favor das controladas, cuja remuneração cobrada é de 1,55% ao ano do saldo garantido pela Alupar, devida a partir da entrada em operação comercial do empreendimento até o termíno da fiança. As condições comerciais foram aprovadas tanto pela ANEEL quanto pelos acionistas não controladores dessas controladas. Em relação a controlada La Virgen, a remuneração cobrada é de 2,00% ao ano do saldo garantido da Alupar desde o início de sua construção.

vii) Refere-se a mútuo firmado entre a Alupar e sua controlada Alupar Colombia, em 25 de abril de 2022 no valor total de até US$1.800, com juros de 7,50% a.a e vencimento em 1º. de dezembro de 2029. Até 31 de dezembro de 2022, o montante disponibilizado à Alupar Colombia foi de US$1.508.

b) Garantias

b.1) As transações de garantias entre as empresas do grupo referentes a contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão relacionadas abaixo:

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

Alupar

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida / Contratante	Empresa Garantidora / Contratada	Contrato nº/Objeto	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/22
12/12/11	Conselho de Administração	ETEM	Alupar	Financiamento - BNDES - 11.2.1030-1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	46.800	15/05/12	15/04/26	11.755
26/12/12	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Financiamento - BNDES - contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia Direitos Creditários Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M e Conta Seguradora.	470.610	28/12/12	15/04/31	195.612
11/02/08	Conselho de Administração	Ijui	Alupar	Financiamento - BNDES	Fiança irrestrita	168.200	09/04/08	15/09/27	71.268
01/02/08	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES - 08.02.0976.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	111.185	11/03/09	15/04/25	22.501
14/06/10	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	16.875	08/09/10	15/04/25	3.056
01/02/08	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Financiamento - BNDES 08.2.0975.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	114.677	11/03/09	15/01/25	20.402
21/07/10	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Financiamento - BNDES 10.2.0478.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	27.716	03/08/10	15/01/25	4.468
10/12/13	Conselho de Administração	Transirapé	EATE	Contrato de financiamento - BDMG - nº 177.906/13	Penhor de Ações	19.761	27/12/13	15/01/24	2.585
23/10/14	Conselho de Administração	Transirapé	Transminas e EATE	Financiamento - BDMG - Contrato 193.292/14	Penhor de ações, cessão fidiciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP, direitos creditórios	5.893	23/10/14	15/10/29	3.023
27/01/16	Conselho de Administração	Transirapé	Transminas/ EATE	Contrato de financiamento - BDMG - nº 215.411/16	Penhor de ações, cessão fidiciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP, direitos creditórios	4.000	01/04/16	15/04/26	1.929
08/08/13	AGE	Transleste	EATE	Financiamento - BDMG - Contrato 127.315	Penhor de Ações	47.029	10/03/05	10/02/25	5.360
08/08/13	AGE	Transleste	EATE	Financiamento - BNB - Contrato 05974828-A	Penhor de Ações	15.000	10/03/05	01/03/25	1.650
30/05/14	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, Penhor de ações e cessão fiduciária	210.900	15/06/14	15/12/27	292.514
11/12/17	Assembleia Geral Extraordinária	ETAP	Alupar	Debêntures - 2ª Emissão	Fiança	156.000	16/08/18	15/09/25	190.293
26/09/18	Assembleia Geral Extraordinária	TCC	Alupar	1° Emissão de Debêntures	Fiadora	680.000	15/09/18	15/09/28	864.344
26/09/18	Assembleia Geral Extraordinária	TPE	Alupar	1° Emissão de Debêntures	Fiadora	1.070.000	15/09/18	15/09/28	1.360.122
11/12/17	Assembleia Geral Extraordinária	ETC	Alupar	Debêntures - 2ª Emissão	Fiança	116.000	16/08/18	15/09/25	141.531
14/12/15	Conselho de Administração	EDV I	Alupar/ Windepar	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1	Pretação de garantias - Alupar: fiança corportaiva, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fianca corporativa.	57.990	11/02/16	15/10/32	47.411
		EDV II				32.220	11/02/16	15/10/32	26.759
		EDV III				49.007	11/02/16	15/10/32	40.915
		EDV IV				81.047	11/02/16	15/10/32	62.785
		EDV X				47.042	11/02/16	15/10/32	34.296
21/11/16	AGE / Conselho de Administração	Windepar	Alupar, EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X	Debêntures - 1ª Emissão	Fiadoras, Penhor de Ações da Emissora, Penhor das Ações das EDVs, direitos creditórios provenientes dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR's"), direitos creditórios provenientes do(s) Contrato(s) de Compra e Venda de Energia (CCVEs), direitos creditórios provenientes de quaisquer outros contratos de venda de energia que venham a ser celebrados pelas EDVs no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes dos Projetos, direitos sobre a "Conta Centralizadora", "Conta Reserva de O&M" e "Conta Reserva Especial" de cada EDV, cessão fiduciária sobre a "Conta Reserva Especial da Holding", "Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures", "Conta Pagamento das Debêntures", dos contratos de mútuo, quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes dos Projetos,	67.500	15/12/16	15/12/28	72.752
-	-	Verde 8	Alupar	2ª Debêntures Verde 08	Fiadora	140.000	15/07/18	15/07/25	182.486
06/11/19	Assembleia Geral Extraordinária	EDV I	Alupar/ Windepar	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 19.2.0598.1	I. pela EDV1, EDV2, EDV3, EDV4 e EDV10 : os direitos creditórios: (a) CCEARs, entre as BENEFICIÁRIAS e as distribuidoras listadas no Anexo I do CONTRATO DE CESSÃO; b) dos CCVEs a ser(em) celebrado(s) entre BENEFICIÁRIAS e a ALUPAR, no mínimo, 3,2 MW médios; c) outros CCVEE no ACL ou ACR ; d) outros direitos e/ou receitas, inclusive relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste; e e) direitos sobre as CONTAS CENTRALIZADORAS, CONTAS RESERVAS DE O&M, CONTAS RESERVAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA BNDES e CONTAS RESERVAS ESPECIAIS SPEs, inclusive os créditos que venham a ser nelas depositados; II. pela WINDEPAR: a) os direitos sobre a CONTA RESERVA ESPECIAL HOLDING, inclusive os créditos que nelas venham a ser depositados; b) os direitos creditórios decorrentes dos contratos de mútuo celebrados e a serem celebrados com as BENEFICIÁRIAS; e c) quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes do PROJETO, inclusive relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste.	14.700	10/12/19	15/10/32	14.683
		EDV II				10.100	10/12/19	15/10/32	8.381
		EDV III				10.400	10/12/19	15/10/32	10.381
		EDV IV				11.900	10/12/19	15/10/32	11.492
		EDV X				12.900	10/12/19	15/10/32	12.877
04/12/18	Assembleia Geral Extraordinária	EDTE	Alupar, TAESA e ENTE	2° Emissão de Debêntures (incentivada)	Fiadora	315.000	04/12/18	15/12/28	393.141
10/12/19	Assembleia Geral Extraordinária	ESTE	Alupar, TAESA, EATE e AF Energia	1° Emissão de Debêntures (incentivada)	Fiança, Penhor de ações e cessão fiduciária	415.000	10/12/19	15/12/44	543.194
16/11/20	Assembleia Geral	Alupar Peru	Alupar	Contrato de empréstimo Banco Itaú	Aval Corporativo em favor do Banco Itaú	USD 18.000	27/11/20	27/11/23	95.111
-	-	Alupar Peru	Alupar	Contrato de empréstimo Banco Santander	Aval Corporativo em favor do Banco Santander	USD 35.000	02/12/21	06/12/24	183.769
-	-	Alupar Colombia	Alupar	Contrato de empréstimo Santander Luxemburgo	Contato de empréstimo Banco Santander. Aportes Alupar Colombia e TCE	USD $11.000	17/11/20	17/11/23	57.276
-	-	Alupar Colombia	Alupar	Contrato de empréstimo Santander Luxemburgo	Contato de empréstimo Banco Santander. Aportes Alupar Colombia e TCE	USD $7.000	20/01/21	17/11/23	37.481
-	-	Alupar Colombia	Alupar	Contrato de empréstimo BTG	Garantir as obrigações do Garantido nos Contratos de Crédito concedidos pelo Banco BTG	COP $19.215.000	20/07/22	22/10/23	20.745

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

Alupar

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida / Contratante	Empresa Garantidora / Contratada	Contrato nº/Objeto	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/22
-	-	Alupar Colombia	Alupar	Contrato de financiamento MUFG Bank	O FIADOR constitui-se fiador e principal pagador, solidariamente responsável com a AFIANÇADA por todas as obrigações contraídas pela AFIANÇADA perante o BENEFICIÁRIO decorrentes da Operação Financeira, caso Standby Letter of Credit seja executada por MUFG Union Bank, N.A. o seu cessionário (as "Obrigações Garantidas"), respondendo pelo valor máximo de principal de USD$ 25.000.000.00 (vinte e cinco milhões de dólares americanos), além de todos os encargos, contratuais, fiscais ou de outra natureza sobre eles incidentes, inclusive despesas e penalidades.	USD $25.000	18/07/22	10/07/27	474.114
-	-	TCE	Alupar	Contrato de financiamento MUFG Bank	O Fiador qualificado no preâmbulo da presente Carta de Fiança constitui-se fiador e principal pagador, e solidariamente responsável com a Afiançada por todas as obrigações, principais e acessórias, contraídas pela Afiançada perante os Secured Creditors no Contrato de Crédito (nesta fiança representados pelo Beneficiário, que atua em nome dos Secured Creditors) sob o Contrato de Crédito (as "Obrigações Garantidas"), respondendo pelo valor máximo de principal de US$107.530.000 (cento e sete milhões e quinhentos e trinta mil dólares), acrescida dos juros remuneratórios e demais encargos previstos no Contrato de Crédito.	US$107,530	18/07/22	10/07/27	474.114
-	-	Pitombeira	Alupar	Debênture 1º emissão	Fiança	200.000	22/09/22	22/09/24	207.045
-	-	EAP I	Alupar	Empréstimo Banco CITIBANK	Descrição do Fato da Natureza Capitais Estrangeiros - Empréstimos e financiamentos - Empréstimos diretos - longo prazo n º contrato 000308801352	(USD) 20.293	21/06/22	21/12/23	106.053
-	-	EAP II	Alupar	Empréstimo Banco CITIBANK	Descrição do Fato da Natureza Capitais Estrangeiros - Empréstimos e financiamentos - Empréstimos diretos - longo prazo n º contrato 000308801547	(USD) 27.707	21/06/22	21/12/22	144.798
-	-	Foz do Rio Claro	Alupar	1ª Emissão de Debentures	Fiança Irrestrita	600.000	08/10/21	15/09/28	625.252
-	-	Risaralda	Alupar	Carta Fiança	Fiadora no Contrato de Empréstimo junto ao Banco Itaú	COP 120.000.000	30/05/18	30/05/25	96.948

b.2) As transações de garantias entre as empresas do grupo referentes a contratos de fornecimento, supervisão de montagem, supervisão de comissionamento, fiança e locação de imóvel não residencial estão relacionadas abaixo:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida / Contratante	Empresa Garantidora / Contratada	Contrato nº/Objeto	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/22
-	-	TCE	Alupar	Fiança	Garantir a garantia bancária prestada em favor de XM Companhía de Expertos en Mercados S.A. E.S.P.	COP $ 53.259.299	30/11/16	29/08/24	COP $ 53.259.299
-	-	Risaralda	Alupar	Carta Fiança	Fiadora caso a Garantia Bancária seja executada (Contrato de Suministro de Energía con EMCALI)	COP $18.362.857	01/03/16	28/02/23	COP $18.362.857
-	-	TCE	Alupar	Nueva Esperanza 500 KV La Virginia 500KV em Colombia	Carta de Fiança para receber o suporte da Alupar Investimento das obrigações legais e comerciais, no caso de assinatura de contrato, caso a empresa seja adjudicada. ABB LTDA e TCE	Componente em Dólares: USD $90.864 / Componente Local: COP $ 9.884.430	18/12/17	03/05/23	Componente em Dólares: USD $90.864 / Componente Local: COP $ 9.884.430
-	-	Ferreira Gomes	Alupar	Carta Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 100422060169600 - ONS	3.895	16/06/20	23/06/23	3.895
-	-	Foz	Alupar	Fiança	Garantir o Pagamento do valor executado nos autos do processo nº 0119265.58.8.09.0173, em curso perante o Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de São Simão	1.864	15/03/19	15/03/23	1.864
-	-	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100419110099700	1.299	22/11/22	23/11/23	1.299
-	-	EAP I	Alupar	Carta Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 100422050008500 - ONS	220	25/05/22	25/05/23	220
-	-	EAP II	Alupar	Carta Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 100422050008600- ONS	334	16/06/20	25/05/23	334
-	-	UFV	Alupar	Carta Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 100422090202100 - ONS	466	16/06/20	30/10/23	466
-	-	Queluz	AF Energia	Serviços de Operação remota Localmente assistida e parcialmente Desassistida e Manutenção da Usina.	-	Mobilização: R$ 19.000,00 - Operação Local e Manutenção: R$ 106.500,00 - Operação Remota e Manutenção: R$ 64.000,00	01/03/13	indeterminado	-
-	-	Lavrinhas					04/09/13	indeterminado	-
-	-	Foz	AF Energia	Serviços de Operação remota e Manutenção da Usina.	-	Operação Remota e Manutenção R$ 170.000,00	01/03/13	indeterminado	-
-	-	Ijuí					01/03/13	indeterminado	-
-	-	Ferreira Gomes	AF Energia	Serviços de Operação remota e Localmente Assistida e Manutenção da Usina	-	Mobilização: R$ 50.000,00 - Operação Local e Manutenção: R$ 420.000,00- Operação Remota e Manutenção: A acordar entre as Partes via Aditivo de contrato.	24/02/14	indeterminado	-
-	-	Foz	ACE	Contrato de Assessoramento	-	R$ 2.750,00 mensal	01/06/14	indeterminado	-
-	-	Ijuí					01/06/14	indeterminado	-
-	-	Lavrinhas				gratuito	01/06/14	indeterminado	-
-	-	Queluz					01/06/14	indeterminado	-
-	-	EATE	ECTE, ETEP, ERTE, ENTE, STC, LUMITRANS, EBTE, ESDE e ETSE	Sublocação de Imóvel	-	R$ 36.954,00/mês	02/01/14	02/01/24	-

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida / Contratante	Empresa Garantidora / Contratada	Contrato nº/Objeto	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/22
-	-	EATE	ENTE	CCI – SE Açailândia	-	R$ 8.284,86/mês	26/01/05	12/06/31	-
-	-	EBTE	BRASNORTE	CCI	-	R$ 15.000,00/mês	30/11/10	Extinção da Concessão de uma das partes.	-
-	-	EBTE	BRASNORTE	CCIE	-	-	08/02/11	Extinção da Concessão de uma das partes.	-
-	-	EBTE	BRASNORTE	Acordo de Cooperação Técnica	-	-	10/09/12	Extinção da Concessão de uma das partes.	-
-	-	ESDE	CEMIG D	CCT	-	R$ 673.334,03/ Ano	25/09/12	Extinção da Concessão de uma das partes.	-
-	-	ESDE	CEMIG GT	CCI	-	R$ 3.000,00/mês + R$ 9.000,00/mês de O&M enquanto não for celebrado o Termo de Transferência dos Ativos	28/12/12	Extinção da Concessão de uma das partes.	-
-	-	ETAU	STC	CCI	-	R$ 2.920,00/mês	16/11/06	Extinção da Concessão de uma das partes.	-
-	-	Transnorte	Manaus Trasnmissora	CCI	-	R$ 246.617,93 por 6 meses + R$ 9.069,00/mês.	11/11/13	Extinção da Concessão de uma das partes.	-
-	-	EDV I (Comodante)	Alupar (Comodatária)	Contrato de Comodato nº EVIV_JU_COM_0489-15 envolvendo área do imóvel denominado Sítio Picada para instalação de Unidade Fotovoltaica	-	-	01/06/15	01/06/45	-
-	-	ETSE	CELSC	CCT	-	R$ 754.335,14/ ano	Conexão à SE Gaspar 2 com 4 pontos de linha	Extinção da Concessão de uma das partes.	-
-	-	Lumitrans	EBTE	Contrato de Comodato	-	-	29/03/16	Devolução do Equipamento	-
-	-	STC	ETSE	CCI	-	-	15/05/14	Extinção da Concessão de uma das partes.	-
-	-	STC	EATE	Contrato de Comodato	-	-	29/03/16	Devolução do Equipamento	-
-	-	STN	CHESF	COM Nº 001/2009 Contrato de Operação de Linha e Equipamentos de Subestação, Manutenção e Serviços de Telecomunicações	-	R$ 2.969.079,12/Ano a preços de Junho/2014	01/02/10	Contrato dispõe que a prorrogação da vigência em seu término	-
-	-	STN	CHESF	CCI Nº 002/2005 Contrato de Compartilhamento de Instalações	-	R$ 9.500,00/Mês a preços de dezembro/2005	13/12/05	Extinção da Concessão de uma das partes.	-
-	-	EDTE	TPE, IE Paraguaçu e Tropicália	Termo de Transferência não Onerosa - Ramal de Distribuição	-	34.782	02/10/20	Indeterminado	-

c) Remuneração da alta administração

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de abril de 2022, foi aprovada pelos acionistas da Companhia a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício social de 2022 no montante de até R$13.910 líquido de encargos socias – INSS, ônus da Companhia conforme Ofício Circular SEP 01/2021 da CVM, sendo R$1.644 referentes à remuneração dos membros do Conselho de Administração e R$12.166 referentes à remuneração da Diretoria, ainda foi aprovada a remuneração dos membros do Conselho Fiscal no montante mínimo previsto em lei de 10% (dez por cento) da remuneração média de cada diretor.

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração da diretoria (i)	9.701	10.948	23.267	22.614
Remuneração do conselho	1.496	946	2.775	1.906
Encargos sociais do conselho e diretoria	2.874	3.174	6.191	6.934
Total	**14.071**	**15.068**	**32.233**	**31.454**

i) Compostos por ordenados, salários, participação nos lucros, benefícios não monetários (tais como assistência médica e odontológica), benefícios de aposentadoria, seguro de vida e e gratificações.

31. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

31.1. Valor Justo e Hierarquia do valor justo

Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como, utilizaram a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros e pela técnica de avaliação:

- Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	Consolidado					
	31/12/2022		31/12/2021		Classificação	Nível
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativos financeiros						
Caixa e bancos	180.528	180.528	35.208	35.208	Custo amortizado	-
Equivalentes de caixa	669.953	669.953	341.911	341.911	VJR	2
Investimentos de curto prazo	1.836.607	1.836.607	1.553.503	1.553.503	VJR	2
Títulos e valores mobiliários	138.094	138.094	121.666	121.666	VJR	2
Contas a receber de clientes	501.201	501.201	416.231	416.231	Custo amortizado	-
Instrumentos financeiros derivativos	7.088	7.088	-	-	VJORA	2
	3.333.471	**3.333.471**	**2.468.519**	**2.468.519**		
Passivos financeiros						
Fornecedores	239.119	239.119	198.387	198.387	Custo amortizado	-
Empréstimos e financiamentos	2.519.618	2.519.618	2.387.593	2.387.593	Custo amortizado	-
Debêntures	9.116.488	9.112.076	7.660.163	7.655.751	Custo amortizado	-
Passivo de arrendamento	44.794	44.794	48.413	48.413	Custo amortizado	-
Passivo contratual com clientes	116.330	116.330	-	-	Custo amortizado	-
Instrumentos financeiros derivativos	8.860	8.860	-	-	VJORA	2
	12.045.209	**12.040.797**	**10.294.556**	**10.290.144**		

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível 2 e nível 3.

As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.
- Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):

i) BNDES/BNB/FINAME/FINEM: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia e suas controladas utilizaram o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

- Debêntures: o valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil.

  Para as debêntures das controladas que não estão precificadas no mercado ativo, a Companhia, com base em suas debêntures e de suas controladas com características similares, realizou o cálculo do valor justo e não identificou diferenças relevantes. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

31.2. Gerenciamento de risco

O gerenciamento de risco da Companhia busca identificar e analisar os riscos aos quais está exposta afim de definir limites e controles de riscos apropriados, bem como monitorar os riscos e sua aderência aos limites. O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu os Comitês de Finanças, de Auditoria e de Partes Relacionadas.
A Companhia busca proteção para os riscos: (a) de crédito; (b) de liquidez; e (c) de mercado.

(a) Risco de crédito

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia e suas controladas realizarem seus direitos provenientes de contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(i) Contas a receber de clientes

Possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes. Na Companhia a comercialização de energia é realizada através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações. Nas controladas de transmissão os contratos são mantidos com a ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Nas controladas de geração de energia elétrica existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de contratos de constituição de garantias.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa, Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é mitigado pela Administração na escolha de seus investimentos tanto em títulos do Tesouro Brasileiro quanto em Instituições Financeiras de primeira linha (Banco do Brasil S.A., Banco Santander S.A., Banco Itaú S.A., Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil S.A.) e com estabelecimento de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

(b) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas possuem um nível significativo de endividamento em razão da necessidade de grande volume de recursos financeiros para a realização de investimentos. Em 31 de dezembro de 2022, o endividamento total consolidado (Soma de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante) era de R$11.636.106, sendo que 9,89% desse valor (ou R$1.151.029) correspondia a endividamento de curto prazo. Desta forma, variações adversas significativas nas taxas de juros na economia brasileira impactariam a Companhia e suas controladas, causando um aumento das despesas futuras das mesmas, o que poderá reduzir o lucro líquido e, consequentemente, a capacidade para honrar as obrigações contratuais e os valores disponíveis para distribuição aos acionistas na forma de dividendos e outros proventos. Além disso, a Companhia e suas controladas podem incorrer em endividamento adicional no futuro para financiar aquisições, investimentos ou para outros fins, bem como para a condução de nossas operações, sujeito às restrições aplicáveis à dívida existente.

Caso a Companhia e suas controladas incorram em endividamento adicional, os riscos associados com a sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida ou para fazer distribuições aos acionistas. Atualmente o grau de alavancagem financeira da Controladora é de 1,01 (0,97 em 2021) e do Consolidado é de 1,51 (1,32 em 2021).

Além disso, caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, o que pode impactar de forma relevante a capacidade da Companhia e suas controladas de honrar suas obrigações. As cláusulas restritivas ("covenants") estão descritos nas notas explicativas nº 19 e nº 20.

Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar o saldo devedor dos contratos de financiamento. Caso não seja possível realizar a manutenção dos níveis de endividamento da Companhia e suas controladas e/ou incorrer em dívidas adicionais, a Companhia e suas controladas poderão ter seus negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como os fluxos de caixa adversamente afetados.

Outro ponto importante é que 94,27% da dívida consolidada refere-se ao endividamento das controladas da Companhia (93,44% em 31 de dezembro de 2021), sendo em sua grande maioria na modalidade de *project finance*, captados juntos ao BNDES, emissão de debentures de infra e outras instituições de fomento. Cerca de 12,97% da dívida total consolidada refere-se às empresas pré-operacionais (8,43% em 31 de dezembro de 2021).
Os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros na data da demonstração contábeis estão apresentados nas notas explicativas nº 19 e nº 20.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuí uma posição de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante que totalizam o montante de R$2.825.182 no Consolidado, bem como uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos. A gestão de riscos da Companhia e suas controladas tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos negócios. Logo o caixa e as aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às necessidades da Companhia e suas controladas. Busca-se as melhores rentabilidades, levando-se em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e as taxas contratadas são acompanhadas regularmente comparando-as com as vigentes no mercado.

A estrutura de capital decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações. Para a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura de capital consolidada da Companhia é de 37,1% de recursos próprios em contrapartida a 62,9% de capital de terceiros (38,9% de recursos próprios e 61,1% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.519.618	2.387.593
Debêntures	666.826	659.536	9.116.488	7.660.163
Dívida bruta	666.826	659.536	11.636.106	10.047.756
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(343.170)	(65.529)	(850.481)	(377.119)
(-) Investimentos de curto prazo	(633.531)	(455.336)	(1.836.607)	(1.553.503)
(-) Títulos e valores mobiliários	-	-	(138.094)	(121.666)
Dívida líquida	(309.875)	138.671	8.810.924	7.995.468
Patrimônio líquido	6.958.063	6.551.237	10.371.619	10.001.723
Índice de endividamento líquido	**(0,04)**	**0,02**	**0,85**	**0,80**

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem uma relação dívida sobre patrimônio líquido de 112,2% em 31 de dezembro de 2022 (100,5% em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

Alupar

(c) Riscos de mercado

(i) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações com empréstimos, financiamentos, debêntures, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, sujeitos a taxas de juros variáveis.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e das dívidas as quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base em relatórios de mercado, foi extraída a projeção dos indexadores e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2022, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2022	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			10,63%	**5,32%**	**7,97%**	**13,29%**	**15,95%**
Equivalentes de caixa	CDI	669.953	71.216	35.608	53.412	89.020	106.824
Investimentos de curto prazo	CDI	1.836.607	195.231	97.616	146.423	244.039	292.847
Títulos e valores mobiliários	CDI	138.094	14.679	7.340	11.010	18.349	22.019
Total		**2.644.654**	**281.126**	**140.564**	**210.845**	**351.408**	**421.690**

Empréstimos, financiamentos e debêntures - Consolidado	Indexador	Taxa de juros média a.a.	Posição em 31/12/2022 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Empréstimos e financiamentos				**7,37%**	**3,69%**	**5,53%**	**9,21%**	**11,06%**
	TJLP +	2,35%	546.451	54.079	33.472	43.773	64.386	74.691
				4,48%	**2,24%**	**3,36%**	**5,60%**	**6,72%**
	IPCA +	1,68%	57.814	3.605	2.288	2.946	4.263	4.922
				10,63%	**5,32%**	**7,97%**	**13,29%**	**15,95%**
	CDI +	1,36%	275.244	33.388	18.560	25.974	40.802	48.215
				9,35%	**4,68%**	**7,01%**	**11,69%**	**14,03%**
	IBR +	4,14%	118.720	16.475	10.695	13.585	19.365	22.255
				5,00%	**2,50%**	**3,75%**	**6,25%**	**7,50%**
	SOFR	2,93%	940.592	75.930	51.727	63.829	88.032	100.133
Debêntures				**10,63%**	**5,32%**	**7,97%**	**13,29%**	**15,95%**
	CDI +	4,09%	3.574.586	1.156.113	928.835	1.042.475	1.269.750	1.383.390
				4,48%	**2,24%**	**3,36%**	**5,60%**	**6,72%**
	IPCA +	5,43%	5.673.658	576.234	442.240	509.236	643.232	710.228
Total			**11.187.065**	**1.915.824**	**1.487.817**	**1.701.818**	**2.129.830**	**2.343.834**

(*) A posição da data-base refere-se ao principal das dívidas sem considerar os encargos e exceto também os contratos que são remunerados com taxa fixa.

(ii) Risco cambial

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de câmbio refere-se ao fato das controladas da Companhia possuírem transações com instituições financeiras, clientes e fornecedores em moeda diferente da sua respectiva moeda funcional, denomidadas moedas estrangeiras. A moeda funcional da Companhia é o Real brasileiro e de suas controladas é o Novo sol peruano, Peso colombiano, Peso chileno e o Real brasileiro. As controladas da Companhia possuem majoritariamente exposição à dólares americanos, relacionados a transações de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, contas a pagar com fornecedores e contas a receber de clientes. Se a moeda funcional se desvalorizar frente ao Dólar ameriacano, nossas despesas financeiras relacionadas aumentarão e nossos resultados operacionais e condição financeira poderão ser adversamente afetados.

Para mitigar a exposição de risco de moeda estrangeira, a partir do 2º trimestre de 2022, a Companhia e suas controladas contratatam instrumentos financeiros derivativos, vide nota explicativa nº 31.3. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram liquidados em novembro de 2022.

Apresentamos a seguir os saldos contábeis de ativos e passivos indexados à moeda estrangeira na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor em USD	Valor em R$	Valor em USD	Valor em R$
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	22.412	116.820	587	3.265
Contas a receber de clientes	-	-	7	36
Outros ativos	1.565	8.652	676	3.764
	23.977	125.472	1.270	7.065
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	205.171	1.516.900	188.468	1.040.560
Fornecedores	104.785	91.579	7.505	30.213
Outros passivos	2.508	13.085	-	-
	312.464	1.621.564	195.973	1.070.773
Exposição líquida no balanço	**(288.487)**	**(1.496.092)**	**(194.703)**	**(1.063.708)**

(iii) Risco Hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) provém, na sua maior parte, de usinas hidrelétricas. Como o ONS opera o SIN em sistema de despacho otimizado e centralizado, cada usina hidrelétrica, incluindo as concessionárias de geração de energia elétrica da Alupar, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

Portanto, com o objetivo de mitigar o risco hidrológico individual de cada bacia do SIN, criou-se o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE para compartilhar o risco hidrológico das diversas bacias do SIN. O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender a totalidade da garantia física deste conjunto, verifica-se uma situação de déficit, usualmente conhecida pelo acrônimo “Generation Scaling Factor (GSF)” ou Fator de Ajuste MRE, que pode resultar em exposições financeiras negativas para os geradores hidráulicos.

Entretanto, ressalta-se que a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica das controladas de geração da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas ao MRE.

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de energia nos reservatórios do SIN; (ii) permanência do atual cenário de despacho termoelétrico elevado; e (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em

uma exposição da Companhia e suas controladas ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros.

(iv) Risco de Descontratação:

Os recursos das hidrelétricas - controladas de geração da Companhia, estão sendo vendidos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), estando, aproximadamente, 15% dos recursos totais descontratados. Eventuais sobras ou faltas de quantidade de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

As controladas de transmissão da Companhia podem sofrer dificuldades operacionais e interrupções não previstas ocasionadas por eventos fora do seu controle. Estes eventos adversos podem ocorrer em forma de acidentes, quebra ou falha de equipamentos e/ou processos, desempenho abaixo dos níveis de disponibilidade esperados, ineficiência dos ativos de transmissão e catástrofes (explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares). A cobertura de seguro dessas controladas poderá não ser suficiente para cobrir todos os custos e perdas em razão dos danos causados a seus ativos e/ou interrupções de serviço, causando um efeito adverso relevante ao negócio. Toda a receita obtida com a implementação, operação e manutenção das instalações das controladas de transmissão estão relacionadas à disponibilidade dos serviços. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, à aplicação de penalidades é determinada pelo nível e/ou duração da indisponibilidade dos serviços. Caso as operações sejam interrompidas ou não seja cumprido os padrões de qualidade previstos nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, as controladas poderão ser obrigadas ao pagamento de perdas e danos. Portanto, eventuais interrupções na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica ocasionadas por eventos fora do controle das controladas de transmissão, poderá causar um efeito adverso significativo nos negócios, condição financeira e resultados operacionais das controladas.

A receita da Companhia e de suas controladas é atualizada por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

(v) Risco de regulação

As atividades das controladas da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e suas controladas.

31.3. Instrumentos financeiros derivativos e Contabilidade de hedge

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa em reais, a Companhia e suas controladas a partir do 2º trimestre de 2022, passaram a contratar instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial e juros. Os principais instrumentos utilizados são SWAP e Non-Deliverable Forward (NDF).

Instrumentos de proteção de dívida em Dólares - Instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de converter para real brasileiro as dívidas e empréstimos denominados em dólares americanos, por meio de SWAPs. Nesses instrumentos as controladas EAP I e EAP II trocam a posição de exposição cambial do dólar americano dos empréstimos tomados pela taxa de juros flutuante do CDI mais taxa de juros fixa. Ganhos ou perdas, bem como a marcação a mercado das operações são reconhecidos atualmente no “Ativo imobilizado”, pois atendem os critérios de capitalização, e serão reconhecidos no resultado na rubrica de “Resultado Financeiro” a medida que as controladas entrarem em operação.

Instrumentos de proteção de contratos de importação de equipamentos - instrumentos financeiros derivativos contratados ao longo do exercício de 2022 com o objetivo de fixar em real brasileiro o valor de dólares americanos na data de vencimento/liquidação do pagamento dos contratos de importação de equipamentos, reduzindo então a exposição cambial à dólares da Companhia e sua controlada Pitombeira. A proteção é realizada por meio de operações com NDFs. Ganhos ou perdas, bem como a marcação a mercado das operações são reconhecidos no resultado do período na rubrica de “Resultado Financeiro”.

A controlada indireta TCE, localizada na Colombia, possui sua receita definida em dólares americanos cuja conversão para peso colombiano ocorre no momento do faturamento e possui financiamento em dólares americanos cujos as liberações dos créditos são indexados a taxa flutuante de SOFR de 6 meses. Com o objetivo de proteção econômica e financeira em pesos colombianos, a TCE contrata instrumentos financeiros derivativos e o designa como hedge de fluxo de caixa.

Instrumentos de proteção para receita - a TCE contrata instrumentos financeiros derivativos, sendo a venda a termo de dólares americanos por meio de NDFs para mitigar a exposição cambial originada do faturamento em dólares americanos.

Instrumentos de proteção de dívida em dólares - a TCE contrata instrumentos financeiros derivativos, sendo eles, o SWAP para converter a taxa flutuante (SOFR de 6 meses) do financiamento em taxa fixa e a venda a termo de dólares americanos por meio de NDFs para mitigar a exposição cambial originada dos desembolsos do crédito do financiamento em dólares americanos.

Ganhos ou perdas relacionados ao SWAP para proteção da dívida são reconhecidos atualmente no "Ativo imobilizado", pois atendem os critérios de capitalização, e serão reconhecidos no resultado na rubrica de "Resultado Financeiro" quando a TCE entrar em operação, e os ganhos e perdas relacionados a proteção da receita são reconhecidos atualmente em Passivo contratual com clientes e serão reconhecidos no resultado quando a controlada atender os critérios para reconhecimento de receita. Os ganhos ou perdas das NDFs relacionadas a dívida em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado na rubrica de "Resultado Financeiro".

Todas as operações de derivativos da Companhia e suas controladas estão detalhadas no quadro a seguir:

Instrumentos derivativos não designados em hedge accounting	Empresa	Nocional USD	Nocional R$	Periodicidade da liquidação	Ano de Vencimento	Posição liquída		Efeito no resultado ou balanço no exercício findo de 31/12/2022	
						31/12/2022	31/12/2021	Valor justo	Ganho (perda) realizada
Contratos cambiais futuros (NDF) - USD (*)	Alupar	19.100	101.394	No vencimento	2022	-	-	-	5.385
Contratos cambiais futuros (NDF) - USD	TCE	18.558	94.646	No vencimento	2022~2023	7.088	-	(8.826)	(11.860)
Swaps taxa flutuante SOFR 6M vs. taxa fixa	TCE	61.947	314.529	Semestral	2023~2036	(8.860)	-	6.544	538
Swaps taxa flutuante em CDI vs. taxa fixa em USD	EAP I	20.393	104.308	Único no final	2023	1.345	-	1.345	(5.392)
Swaps taxa flutuante em CDI vs. taxa fixa em USD	EAP II	27.707	142.412	Único no final	2023	1.837	-	1.837	(7.361)
						1.410	**-**	**900**	**(18.690)**
Ativo não circulante						7.088	-		
Passivo circulante						3.182	-		
Passivo não circulante						(8.860)	-		

(*) As operações de NDFs da Companhia foram encerradas no mês de novembro de 2022.

32. Informações por segmento

Os principais segmentos operacionais da Alupar consistem nas atividades de transmissão e geração de energia. Existem também os segmentos: (a) Holding que compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis; e (b) "Outros" que compreende atividade de comercialização e serviços de O&M que por não serem relevantes não estão sendo reportados separadamente.

Os indicadores chaves utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia são o lucro líquido e LAJIDA. Ao LAJIDA não é feito nenhum ajuste.

Estão apresentadas a seguir as informações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia:

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

Alupar

	Exercício findo em 31/12/2022				Subtotal	Eliminações - Controle compartilhado	Eliminações - Intercompanhia	Total consolidado
	Transmissão	Geração	Holding (a)	Outros (b)				
Receita operacional bruta	**3.620.904**	**714.700**	**114.376**	**85.051**	**4.535.031**	**(66.257)**	**(218.769)**	**4.250.005**
Receita de operação e manutenção	568.446	-	-	-	568.446	(1.826)	-	566.620
Receita de infraestrutura	292.788	-	-	-	292.788	(42.307)	-	250.481
Remuneração do ativo da concessão	2.759.670	-	-	-	2.759.670	(22.124)	-	2.737.546
Suprimento de energia	-	714.700	-	74.525	789.225	-	(93.867)	695.358
Prestação de serviços	-	-	114.376	-	114.376	-	(114.376)	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	-	10.526	10.526	-	(10.526)	-
Deduções da receita operacional bruta	**(351.206)**	**(53.249)**	**-**	**(20.344)**	**(424.799)**	**8.502**	**-**	**(416.297)**
Receita operacional líquida	**3.269.698**	**661.451**	**114.376**	**64.707**	**4.110.232**	**(57.755)**	**(218.769)**	**3.833.708**
Custo do serviço								
Custo com energia elétrica								
Energia comprada para revenda	-	(48.684)	-	(87.664)	(136.348)	-	93.867	(42.481)
Encargos do uso da rede elétrica	-	(40.543)	-	-	(40.543)	-	-	(40.543)
CFURH	-	(9.577)	-	-	(9.577)	-	-	(9.577)
Custo de operação								
Custo dos serviços prestados	(158.000)	(103.184)	-	(7.385)	(268.569)	2.873	10.526	(255.170)
Custo de infraestrutura	(249.369)	-	-	-	(249.369)	46.227	-	(203.142)
Depreciação / Amortização	(4.656)	(136.988)	-	(172)	(141.816)	76	-	(141.740)
	(412.025)	**(338.976)**	**-**	**(95.221)**	**(846.222)**	**49.176**	**104.393**	**(692.653)**
Lucro bruto	**2.857.673**	**322.475**	**114.376**	**(30.514)**	**3.264.010**	**(8.579)**	**(114.376)**	**3.141.055**
Despesas e receitas operacionais								
Administrativas e gerais	(71.383)	(36.798)	(46.745)	-	(154.926)	964	-	(153.962)
Equivalência patrimonial	-	-	930.587	-	930.587	-	(924.621)	5.966
Outras receitas	61.868	21.707	(576)	-	82.999	(7.541)	-	75.458
Outras despesas	(201.718)	(138)	(706)	-	(202.562)	-	-	(202.562)
	(211.233)	**(15.229)**	**882.560**	**-**	**656.098**	**(6.577)**	**(924.621)**	**(275.100)**
LAJIR	**2.646.440**	**307.246**	**996.936**	**(30.514)**	**3.920.108**	**(15.156)**	**(1.038.997)**	**2.865.955**
Depreciação / Amortização	7.203	137.988	4.295	172	149.658	(76)	-	149.582
LAJIDA	2.653.643	445.234	1.001.231	(30.342)	4.069.766	(15.232)	(1.038.997)	3.015.537
Despesas e receitas financeiras								
Despesas financeiras	(895.134)	(253.765)	(129.470)	(353)	(1.278.722)	73	58.623	(1.220.026)
Encargos de dívidas	(818.452)	(247.766)	(114.282)	(334)	(1.180.834)	4	-	(1.180.830)
Variações cambiais	(14.245)	14.156	(7.452)	-	(7.541)	-	-	(7.541)
Outras	(62.437)	(20.155)	(7.736)	(19)	(90.347)	69	58.623	(31.655)
Receitas financeiras	77.935	76.941	101.313	1.763	257.952	(1.681)	(2.371)	253.900
Receitas de aplicações financeiras	71.409	71.469	82.870	1.444	227.192	(1.667)	-	225.525
Outras	6.526	5.472	18.443	319	30.760	(14)	(2.371)	28.375
	(817.199)	**(176.824)**	**(28.157)**	**1.410**	**(1.020.770)**	**(1.608)**	**56.252**	**(966.126)**
LAIR	**1.829.241**	**130.422**	**968.779**	**(29.104)**	**2.899.338**	**(16.764)**	**(982.745)**	**1.899.829**
IR e CSLL correntes	(90.413)	(40.603)	(8.942)	(925)	(140.883)	379	-	(140.504)
IR e CSLL diferidos	(128.726)	1.353	6.373	1.099	(119.901)	4.687	19.762	(95.452)
	(219.139)	**(39.250)**	**(2.569)**	**174**	**(260.784)**	**5.066**	**19.762**	**(235.956)**
Lucro líquido Consolidado	**1.610.102**	**91.172**	**966.210**	**(28.930)**	**2.638.554**	**(11.698)**	**(962.983)**	**1.663.873**
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(745.407)	(745.407)
Lucro líquido acionistas controladores	**1.610.102**	**91.172**	**966.210**	**(28.930)**	**2.638.554**	**(11.698)**	**(1.708.390)**	**918.466**
Tota do Ativo	9.343.083	22.706.168	6.089.947	21.135	38.160.333	(362.737)	(9.863.837)	27.933.759
Investimentos avaliados pelo MEP	9.490	573.046	4.806.508	481	5.389.525	30	(58.123)	5.331.432
Total do Passivo e Patrimônio Liquído	9.343.083	22.706.168	6.089.947	21.135	38.160.333	(362.737)	(9.863.837)	27.933.759

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

Alupar

	Exercício findo em 31/12/2021				Subtotal	Eliminações - Controle compartilhado	Eliminações - Intercompanhia	Total consolidado
	Transmissão	Geração	Holding (a)	Outros (b)				
Receita operacional bruta	**5.031.104**	**825.631**	**-**	**147.535**	**6.004.270**	**(25.541)**	**(175.530)**	**5.803.199**
Receita de operação e manutenção	433.296	-	-	-	433.296	(1.657)	-	431.639
Receita de infraestrutura	1.033.400	-	-	-	1.033.400	(477)	-	1.032.923
Remuneração do ativo da concessão	3.564.408	-	-	-	3.564.408	(23.407)	-	3.541.001
Suprimento de energia	-	825.631	-	136.929	962.560	-	(164.924)	797.636
Serviços de operação e manutenção	-	-	-	10.606	10.606	-	(10.606)	-
Deduções da receita operacional bruta	**(506.328)**	**(51.908)**	**-**	**(14.079)**	**(572.315)**	**3.324**	**-**	**(568.991)**
Receita operacional líquida	**4.524.776**	**773.723**	**-**	**133.456**	**5.431.955**	**(22.217)**	**(175.530)**	**5.234.208**
Custo do serviço								
Custo com energia elétrica								
Energia comprada para revenda	-	(178.685)	-	(132.404)	(311.089)	-	164.924	(146.165)
Encargos do uso da rede elétrica	-	(34.599)	-	-	(34.599)	-	-	(34.599)
CFURH	-	(9.139)	-	-	(9.139)	-	-	(9.139)
Custo de operação								
Custo dos serviços prestados	(135.521)	(13.256)	-	(6.390)	(155.167)	2.674	10.606	(141.887)
Custo de infraestrutura	(938.201)	-	-	-	(938.201)	4.861	-	(933.340)
Depreciação / Amortização	(4.952)	(129.457)	-	(134)	(134.543)	47	-	(134.496)
	(1.078.674)	**(365.136)**	**-**	**(138.928)**	**(1.582.738)**	**7.582**	**175.530**	**(1.399.626)**
Lucro bruto	**3.446.102**	**408.587**	**-**	**(5.472)**	**3.849.217**	**(14.635)**	**-**	**3.834.582**
Despesas e receitas operacionais								
Administrativas e gerais	(64.604)	(32.253)	(37.932)	-	(134.789)	895	-	(133.894)
Equivalência patrimonial	-	-	1.182.987	-	1.182.987	-	(1.177.732)	5.255
Outras receitas	77.404	3.381	5.119	-	85.904	-	-	85.904
Outras despesas	(11.339)	-	(496)	-	(11.835)	-	-	(11.835)
	1.461	**(28.872)**	**1.149.678**	**-**	**1.122.267**	**895**	**(1.177.732)**	**(54.570)**
LAJIR	**3.447.563**	**379.715**	**1.149.678**	**(5.472)**	**4.971.484**	**(13.740)**	**(1.177.732)**	**3.780.012**
Depreciação / Amortização	7.274	130.582	1.620	134	139.610	(47)	-	139.563
LAJIDA	3.454.837	510.297	1.151.298	(5.338)	5.111.094	(13.787)	(1.177.732)	3.919.575
Despesas e receitas financeiras								
Despesas financeiras	(717.797)	(236.181)	(117.645)	(410)	(1.072.033)	19	48.646	(1.023.368)
Encargos de dívidas	(647.410)	(160.989)	(75.986)	(405)	(884.790)	3	63	(884.724)
Variações cambiais	2.271	(57.835)	(40.667)	-	(96.231)	-	-	(96.231)
Outras	(72.658)	(17.357)	(992)	(5)	(91.012)	16	48.583	(42.413)
Receitas financeiras	31.363	41.434	83.110	784	156.691	(222)	(48.646)	107.823
Receitas de aplicações financeiras	18.587	22.699	29.490	391	71.167	(211)	-	70.956
Outras	12.776	18.735	53.620	393	85.524	(11)	(48.646)	36.867
	(686.434)	**(194.747)**	**(34.535)**	**374**	**(915.342)**	**(203)**	**-**	**(915.545)**
LAIR	**2.761.129**	**184.968**	**1.115.143**	**(5.098)**	**4.056.142**	**(13.943)**	**(1.177.732)**	**2.864.467**
IR e CSLL correntes	(81.323)	(27.918)	(544)	(966)	(110.751)	-	-	(110.751)
IR e CSLL diferidos	(609.672)	(28.381)	3.513	-	(634.540)	3.640	-	(630.900)
	(690.995)	**(56.299)**	**2.969**	**(966)**	**(745.291)**	**3.640**	**-**	**(741.651)**
Lucro líquido Consolidado	**2.070.134**	**128.669**	**1.118.112**	**(6.064)**	**3.310.851**	**(10.303)**	**(1.177.732)**	**2.122.816**
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(1.007.415)	(1.007.415)
Lucro líquido acionistas controladores	**2.070.134**	**128.669**	**1.118.112**	**(6.064)**	**3.310.851**	**(10.303)**	**(2.185.147)**	**1.115.401**
Tota do Ativo	8.925.266	20.794.412	5.670.480	20.887	35.411.045	(334.446)	(9.356.667)	25.719.932
Investimentos avaliados pelo MEP	7.558.740	1.268.078	-	-	8.826.818	-	(8.683.629)	143.189
Total do Passivo	8.925.266	20.794.412	5.670.480	20.887	35.411.045	(334.446)	(9.356.667)	25.719.932

33. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: assistência médica, vale transporte, auxílio alimentação, auxílio educação, plano de previdência privada que por sua vez propõe planos de complementação de aposentadoria, onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização, no cálculo atuarial das reservas.

A tabela abaixo demonstra os valores dos benefícios concedidos aos empregados da Companhia e suas controladas.

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração direta	132.309	120.754
Auxílio alimentação	10.133	8.577
Assistência médica e seguro de vida	14.307	12.443
Vale transporte	162	141
Auxílio educação	555	864
Previdência privada (a)	3.020	2.077
Outros benefícios à empregados	8.649	7.800
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	10.054	8.649
Previdência social (INSS)	27.864	27.815
Total	**207.053**	**189.120**

(a) A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios suplementares de aposentadoria para seus empregados, implementado num plano de contribuição definida. Um banco privado é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia e suas controladas. O custeio do plano para as parcelas de contribuição definida é paritário entre a Companhia e suas controladas e os empregados. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (no valor de 1% sobre a parcela do salário de participação limitado até 8%, variando de acordo com a faixa etária do empregado) e com contrapartida, a Companhia e suas controladas farão a contribuição no valor de 100% da contribuição efetuada pelo participante.

34. Seguros

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2022 estão assim distribuídos:

	Consolidado	
	31/12/2022	
	Importância segurada	Prêmio total
Compreensivo Empresarial	627.272	752
Responsabilidade Civil	4.440.765	2.359
Risco de Engenharia	885.809	1.649
Fraude Corporativa e D.O.	5.000	75
Riscos Nomeados e Operacionais	5.758.215	7.809
Veículos	Valores de tabela	135
Seguro de Riscos Equipamentos	2.620	30
Fiel Cumprimento	158.272	1.934
Seguro Garantia Judicial	8.407	145
Seguro Garantia Performance	26.691	318

35. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2022, as controladas em fase pré-operacional mantêm contratos de prestação de serviços, gastos ambientais e fornecimento de materiais para a construção dos respectivos empreendimentos, conforme detalhado a seguir:

Controlada:	Valor
ELTE	140.929
UFV Pitombeira	59.998
EAP I	22.523
EAP II	28.728
Total Consolidado	**252.178**

36. Eventos subsequentes

- **Constituição da Transmissora de Energia Central Paulistana S.A. – TECP**
  Em 05 de janeiro de 2023, a Alupar Investimento S.A. e a Mercury Investiments Participações S.A., constituiram a Transmissora de Energia Central Paulistana S.A. – TECP, com o objeto de explorar serviços de transmissão de energia elétrica decorrentes do LOTE 6 (vide nota explicativa nº 1.2 (h)) do Leilão ANEEL 02/2022, nos moldes definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Alupar é a acionista controladora com participação societária de 99,94%, ficando a Mercury com a participação de 0,06% sobre o capital social da TECP.

- **EAPs I e II recebem as Licenças de Operação**
  Em 12 e 27 de janeiro de 2023, as geradoras EAPs I e II, respectivamente, pertencentes ao Complexo Eólico do Agreste Potiguar, receberam do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA), as Licenças de Operação dos Parques São João (formado por seis aerogeradores) e Santa Régia (formado por nove aerogeradores) totalizando nesta etapa 63 MW de potência que serão inseridos no sistema elétrico nacional até final de abril de 2023.

* * *

José Luiz Godoy Pereira
Diretor Vice-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro
e de Relações com Investidores

Daniela Ribeiro Mendes
Contadora responsável
CRC 1SP199348/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Alupar Investimento S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Alupar Investimento S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa 3.5 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia que, mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que as controladas da Companhia passem a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 9, em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R$ 18.357.810 mil no consolidado. O ativo de contrato refere-se ao direito da Companhia e suas controladas à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer), conforme divulgado na nota explicativa 3.13, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso das controladas da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pelas controladas da Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, incluindo inspeção física em base amostral, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia e suas controladas; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 3.5, 3.13 e 9 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Conforme divulgado na nota explicativa 12 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2022 o saldo do imobilizado da Companhia é de R$ 5.324.416 mil no consolidado. A controlada Ferreira Gomes Energia S.A. possui R$ 1.309.529 mil registrado como ativo imobilizado, para o qual a avaliação do valor recuperável envolve julgamentos significativos da diretoria na determinação das premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, as quais incluem taxas de desconto e de crescimento.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos é complexo e envolve alto grau de subjetividade, bem como, por ser baseado em diversas premissas e estimativas baseadas em projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, o que pode trazer variações significativas na definição do valor recuperável do ativo imobilizado e, consequentemente, no saldo registrado nas demonstrações contábeis.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) revisão do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as principais premissas utilizadas pela controlada da Companhia durante o horizonte da projeção, tais como as variáveis macroeconômicas, as taxas de crescimento esperadas, o nível de investimento e o capital de giro necessários, assim como a taxa de desconto, volumes e preço da energia gerada, com o envolvimento de especialistas em avaliação, quando aplicável; (ii) comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente; e (iii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas notas explicativas 3.8 e 12 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ativo imobilizado da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de determinação do valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 12 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento de suas operações e de suas controladas.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que

eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 02 de março de 2023

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O

Eduardo Wellichen
Contador - CRC-1SP184050/O

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

São Paulo, 02 de março de 2023.

Os membros do Conselho Fiscal da Alupar Investimento S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhados do Relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., emitidos nesta data. Com base nos exames efetuados nos documentos acima mencionados e nas discussões com os sócios da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e do escritório de advocacia Lefosse Advogados, os membros do Conselho opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação dos Senhores Acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

Os membros do Conselho Fiscal da Alupar Investimento S.A. também opinaram favoravelmente sobre a proposta de pagamento dos dividendos, conforme abaixo:

(i) R$8.791.112,54 (oito milhões, setecentos e noventa e um mil, cento e doze reais e cinquenta e quatro centavos), referente ao lucro líquido da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e
(ii) R$413.182.289,38 (quatrocentos e treze milhões, cento e oitenta e dois mil, duzentos e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos), referente ao saldo destinado a reserva de lucros a realizar nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2021.

Os membros do Conselho Fiscal da Alupar Investimento S.A. também opinaram favoravelmente sobre a proposta de modificação do Capital Social da Companhia, decorrentes do cancelamento de ações e bonificação para deliberação dos Senhores Acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária, conforme abaixo:

(i) Cancelamento de 2 (duas) ações ordinárias da Companhia;
(ii) Cancelamento de 13 (treze) ações preferenciais da Companhia; e
(iii) Emissão de 35.164.450 (trinta e cinco milhões, cento e sessenta e quatro mil, quatrocentas e cinquenta) novas ações da Companhia, sendo 23.878.239 (vinte e três milhões, oitocentas e setenta e oito, duzentas e trinta e nove) ações ordinárias e 11.286.211 (onze milhões, duzentas e oitenta e seis, duzentas e onze) ações preferenciais.

_____
João Ricardo Pereira da Costa
Presidente do Conselho Fiscal

_____
Luiz Carlos de Azevedo Ribeiro
Conselheiro Fiscal

_____
Wilson Donizeti Lopes de Azevedo
Conselheiro Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

São Paulo, 02 de março de 2023.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09 e CVM 586/17

Declaramos, na qualidade de diretores da Alupar Investimento S.A., sociedade por ações com sede na Rua Gomes de Carvalho nº 1.996 - 16º andar, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 08.364.948/0001-38, nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

_____
Paulo Roberto de Godoy Pereira
Diretor Presidente

_____
José Luiz de Godoy Pereira
Diretor Vice-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

_____
Enio Luigi Nucci
Diretor Técnico e Comercial

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

São Paulo, 02 de março de 2023.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09 e CVM 586/17

Declaramos, na qualidade de diretores da Alupar Investimento S.A., sociedade por ações com sede na Rua Gomes de Carvalho nº 1.996 - 16º andar, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 08.364.948/0001-38, nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

_____
Paulo Roberto de Godoy Pereira
Diretor Presidente

_____
José Luiz de Godoy Pereira
Diretor Vice-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

_____
Enio Luigi Nucci
Diretor Técnico e Comercial